

Janeiro de 2023

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain,  
João Domingos  
Massomba Dominique  
Moisés Festo  
Amilcar Salumbo  
Cupi Baptista

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
Rooftops Canada - Abri Internacional  
Global Affairs Canada  
International Development Research Centre  
USAID  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 PIB anual de 8% deve reduzir desemprego para 18% em 2027	1
1.2 Taxa de desemprego recua para 30 por cento em 2022	1
1.3 Zonas rurais mantêm a agricultura como a principal geradora de empregos	2
1.4 Mais de 80 mil agregados familiares beneficiaram de apoio do Kwenda	3
1.5 Há mais de 140 milhões de pessoas com insegurança alimentar	4
1.6 Kwenda está perto de atingir a meta preconizada pelo Executivo angolano	5
1.7 Secretário de Estado exige mais engajamento dos municípios	6
1.8 Executivo garante implementação eficiente do Programa de Combate à Pobreza no país	6
1.9 Angola continua abaixo da média africana em todas as categorias	7
1.10 Angola pode voltar a ser terceira maior economia de África	8
1.11 Crescimento e emprego: o que se pode esperar até 2030? (II Parte)	9
<b>2. MICROFINANÇA</b>	<b>10</b>
2.1 População de Kavunga cria sistema de poupança colectiva	10
2.2 BNA reduz taxa de juros de referência para incentivar concessão de crédito	11
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>13</b>
3.1 De camiões a pontes improvisadas tudo serve para rentabilizar a chuva	13
3.2 Motorizadas “monopolizam” actividade de táxi na cidade de Ondjiva	14
3.3 Actividade dos moto-taxistas vai ser regularizada e uniformizada	16
3.4 Economia angolana tinha apenas 56.094 empresas legalizadas em Agosto de 2021	17
3.5 Mais de 200 mercados movimentam comércio na cidade capital do país	18
3.6 PREI prevê cadastrar 400 mil operadores económicos	18
3.7 Seis em cada dez empresas registadas em Angola actuam no sector do comércio	19
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>21</b>
4.1 Presidente da República aprova dívida de 2,6 biliões de kwanzas	21
4.2 OGE GPL considera ínfima proposta para a capital, mas promete trabalho	21
4.3 Arrecadação de Imposto Predial ficou acima do previsto no OGE 2022	22
4.4 Fisco arrecada 135,5 milhões USD em impostos com veículos e imóveis em 2022	22
4.5 Funcionamento do OGE/2023 entre o optimismo do MPLA e a desconfiança da oposição	23
4.6 OGE dá prioridade à protecção das famílias mais vulneráveis	24
4.7 Programa de investimentos públicos cai em 2023 face ao executado em 2022	25
4.8 Deputados retomam hoje discussão da proposta do OGE-2023	27
4.9 Orçamento Geral do Estado para 2023 aprovado na generalidade	29
4.10 Educação OGE 2023 prevê aumento de 4,2 mil milhões kz na verba para aquisição de carteiras	30
4.11 Fim da subsidiação estatal aos combustíveis divide Governo	31
4.12 OGE 2023 impõe caça à multa de trânsito para "fugir" à gasosa	32
4.13 Ministro de Estado realça impacto do OGE nas famílias e empresas	33
4.14 Projecto de protecção da biodiversidade começa dentro de três Meses	34
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>36</b>
5.1 Projecto de lei prevê 55 municípios	36

5.2	Vantagens e desvantagens da divisão político-administrativa	36
5.3	Bengo capacita gestores públicos sobre novos módulos do Portal do Município	37
5.4	Instituto Nacional de Estatística actualiza cartografia para recenseamento da população	38
5.5	Ministro «Executivo tem Interesse na execução das autarquias»	38
5.6	Institucionalização das Autarquias tem financiamento assegurado	39
5.7	Nova Divisão Administrativa aproxima os serviços públicos	40
5.8	Mais de onze mil novos projectos reforçam acções nos municípios	41
5.9	Governo disponibiliza 30 mil milhões para o Censo Geral da População	42
<b>6.</b>	<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>44</b>
6.1	AGT inicia cobranças do Imposto Predial e do IVM	44
6.2	Governo promove autoconstrução dirigida para jovens no Bengo	44
6.3	Vida pacífica ENDE cobra factura a quem não consumiu luz eléctrica	45
6.4	Precisamos de pôr ordem nas centralidades	46
6.5	Primeiros moradores da Centralidade de Halavala entram em Fevereiro	47
6.6	Rei do Bailundo confiante na redução das assimetrias	48
<b>7.</b>	<b>TERRA</b>	<b>50</b>
7.1	Administração de Viana prioriza realojamento de famílias em zonas de risco	50
<b>8.</b>	<b>SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>51</b>
8.1	Separação dos resíduos	51
8.2	Melhoria no abastecimento de água entre as metas para este ano	51
8.3	Distribuição de água potável em Cangandala inicia em dois meses	52
8.4	Empresa de águas necessita de Kz 40 milhões para manutenções	53
8.5	Rede de distribuição de água está a ser reabilitada e ampliada	54
8.6	Dívida dos consumidores orçada em mais de mil milhões de kwanzas	55
8.7	PIP prevê apenas uma obra de saneamento básico em Luanda	56
8.8	Mais de 80 mil famílias beneficiam de água potável	56
8.9	Construção de aterros sanitários está entre as principais prioridades	57
<b>9.</b>	<b>GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>59</b>
9.1	Moradores vivem sob terror no bairro dos seis cajueiros	59
9.2	Polícia deteve mais de mil suspeitos por crimes diversos	59
9.3	Polícia Nacional detém 1.100 suspeitos em micro-operações	59
<b>10.</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>61</b>
10.1	Começaram obras para conter ravina	61
10.2	Benguela Atraso em obras «emergenciais para vítimas das cheias irrita munícipes	61
10.3	"Agravar os impostos para os produtores de lásticos"	62
10.4	Projecto de promoção de carvão vegetal sustentável	62
10.5	Chuvas desalojam 4.163 famílias na província do Uíge em 2022	63
10.6	Famílias desalojadas recebem apoios	64
10.7	Exportação de madeira rende 4,2 milhões de dólares	64
10.8	Projecto prevê recuperar mais de 30 mil árvores nativas	65
10.9	Luanda acorda inundada em “sexta-feira de azar”	66
10.10	Apreendidos três camiões carregados de madeira	67
10.11	Chuvas desalojam centenas de famílias	68

10.12	Ravinas estão a preocupar habitantes de Mbanza Kongo	68
10.13	Angola num 'gigante' de energias limpas de África	69
10.14	Indústria de olhos no papel e vidro para substituição do plástico	70
10.15	Para banir o plástico descartável é preciso dar alternativas às pessoas e empresas	71
10.16	Precisamos de 2 a 5 anos para proibição de plásticos”	71
10.17	Polícia Nacional redobra luta contra o contrabando	72
10.18	Estratégia nacional para alterações climáticas	74
10.19	Quase 50 mil milhões Kz para "tratar" de 41 ravinas em 4 províncias do País	74
10.20	Medidas para combater o impacto das chuvas	75
10.21	Distrito do Kilamba com poucos espaços verdes	75
10.22	Tratamento de resíduos entre os grandes desafios	76

## **II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA** **78**

11.1	China defende novo impulso na cooperação com Angola	78
11.2	Ministro Tété António destaca cooperação em assuntos concretos	79
11.3	China financia Usd 249 milhões para Rede Nacional de Banda Larga	79
11.4	Calorosos parabéns aos 40 anos das relações diplomáticas China-Angola	80
11.5	Angola e China avaliam alargamento da cooperação	81
11.6	Para onde foi o dinheiro da China?	82

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 PIB anual de 8% deve reduzir desemprego para 18% em 2027

*Jornal de Angola*  
3 De Janeiro de 2023

Angola deve precisar de uma taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 8% para que em 2027 possa ter uma taxa de desemprego na ordem dos 18%, estimou, ontem, o economista Alves da Rocha.

"Se admitirmos que a economia angolana não terá ganhos de produtividade significativos até 2027, será necessária uma taxa média anual de crescimento do PIB de 8% para que, em 2027, a taxa de desemprego se possa situar nos 18%", disse o economista à Lusa.

Com medidas de "maior intensidade de crescimento económico, poderemos chegar a 2027 com uma taxa de desemprego à volta de 11,5%", mas, tudo isto, frisou, "são previsões, são estimativas", fazendo alusão a dados do relatório económico 2021-2022 do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), de que é director-geral.

"Não nos podemos esquecer que, de acordo com a última Folha de Informação Rápida do INE (Instituto Nacional de Estatística), referente ao III trimestre de 2022, a taxa de desemprego estava nos 30% e tem andado nos 30% há muito tempo; há alturas que sobe nos 33 ou 34%", recordou.

A única fonte capaz de criar emprego, disse Alves da Rocha, é o crescimento económico: "Não havendo crescimento económico, não se pode criar emprego; isso é impossível; é uma equação impossível na economia".

"A não ser que a criação desse emprego seja um emprego administrativo e grave seria se fosse um emprego estatístico, ou seja, o falseamento das estatísticas do emprego, sem crescimento económico não é possível", sustentou.

Ao falar sobre as perspectivas de crescimento económico de Angola em 2023, Alves da Rocha apontou a necessidade de se aumentar a

produtividade para responder à elevada taxa de desemprego, que afecta, sobretudo, jovens.

O especialista argumentou que a criação de emprego não pode ser dissociada dos ganhos da produtividade, considerando que se Angola pretende ser uma economia competitiva em África e no mundo, "os ganhos de produtividade são absolutamente fundamentais".

"Ganhos de produtividade significa a taxa de crescimento da produtividade e temos que saber de que produtividade estamos a falar, é uma produtividade bruta aparente do factor trabalho que é um dos factores mais essenciais? Estamos a falar de uma produtividade total dos factores de produção?", questionou.

O docente universitário defendeu também a necessidade da valorização da economia informal, que absorve 80% da população empregada no país.

## I.2 Taxa de desemprego recua para 30 por cento em 2022

*6 De Janeiro de 2023*  
*Jornal de Economia e Finanças*  
Texto: Joaquim Suami

Taxa de desemprego em Angola baixou 4,1 pontos percentuais, para 30 por cento, o terceiro trimestre de 2022, comparativamente aos mais de 34 por cento de 2020, de acordo com o Gabinete de Estudos Económicos do Banco Fomento Angola.

Os dados constam do Inquérito ao Emprego no país, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que considera que se trata da maior quebra homóloga na taxa, desde o início da série estatística, em 2019.

Segundo o comunicado do Gabinete de Estudos Económicos do BFA a que o Jornal de Angola teve acesso, a taxa de desemprego desceu 0,2 pontos percentuais (pp), face ao 2º trimestre de 2022, em que se tinha fixado nos 30,2 por cento. Acrescenta que a actual taxa de desemprego é a mais baixa dos últimos três anos, desde o 2º trimestre de 2019 (29,0 por cento).

De acordo com o inquérito do INE, a recuperação da economia está a levar a um início da descida mais persistente da taxa de desemprego em Angola, tendo registado uma queda em termos homólogos pelo 2º trimestre consecutivo.

Em termos trimestrais foi a 4 a quebra seguida.

O Inquérito do INE adianta que os cinco anos de recessão e o impacto da pandemia da Covid-19, levaram a taxa de desemprego a picos, fixando-se em 34 por cento, nos terceiros trimestres de 2020 e 2021, tendo-se observado médias de 32 por cento, entre 2020 e 2021, onde 1/3 das pessoas disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho, estavam sem emprego, formal ou informal, na economia angolana.

O documento indica que a pandemia da Covid-19, obrigou o mundo a adoptar mecanismos de defesa para salvaguardar o bem vida, criando uma ruptura no mercado do trabalho com a perda nominal de muitos postos de trabalho, o que forçou elevar a taxa de desemprego em muitos países.

"Angola não foi excepção, sendo que a taxa de desemprego já vinha de uma tendência crescente, pois, a pandemia apenas a empurrou a um ritmo de crescimento ligeiramente mais acelerado, tendo mesmo atingido um máximo histórico no terceiro trimestre de 2021 (41,1 por cento), mas desde então tem decrescido, mantendo-se resistente na faixa dos 30 por cento", lê-se no documento.

Este ano, adianta a nota do Gabinete de Estudos Económicos do BFA, o mercado de trabalho vai continuar a melhorar, possivelmente ao mesmo ritmo médio de 2022, já que existem usualmente efeitos desfasados da melhoria das condições económicas das empresas na criação de emprego.

Apesar de uma desaceleração de crescimento económico que espera, este ano, o emprego poderá crescer a um ritmo semelhante ao de 2022, já que haverá ainda uma influência do crescimento económico do ano passado, no aumento do emprego em 2023. Variação homóloga.

O pior agravamento da taxa de desemprego deu-se no terceiro trimestre de 2020, com um aumento de 3,3 pontos percentuais (pp) para 34,0 por cento, em que o mercado de trabalho abriu um início de recuperação, voltando a registar agravamentos homólogos, que foram interrompidos apenas no 2º trimestre de 2022, dando indicações de recuperação, refere a nota.

A nota acrescenta que a tendência foi parecida na taxa de emprego, sendo o maior agravamento homólogo no 2º trimestre de 2022, de (- 5,2pp) para 59,6 por cento, sendo que o desempenho desde 2021 tem sido menos claro, com avanços e recuos.

O crescimento homólogo do Produto Interno Bruto (PIE) Não Petrolífero e a variação homóloga da taxa de desemprego, foi afectada com a diminuição da

actividade, notando rápida recuperação, no terceiro trimestre de 2022, que aponta para uma nova aceleração do crescimento económico.

"Esta tendência está em linha com os indicadores de alta frequência que seguimos, que sinalizam aceleração-da-economia não petrolífera, no terceiro e quarto trimestre de 2022. O indicador de clima económico registou também um aumento homólogo, mas menor do que noutros trimestres, apontando a uma possível desaceleração do crescimento económico", lê-se na nota.

#### Mercado de trabalho

Segundo o Inquérito do INE, a taxa de participação do mercado de trabalho para todos os grupos etários taxas de participação do mercado de trabalho, para todos os grupos etários estão todas acima dos 60 por cento. A taxa mínima é no grupo dos 65 ou mais anos, que contará já com muitos aposentados (62,3 por cento), sendo que o máximo regista-se na faixa entre os 24-35 anos, que representa 97,8 por cento.

De acordo com o documento, a taxa geral de participação está em 89,4 por cento, um nível bastante elevado e que se deve a dois factores fundamentais, como a de uma população muitíssimo jovem e a inexistência de apoios sociais estatais.

### 1.3 Zonas rurais mantêm a agricultura como a principal geradora de empregos

*Jornal de Economia e Finanças*  
6 De Janeiro de 2023

A taxa de desemprego nas zonas urbanas situou-se, em 2021, entre os 42,1 e 43,3 por cento, nas zonas rurais, a taxa variou, entre 14,5 e 21,2 por cento.

Em termos de género, notou-se um equilíbrio, a começar pela taxa de emprego que é ligeiramente mais alta para os homens, em 65 por cento, face aos 60 por cento, no sexo feminino. Além disso, a taxa de actividade para os homens (90,2 por cento) e das mulheres (88,6 por cento).

Segundo o INE, as actividades de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca são as que mais empregam, com um peso de 49 por cento do total de empregos gerados na economia (cerca de 5,6 milhões de pessoas).

O comércio grossista, retalhista e reparação de veículos vem logo a seguir, concentrando cerca de 22 por cento dos empregos. Em terceiro lugar, figura a Administração Pública, que oferece 8,0 por cento. Os restantes 11 por cento dos empregos, distribuem-se pelos restantes sectores.

O sector de actividade no terceiro trimestre registou, no ano passado, 33 por cento dos empregos eram exercidos por profissionais por conta própria sem subordinados, e 22 por cento por trabalhadores familiares sem remuneração.

Segundo o Inquérito, apenas 12 por cento dos empregos se tratavam ~e empregos por conta de outrem, no sector privado (excluindo trabalhadores empregados por residências privadas).

Um número que resume bem esta realidade é a percentagem de empregos no sector informal que situou-se em 79 por cento, no terceiro trimestre de 2022, havendo uma diferença significativa por sexo (71 por cento entre os homens e 88 por cento entre as mulheres).

#### Dados sectoriais

Os dados sectoriais mostram que o crescimento do emprego tem ocorrido no Comércio e na Administração Pública. O sector primário é o que mais emprega. Segundo os cálculos do Gabinete de Estudos Económicos do BFA, houve uma diminuição homóloga do emprego perto dos 2,0 por cento, retirando 1,1 pontos percentuais (pp) à taxa de crescimento do emprego.

O emprego que cresceu 7,6 por cento, face ao terceiro trimestre de 2021, teria crescido 8,7 por cento, se não fosse a quebra do emprego na agricultura, pesca, caça, pecuária e silvicultura. No sentido contrário, o sector do comércio viu o emprego a aumentar em 19 por cento, contribuindo positivamente com 3,8 pontos percentuais para a taxa de crescimento homólogo do emprego. O sector da administração pública, defesa & segurança Social também, observou um crescimento relevante de 20 por cento, contribuindo com 1,4 pontos percentuais para a taxa de crescimento.

## I.4 Mais de 80 mil agregados familiares beneficiaram de apoio do Kwenda

*Jornal de Angola*

*10 De Janeiro de 2023*

*Texto: Justino Victorino*

Pelo menos 88.027 agregados familiares em situação de vulnerabilidade foram assistidos na primeira fase do Programa de Fortalecimento da Protecção Social e Transferências Monetárias “Kwenda”, nos municípios de Catchiungo, Londuimbali, Mungo e Bailundo.

A informação foi avançada, segunda-feira, ao Jornal de Angola, pela directora provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Chimuma de Oliveira, tendo dito que, na primeira fase do programa, foram cumpridos todos os pressupostos, incluindo a formação e capacitação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), que ajudaram no processo de sensibilização das comunidades.

Segundo Chimuma de Oliveira, as famílias seleccionadas beneficiaram de transferências monetárias, mediante atribuição de um cartão Multicaixa carregado trimestralmente, com 25.500 kwanzas, correspondentes a 8.500 por mês.

A directora do Fundo de Apoio Social explicou que o Programa de Fortalecimento da Protecção Social (Kwenda), financiado pelo Governo angolano e pelo Banco Mundial, tem duração prevista de três anos e abrange quatro componentes, nomeadamente Transferências Sociais Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Acção Social e o Reforço do Cadastro Social Único.

"Na província do Huambo o Kwenda foi implementado há mais de dois anos e teve como ponto de partida o município do Mungo, seguidamente os de Catchiungo, Londuimbali e Bailundo.



Até ao momento, já foram contemplados 88.027 agregados familiares” disse a responsável provincial do FAS.

Chimuma de Oliveira recordou que o projecto, além de contar com a componente da inclusão produtiva, consiste, também, na identificação de actividades geradoras de rendimento, de acordo com a especificidade do grupo-alvo, no sentido de potencializar, de forma sustentável, a capacidade produtiva, financeira e o poder de compra dos agregados familiares.

A responsável do FAS deu a conhecer que os beneficiários dos municípios do Catchiungo e Bailundo foram contemplados, em Agosto do ano passado, com uma nova modalidade de pagamento, avaliada em 51 mil kwanzas, correspondente a seis prestações mensais de 8.500 kwanzas cada.

Considerou positiva a implementação do Kwenda na província do Huambo, pelo facto de estar a melhorar a vida de muitas famílias, por via dos seus quatro eixos (Transferências Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Acção Social e Cadastro Único Organizado).

Chimuma de Oliveira fez saber, por outro lado, que, para que o projecto tenha sucesso, é preciso ter requisitos necessários como o mapeamento e cadastramento das famílias, que precisam de confirmar o nível de vida e as condições de habitabilidade.

Acrescentou que o Programa de Fortalecimento da Protecção Social surge para dar resposta a um conjunto de políticas de assistência e protecção social a favor de cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Os beneficiários Horácio Chikemba e Augusto Quessongo foram unânimes em dizer que o Kwenda está a melhorar a qualidade de vida da população, por permitir ou facilitar a compra de inputs agrícolas, animais, meios de trabalho e outros bens que intervêm para o desenvolvimento da actividade do campo.

A comerciante Filomena Gabriel, uma das beneficiárias, exaltou a iniciativa do Executivo, que tem estado a contribuir no fomento do agro-negócio na municipalidade do Mungo.

O projecto está avaliado em 420 milhões de dólares norte-americanos, com um financiamento do Banco Mundial de 320 milhões de dólares, enquanto os demais 100 milhões são provenientes do Tesouro Nacional, para atender, faseadamente, um milhão 608

famílias carentes, dos 164 municípios do país, até ao final deste ano.

## I.5 Há mais de 140 milhões de pessoas com insegurança alimentar

*Novo Jornal*

*13 De Jornal de 2023*

O Banco Mundial estimou, nesta terça-feira, que, em 2022, houve mais 24 milhões de pessoas na África subsahariana em insegurança alimentar aguda, ultrapassando os 140 milhões no total, avisando que a situação pode piorar se a dívida pública não for controlada.

"Quase 60% das pessoas em pobreza extrema, que gastam uma parte substancial do seu rendimento em comida, vivem na África subsahariana, em 2022, o número estimado de pessoas em insegurança alimentar aguda ou pior ultrapassou os 140 milhões, mais quase 24 milhões do que em 2021", lê-se na parte do relatório sobre a região onde estão seis dos nove países lusófonos.

"O aumento no custo de vida, intensificado pelos efeitos da guerra na Ucrânia, reduziu a capacidade de as pessoas comprarem comida e fez descer a procura interna na região, especialmente em países onde falta espaço político para defender os mais pobres", acrescentou o Banco Mundial, salientando o impacto da subida dos preços dos alimentos na inflação.

"O aumento do preço dos alimentos, que representa mais de metade da inflação total, empurrou a média da inflação na África subsahariana para 13%, quase três vezes o valor antes da pandemia, e a inflação anual nalguns países, como o Ghana e o Rwanda, ultrapassou os 30%, com o aumento dos preços da comida a exceder 20% num quarto das economias da região", aponta o Banco Mundial.

A situação, lê-se no relatório sobre as perspectivas económicas mundiais, poderá ainda piorar se as depreciações das moedas continuarem e levarem a um aumento do rácio da dívida sobre as economias, já de si afectadas por um crescimento insuficiente para melhorar as condições de vida das pessoas.

"O rácio da dívida sobre o PIB continua acima dos 60% em quase metade das economias da região; a sustentabilidade da dívida e o sentimento dos investidores deterioraram-se ainda mais em muitos outros países, levando a aumento dos custos de endividamento, como na Zâmbia e no Ghana", indica o Banco Mundial.

## 1.6 Kwenda está perto de atingir a meta preconizada pelo Executivo angolano

*Jornal de Angola*

*14 De Janeiro de 2023*

*Texto: Armando Sapalo*

O Programa de Protecção Social de famílias em situação de vulnerabilidade, vulgo kwenda, particularmente a componente de Transferências Monetárias, está perto de atingir as metas preconizadas pelo Executivo e parceiros, em todo o país.

A informação foi prestada, no Dundo, Lunda-Norte, pelo director-geral do Fundo de Apoio Social (FAS), Belarmino Jelemebe, à margem de um encontro técnico que manteve com os representantes do órgão nas três províncias do Leste, nomeadamente Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, onde avançou que, em termos globais, desde a implementação do Kwenda, em 2020, já foram cadastrados, em todo o país, 928.703 agregados familiares, dos quais mais de 600 mil beneficiaram de Transferências Monetárias.

Considerou "robustos" os actuais números, tendo em conta a experiência africana em matéria de protecção social, um desafio que o Executivo espera ver concretizado. Deu a conhecer que a iniciativa prevê atingir um universo de 1.608.000 agregados familiares, cerca de 5.000.000 de pessoas.

Segundo Belarmino Jelemebe, a nível do Cadastro Social Único, uma das quatro componentes do Kwenda, a base de dados dá conta do registo de mais de três milhões de pessoas, com diferentes categorias de vulnerabilidade.

O Kwenda, disse, está em execução nas dezoito províncias, sessenta municípios, 206 comunas e 8.819 aldeias do país, com o objectivo principal de reforçar a capacidade do sector de Protecção Social, com a implementação de medidas que visam mitigar a pobreza.

As quatro componentes do programa, nomeadamente Transferências Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Acção Social e Reforço do Cadastro Social Único estão a ajudar a transformar vidas de muitas famílias em situação de vulnerabilidade, afirmou Belarmino Jelemebe.

"O Programa está a ajudar a transformar vidas de inúmeras famílias de zonas rurais em situação de vulnerabilidade. Temos dados e informações recolhidas por via do nosso sistema de monitoria que

mostram o impacto do Kwenda nas comunidades seleccionadas", declarou.

Assegurou que, do ponto de vista institucional, está criado no país um sistema seguro e eficaz de transferência directa de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade, estando o nível de confiança das pessoas a aumentar, em termos de implementação do Kwenda.

Os principais desafios que o FAS atravessa para a execução do programa prende-se com as vias de comunicação, tendo em conta que o acesso a determinadas localidades tem sido difícil, incluindo as telecomunicações e ausência de infra-estruturas bancárias, disse Belarmino Jelemebe.

### Inclusão produtiva

O director-geral do FAS anunciou, para este ano, a expansão da componente da Inclusão Produtiva do Kwenda, em todo o país, por via do financiamento de iniciativas económicas de famílias em situação de vulnerabilidade.

Belarmino Jelemebe explicou que o referido pacote tem a ver com a promoção da agricultura, pecuária, cooperativismo e pequenos ofícios, com vista à obtenção de rendimentos por parte das famílias vulneráveis.

A componente da Inclusão Produtiva, segundo Belarmino Jelemebe, já está a ser implementada em algumas localidades do país.

O alargamento para outras zonas territoriais do país, conforme declarou, está entre as principais acções do kwenda, para o presente ano, esperando-se que os constrangimentos resultantes da degradação de estradas sejam ultrapassados. Em termos de abrangência das acções de Inclusão Produtiva, os indicadores apontam para 16.924 beneficiários directos e 84.620 indirectos, com a referência global de 2.019 novos agregados familiares.

### Região Leste

O Programa de Protecção Social "Kwenda" nas províncias do Leste, concretamente Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, está a ser implementado em dez municípios, prevendo-se beneficiar 118.944 agregados familiares, entre os quais 79.680 já contemplados.

O director-geral do FAS esclareceu que a instituição realizou, entre os dias 11 e 12 do corrente mês, um encontro técnico com equipas das três províncias do Leste do país, para análise da implementação do

Programa de Protecção Social, impacto do mesmo, desafios e lições.

Na Lunda-Norte, o Kwenda está em curso nos municípios de Cambulo, Caungula, Cuango e Lôvua, ao passo que na Lunda-Sul está a ser implementado em Muconda, Cacolo e Dala. No Moxico foram seleccionados, na primeira fase, Luchazes, Camanongue e Luau, onde várias famílias estão a beneficiar do Kwenda.

## 1.7 Secretário de Estado exige mais engajamento dos municípios

*Jornal De Angola*

*20 De Janeiro de 2023*

*Texto: Weza Pascoal*

O secretário de Estado para a Acção Social, Lúcio do Amaral, exigiu, quinta-feira, às administrações municipais a engajarem-se mais no combate à pobreza, com vista à promoção do desenvolvimento nas comunidades.

Ao falar em Menongue, Cuando Cubango, no encerramento do Seminário de Capacitação sobre a Municipalização da Acção Social, Lúcio do Amaral considerou que o êxito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza e de outros projectos comunitários depende do empenho de todos os responsáveis das administrações municipais.

O governante disse que os responsáveis das administrações municipais devem estar focados na defesa e bem-estar das famílias, na promoção e garantia dos direitos das mulheres e equidade de género. Sugeriu-os a fazerem um mapeamento para a localização de pessoas desprotegidas nas comunidades, com vista ao devido tratamento das situações de vulnerabilidade.

Lúcio do Amaral considerou necessária a realização de diagnósticos da situação de vulnerabilidade das pessoas, com vista a definição das prioridades para serem elencadas como prioridades nos planos municipais de acção social, com dados estatísticos fiáveis, para se evitar a duplicidades de benefícios e dos beneficiários.

O secretário de Estado apelou ainda às administrações municipais a contribuírem na dinamização e expansão da municipalização da acção social em todas as localidades. Lembrou que a municipalização da acção social encontra enquadramento legal na Lei de Base da Protecção Social, plasmado no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza.

O referido programa, lembrou, teve início no ano de 2018 e apresenta, até ao momento, resultados satisfatórios, com a criação de mais de 50 Centros de Acção Social Integrados (CASI), que têm permitido a aproximação dos serviços da acção social junto das comunidades, sobretudo às mais carenciadas, nos domínios da Justiça, Educação, Saúde, Agricultura, entre outras áreas.

Lúcio do Amaral acrescentou que o programa permitiu, igualmente, a formação de cerca de quatro mil pessoas que trabalham na expansão dos conhecimentos adquiridos nas comunidades.

No seminário decorrido em Menongue participaram 50 técnicos das administrações municipais, entre administradores, directores municipais da Acção Social e outros parceiros, a quem o secretário de Estado pediu que ponham em prática os conhecimentos adquiridos.

Durante dois dias, os 50 participantes a formação foram munidos de conhecimentos sobre a condição social de base em Angola, a municipalização da acção social, o diagnóstico da vulnerabilidade, gestão e funcionamento dos CASI, gestão de casos individuais, projectos comunitários e sistema de informação e gestão da acção social.

## 1.8 Executivo garante implementação eficiente do Programa de Combate à Pobreza no país

*Jornal de Angola*

*22 De Janeiro de 2023*

*Texto: Gabriel Bunga*

A ministra de Estado para a Área Social, Dalva Ringote Allen, garantiu, sexta-feira, em Luanda, aos deputados uma execução eficiente do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Planos que visam diminuir a fome e a pobreza no seio dos angolanos vão ser consolidados com o desenvolvimento local © Fotografia por: DR

Dalva Ringote Allen falava na sessão da discussão, na especialidade, da proposta de Orçamento Geral do Estado, previsto para o sector social, no qual se destaca o Plano de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza.

Os deputados colocaram várias dúvidas quanto à eficiência na implementação do Programa de Combate à Pobreza, que absorve, por mês, e para cada município, 25 milhões de kwanzas.

A ministra de Estado para Área Social garantiu aos deputados que, de facto, tem havido várias críticas de muitos sectores, sobre a forma como os administradores municipais implementam o programa que visa diminuir a pobreza em Angola.

Dalva Ringote salientou que a questão da gestão das verbas destinadas ao combate à pobreza tem a ver com a forma como os administradores municipais utilizam os recursos colocados à sua disposição.

A ministra de Estado para a Área Social sublinhou que o Executivo vai garantir eficiência na implementação deste programa e que conta com os deputados na sua fiscalização. "O que nós pedimos aos deputados é um apoio no acompanhamento", disse, sublinhando que vai ser necessário tirar desperdícios, no momento de implementação do programa por parte das administrações municipais.

A governante disse que a questão da merenda escolar, que consta do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza é um plano que visa atender todas as crianças que frequentam escolas em todo o país, independentemente no local onde estejam. Dalva Ringote Alenn esclareceu que os critérios adoptados para o programa Kwenda são definidos pelo Banco Mundial, entidade parceira do programa, e que no essencial se baseiam na vulnerabilidade dos seus destinatários, sendo que só as pessoas abrangidas por este programa têm o direito de beneficiar dos valores previstos no OGE.

A ministra destacou que o OGE para 2023 beneficia de uma maior fatia para o sector social e pediu a aprovação do documento pelos parlamentares. "O Executivo está confiante pela boa disposição e atenção dos deputados para o melhoramento do OGE", disse. Dalva Ringote Alenn referiu que o OGE é um instrumento que não deve ser olhado apenas para a perspectiva social, mas sim para o homem, mulher, criança, jovem e idoso.

O Orçamento do sector social, disse, congrega uma perspectiva humanista e que deve mobilizar todo os parlamentares para a sua aprovação.

## 1.9 Angola continua abaixo da média africana em todas as categorias

*Jornal Expansão*

*27 De Janeiro 2023*

*Texto: Joaquim José Reis*

Angola continua abaixo da média africana em todas as categorias do Índice de Governação Mo Ibrahim

Angola subiu um lugar no Índice Ibrahim de Governação Africana (IIGA), ocupando agora o 40.º lugar, mas continua a receber nota negativa da organização já que em 100 pontos possíveis apenas conseguiu alcançar 41,5, abaixo dos 48,9 pontos que representam a média africana.

A edição 2022 do IIGA, relativa ao ano de 2021, avaliou 81 indicadores, agrupados em quatro grandes categorias e 16 sub-categorias, nas áreas da Segurança e Estado de Direito; Participação, Direitos e Inclusão; Bases para as Oportunidades Económicas; e Desenvolvimento Humano. Entre as quatro grandes ca[1]tegorias, Angola tem vindo a melhorar, embora continue abaixo da média africana.

Em relação à categoria Desenvolvimento Humano é onde Angola está pior classificada, ocupando o lugar 48 entre os 54 países. Nesta categoria são analisadas áreas como a Saúde (34.º lugar), a Protecção Social e Bem-estar Social (45.º), Sustentabilidade ambiental (47.º) e a Educação, onde Angola ocupa o 51.º lugar, ou seja é o quarto país pior classificado.

Em relação às questões ambientais, o relatório da Fundação Mo Ibrahim refere que 42 dos 54 países registaram melhorias desde 2012, mas 9 países, onde se inclui Angola, registaram retrocessos desde 2017. Quanto ao ranking geral, o relatório sugere que quanto mais tempo um líder estiver no poder de um país pior é a governação, já que três dos cinco países com piores pontuações em Responsabilidade e Transpa[1]rência em 2021 têm líderes no poder há mais de 20 anos, nomeadamente a Guiné Equatorial, Eritreia e Djibuti. E por isso destaca que os três países que trocaram os seus presidentes de longo tempo (Angola, Zimbabué e Gâmbia) foram dos que registaram mais melhorias nesta sub-categoria.

Entre os critérios que Angola recebeu nota positiva destaque para a Ausência de Conflito Armado, onde recebeu nota máxima, 100 valores, ocupando assim o primeiro lugar entre 54 países. Destaque também para a Representação e Participação Rural e para o Poder Político e Representação das Mulheres, onde ocupa o 6.º lugar entre os 54 países.

Por outro lado, a empurrar para baixo a classificação de Angola no ranking que mede a governação em África estão critérios como a Igualdade na Educação (52.º lugar), Mitigação da Desigualdade Socioeconómica (52.º), o Uso Sustentável da Terra e das Florestas (51.º) e a Protecção da Biodiversidade da Terra e da Água (51.º). Nota ainda para o critério Mobilização de Impostos e Receitas (50.º) e para a Diversificação Económica (50.º).

O relatório deixa ainda um alerta para a generalidade dos países africanos, apesar de referir que mais de metade da população de África vive num país onde a governação global melhorou entre 2012 e 2021. "No entanto, o progresso da governação durante a década continua a ser dificultado por trajectórias divergentes - enquanto mais de 40 países progrediram na categoria Bases para as Oportunidades Económicas, mais de 30 países têm-se deteriorado nas categorias Segurança e Estado de Direito, bem como na Participação, Direitos e Inclusão.

No que respeita à governação, o progresso no continente é mais dificultado pelo agravamento dos ambientes de segurança e participação democrática - as duas subcategorias que mais caíram", revela o relatório. Ainda assim, a melhoria que se tem assinalado no índice global de governação tem sido liderada pelo crescimento do Desenvolvimento Humano, precisamente a categoria onde existe um fosso considerável entre a pontuação de Angola e a média africana.

## 1.10 Angola pode voltar a ser terceira maior economia de África

*Jornal de Angola*

*27 De Janeiro de 2023*

Angola deve recuperar, este ano, a sua posição de terceira maior economia de África, que perdeu para o Quénia em 2020, após anos de contracção devido à queda nos preços do petróleo.

O crescimento mais rápido do Produto Interno Bruto (PIB) em Angola e na Etiópia fará com que o Quénia seja relegado para o quinto lugar no ranking económico da África Subsaariana, segundo projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) que apontam a Nigéria como a maior economia do continente.

Um retorno ao crescimento vinculado aos preços mais altos do petróleo fez com que Angola ultrapassasse o Quénia no ano passado, segundo o FMI, depois de o país - que é o segundo maior produtor de petróleo do continente depois da Nigéria - ter encerrado anos de recessão.

A Etiópia deve, este ano, substituir o Quénia da quarta posição devido ao alívio do conflito armado no país e à continuação da ambiciosa reforma económica que visa abrir uma das economias de crescimento mais rápido, mas mais fechadas da África.

Num artigo publicado no site Business Daily, o FMI espera que as economias da Etiópia e de Angola cresçam, este ano, 13,5 por cento e 8,6 por cento, respectivamente, em termos de dólares. Angola é o segundo maior produtor de petróleo do continente depois da Nigéria, segundo a OPEP, enquanto os dados do Kimberley Process o classificam como o sétimo maior produtor mundial de diamantes brutos.

Após cinco anos de recessão, o PIB de Angola aumentou 0,7 por cento em 2021, segundo o Banco Mundial. Há muito dominada por empresas estatais, Angola também embarcou em ambiciosos programas de privatizações.

Wahoro Ndoho, economista e ex-director-geral de Gestão da Dívida Pública do Tesouro, observou que a Etiópia está numa trajectória ascendente devido à sua industrialização agressiva e ao capitalismo de Estado chinês, onde o Governo escolhe sectores e projectos a serem priorizados.

A substituição do Quénia como a terceira maior economia da África Subsaariana por Angola e Etiópia, deve enfraquecer o poder do país na atracção de investidores aliciados por uma população que tem mais dinheiro para gastar. No entanto, projecta-se que o Quénia registe um crescimento mais lento de 2,4% no período em análise, enquanto o país luta contra os tremores secundários da pandemia de Covid-19, seca, nervosismo eleitoral e interrupção das cadeias de suprimentos globais pela guerra Rússia-Ucrânia.

A África Subsaariana representa 46 dos 54 países do continente, excluindo gigantes como Marrocos e Egipto. O rebaixamento do Quénia para a quinta posição enfraquecerá a sua posição na corrida do investimento estrangeiro directo (IED), que é fundamental para aliviar o crescente desemprego juvenil no continente.

Até agora, a África do Sul e a Etiópia têm-se saído melhor do que o Quénia em atrair investimentos estrangeiros de olho numa população que tem mais dinheiro para gastar.

O FMI projecta que o PIB do Quénia atinja 117,6 mil milhões de dólares este ano, atrás da Nigéria (574 mil milhões), África do Sul (422 mil milhões), Angola (135 mil milhões) e Etiópia (126,2 mil milhões).

## I.II Crescimento e emprego: o que se pode esperar até 2030? (II Parte)

*Jornal Expansão*

*27 De Janeiro de 2023*

A Revista 'THE ECONOMIST', através do Grupo THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT apresenta as suas previsões sobre o crescimento económico mundial, destacando os Estados Unidos da América - ainda a primeira economia do planeta - a União Europeia e a África Subsariana(1). As diferenças para com os valores do Fundo Monetário Internacional, apresentados mais atrás, não são expressivas, acreditando-se, portanto, numa convergência de expectativas sobre a evolução da economia e do comércio internacional. Não fossem as turbulências provocadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, ainda não sinalizadas as suas consequências sobre as economias africanas nas previsões destas duas instituições internacionais, dir-se-ia que a África subsariana estaria no bom caminho do crescimento económico.

Igualmente do domínio do desconhecido e do incerto se perfilam as consequências que determinados países africanos - alguns dos quais com peso significativo na economia africana - podem experimentar devido ao seu alinhamento contra os Estados Unidos e a União Europeia nas votações nas Nações Unidas condenatórias da invasão russa e da subsequente guerra na Europa, 77 anos depois de finalizada, com o estrondo conhecido, a Segunda Guerra Mundial.

A África do Sul, a Índia, a China e a Rússia definitivamente apostaram na criação de uma Nova Ordem Mundial de contraponto à influência secular dos Estados Unidos e da Europa, configurando-se a entrada da economia mundial numa espécie de bipolarização alargada, cuja confrontação económica é de desfechos incertos, mas seguramente de mau agouro. A posição do Brasil, nesta espécie de confronto diplomático no seio das Nações Unidas, é ainda titubeante, preferindo a diplomacia de Lula da Silva priorizar a recomposição das alianças com os países politicamente mais próximos, afastados por razões ideológicas pela governação de Jair Bolsonaro.

A criação da Nova Ordem Mundial parece imparável e não é só o resultado da invasão russa e dos diversos posicionamentos sobre a condenação da mesma, mas também fruto dos amoques, de há muito tempo a esta parte, da China, face às posições provocatórias dos Estados Unidos, a última das quais com a visita da hoje ex-Presidente do Congresso americano à República de Taiwan, no final de 2022. E o seu

começo pode ser o grande conglomerado de países denominado BRICS, já anteriormente anotado, com mais de 21% do PIB mundial, 42% da população mundial, 45% da força de trabalho mundial, o maior poder de consumo do mundo e a mais elevada dinâmica de crescimento do globo. Destaca-se, igualmente, pela abundância e diversificação das suas riquezas nacionais (Rússia e Brasil são países continentais).

A terem conteúdo de verdade as mais recentes informações sobre a possível entrada da Argentina e da Arábia Saudita, então consumir-se-á a construção do mais importante espaço económico-energético do mundo, criando-se uma enorme expectativa quanto ao modo de se lidar com este facto, mormente da parte das economias mais desenvolvidas, dependentes dos países onde abundam os inputs energéticos de que necessitam.

A conhecida transição energética tenderá a ser fortemente acelerada, bem como os novos modelos de organização dos sistemas produtivos centrados na economia circular (ou a economia do não desperdício) e nas economias verde e azul (aproveitamento dos recursos haliêuticos e de outras matérias abundantes no subsolo marítimo).

As previsões do Governo (Relatório de Fundamentação do OGE 2023) são um misto de cautela e de pessimismo, neste caso em relação aos sectores minerais. Segundo o Governo "as previsões efectuadas dão conta de um crescimento médio anual de 3,95% para a economia nacional no horizonte 2023-2028, inteiramente suportado pelas perspectivas de crescimento do PIB não petrolífero, com uma taxa de crescimento média anual de 4,7% no mesmo período, contrabalançando os impactos negativos dos prognósticos de uma evolução negativa da produção petrolífera a partir de 2025, retomando o crescimento positivo a partir de 2028, implicando uma taxa de crescimento média anual da produção petrolífera negativa e da ordem de 1,5% entre 2024 e 2027".

O pessimismo está expresso no comportamento extremamente negativo da economia petrolífera, com uma recessão acumulada de -13,15% entre 2024 e 2028, podendo-se comprometer os excedentes orçamentais programados pelo Governo e o não aproveitamento de uma conjuntura internacional favorável ao petróleo.

## 2. MICROFINANÇA

### 2.1 População de Kavunga cria sistema de poupança colectiva

*Jornal de Angola*

16 De Janeiro de 2023

Texto: Silvino Fortunato

O acesso à sanzala é feito por duas vias, totalmente danificadas. Uma desmembra-se da estrada nacional, que leva o povo para Mukaba, Damba e Makela do Zombo sucessivamente, e oferece um percurso de pelo menos 10 quilómetros muito sinuoso com valas, valetas e buracões, constituindo-se na via para a passagem das águas pluviais ou para o repouso destas.

Uma ponte estreita, que vem da época colonial e que facilita a travessia do famoso Lukunga, se destaca entre as várias formas da travessia dos rios e riachos. Motociclos conhecidos por "kupapatas", "kaleluias" ou ainda "nambuangongo", nomes atribuídos pela sabedoria popular de várias regiões a esses meios oriundos da China, constituíram-se nos reis desta estrada de terra batida, que conheceu o último arranjo em tempo que ninguém consegue precisar.

"Passamos mesmo aqui, é a nossa via", disse um motociclista, sem camisa, que se identificou por Macho Homem, um nome que muitos frequentadores conhecem muito bem pelo usufruto que têm feito do seu meio, um dos poucos que frequenta Kavunga, passando obrigatoriamente pela cercania da aldeia Nkama Mukoko.

Para além dos motociclos de três rodas, cuja carroça transporta os homens e a carga, há também as motorizadas de duas rodas, que se dedicam apenas ao táxi, dada a sua limitação, assim como os camiões da herança da República Democrática Alemã, extinta com a derrocada do Muro de Berlim. "Quando os IFA aparecem, nós perdemos rede", disse um outro motoqueiro, que transportava pelo menos dez sacos de carvão na carroça da sua motocicleta.

Antecedem Kavunga enormíssimos pedregulhos que se levantam para o alto, oferecendo uma vista agradável, fazendo esquecer as dores no lombo causadas pelos incessantes saltos. As mesmas rochas dominam as extremidades da sanzala, de pastorícia abundante, a julgar pelas manadas de carneiros, cabras e porcos de ambulantes.

Kavunga é uma aldeia que vive há muitos e muitos anos encostada à longuíssima cordilheira de Mukaba,

no seu extremo oriental, que deixa cair inúmeras lágrimas que oferecem ao povo a água para o uso doméstico e para a vitalidade dos solos onde são cultivados em abundância o milho, a ginguba e o feijão. Riachos permanentes são avistados desde o desvio da estrada principal até as suas fontes no cimo da cordilheira de Mukaba, rasgando pelo meio uma floresta.

Kavunga é a última localidade que limita os municípios do Uíge e Songo. Apesar de pertencer a este último município, os seus habitantes pouco frequentam a sede municipal, por causa dos 40 quilómetros de distância. "Há jovens com 30 anos de idade que não conhecem a sede do Songo", indicou o mais velho Alexandre João José.

A aldeia ainda conserva o primeiro chafariz, o edifício de descasque de café e a escola construída em 1968. A totalidade dos moradores de Kavunga se comunica através da língua portuguesa mas também em Kikongo, que vai perdendo, entretanto, a sua originalidade por força dos contactos com os falantes de Kihungu que vivem mais dentro do Uíge, o seu berço.

Para além da nova escola, construída entre 2013 e 2014, já a perder a cor da pintura das paredes, a aldeia ainda mantém intacta a estrutura da escola colonial, com a mesma tinta, embora esteja já a ser ofuscada, profundamente, pelas intempéries. "Esta escola formou muita gente, que são hoje grandes homens", disse-nos um interlocutor.

Alexandre João José é o mais antigo professor da aldeia, desde que ingressou no ofício em 1980. Ele vive em Kavunga desde que nasceu e nunca passou pela sua cabeça a ideia de deixar a sua aldeia. "Vi partirem daqui os meus avós. O meu pai partiu recentemente e deixou-me aqui, então eu também morrerei e serei enterrado aqui mesmo", disse.

A aldeia está completamente rejuvenescida, por conta da partida para a "vida eterna" de muitos dos seus mais velhos. "Agora somente ficamos com dois ou três mais velhos, na casa dos 70 anos, que estão também a ir-se embora", disse o professor, em meio a um sorriso melancólico. "Somos nós já os mais velhos da sanzala", sublinhou o anfitrião, que se encontra a iniciar a casa dos 60 anos.

No tempo seco Alexandre José usa a sua viatura Toyota Corolla, que mantém conservada sob um alpendre, propositadamente construído. "Nos tempos de chuva não consegue superar os obstáculos da via", informou.

A viatura foi comprada através da poupança que foi fazendo do excedente do seu salário. Mas também, sobretudo, por conta do "sistema de poupança" que os moradores implementam.

"A mamã está a ir na poupança", foi o que disse uma criança, quando respondia ao mais velho António Lengu, que procurava saber o paradeiro de uma mulher.

O cofre da sanzala

"Poupança" é um mecanismo que a comunidade do bairro Kavunga encontrou para acumular valores financeiros durante todo o ano. Os valores acumulados são repartidos no mês de Dezembro.

Durante o ano, os moradores de Kavunga vão depositando certas quantias em dinheiro em cofres que são confiados a determinadas idosas. "Nós escolhemos uma comissão, composta por um presidente e uma vice-presidente que se responsabilizam pela recepção dos valores e também a guarda dos mesmos", disse o nosso interlocutor.

Uma destas responsáveis fica com o cofre e a outra com a chave. São pessoas idóneas, de confiança. "Neste momento, temos duas mamãs que asseguram o cofre da sanzala".

Durante o ano, quem tiver necessidades pode pedir um empréstimo ao cofre. As pessoas podem levantar mil, dois mil ou mais valores, dependendo da preocupação que tiverem. Por altura da devolução os devedores acrescentam mil ou 1.500 kwanzas ao valor total do empréstimo.

Alexandre José, que disse ser um dos fiscais indicado pela aldeia para este sistema de "bancaização" do dinheiro, justificou o empréstimo ao cofre com a razão de que ninguém pode passar por necessidades por falta de dinheiro. É uma forma de solidariedade instituída na aldeia de Kavunga.

"Ninguém pode passar fome ou ficar sem tratamento de doença porque não tem dinheiro, não. Mas quando estiver em condições de devolver o dinheiro tem de pagar mil ou 1.500 kwanzas a mais", que pode corresponder ao juro de mora nos procedimentos financeiros.

Num dado dia, geralmente um domingo do mês de Dezembro, os aldeões se concentram na varanda da escola nova, onde é repartido o valor constante do cofre, conforme as prestações efectuadas durante o ano. A escolha da data para a redistribuição do dinheiro não foi uma indicação aleatória, foi para acautelar a segurança festiva natalina e as compras que requerem valores muito altos.

Segundo Alexandre José, as pessoas nesta fase do ano têm muitas preocupações com as arrumações do Natal e da passagem do ano. "As pessoas nunca terão dificuldades de reunirem condições para as festas do Natal e do Ano Novo".

A segurança alimentar para o início do ano, assim como a compra de roupa e outros artigos que requerem maior volume financeiro também fazem parte da estratégia concebida pelos moradores de Kavunga, quando conceberam a "Poupança".

## 2.2 BNA reduz taxa de juros de referência para incentivar concessão de crédito

*Jornal de Angola*

*21 De Janeiro de 2023*

*Texto: Vânia Inácio*

O Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu, sexta-feira, em Luanda, pela redução das taxas de juro de referência, como medida que visa o incentivo do aumento gradual da concessão de mais créditos à economia junto dos bancos comerciais.

Governador José de Lima Massano foi acompanhado dos vice-governadores para em conferência de imprensa resumir a reunião © Fotografia por: Edições de Novembro

De acordo com o governador José de Lima Massano, que falava no final da reunião do Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (CPM/BNA), foram reduzidas a Taxa Básica de Juro (BNA) de 19,5 para 18 por cento; a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 21 para 18 por cento e a taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 15 para 14 por cento.

Esta decisão, disse, fundamenta-se na redução da inflação observada ao longo de 2022 e das pressões inflacionistas, bem como no alinhamento das condições monetárias com o objectivo da inflação de médio e longo prazo. Para a referida tomada de decisão, o Comité de Política Monetária do banco Nacional de Angola (CPM/BNA) analisou o contexto económico, monetário e financeiro internacional e nacional.

José de Lima Massano disse que a nível internacional, perspectiva-se uma desaceleração acentuada da economia mundial.

Após um crescimento de 2,9 por cento em 2022, de acordo com os dados do Banco Mundial publicados



no seu relatório Global Economic Prospect em Janeiro de 2023, espera-se uma desaceleração da economia mundial em 2023 para 1,7 por cento.

#### Economias emergentes

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, espera-se um crescimento de 3,4 por cento em 2023, igual ao observado em 2022, com a África Subsariana a ser a região com o melhor desempenho, com uma taxa de crescimento de 3,6 por cento. Relativamente à inflação mundial, espera-se uma redução em 2023 como resultado da política monetária restritiva, da desaceleração da actividade económica, normalização das cadeias de abastecimento e dos preços das commodities não energéticas.

No plano nacional, os fundamentos macroeconómicos continuam favoráveis. Em face disso, no ano de 2022, o sector externo teve um desempenho positivo com a conta de bens a registar um saldo superavitário de 30,92 mil milhões de dólares norte-americanos, um aumento de 41,92 por cento comparativamente a 2021, reflexo do crescimento das exportações em 43,49 por cento, apesar do crescimento das importações em 46,40 por cento no mesmo período.

#### Reservas Internacionais

As Reservas Internacionais situaram-se em 14,48 mil milhões de dólares norte-americanos, o que corresponde a uma cobertura de cerca de 6 meses de importações de bens e serviços.

No sector real, estimamos que o Produto Interno Bruto em 2022 tenha crescido em torno de 3,17 por cento, suportado essencialmente pela dinâmica do sector não petrolífero com destaque para os serviços mercantis, sector diamantífero, agricultura e sector de construção. Ainda em 2022, observou-se uma forte desaceleração do nível geral dos preços, com a taxa de inflação no final do ano, a alcançar os valores mais baixos dos últimos cinco anos, tendo-se fixado em 13,86 por cento, contra os 27,03 por cento no final de 2021.

O comportamento da inflação deveu-se ao curso da política monetária, à apreciação da moeda nacional em relação às moedas usadas nas trocas comerciais, bem como ao aumento e regularidade da oferta de bens de amplo consumo, com destaque para os bens alimentares. Quanto à taxa de inflação, perspectiva-se que continue o percurso de desaceleração em 2023, terminando o ano entre 9,0 a 11 por cento, pelo cortamento favorável das variáveis.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 De camiões a pontes improvisadas tudo serve para rentabilizar a chuva

*Jornal Expansão*

*18 De Janeiro de 2023*

*Texto: Horácio Bapolo*

O mau estado em que se encontram as estradas e ruas de alguns bairros da cidade de Luanda tem motivado, em época chuvosa, a subida dos preços de táxi e dos transportes informais. Aliada a esta subida, surgem outras actividades económicas que, apesar de atraírem clientes (que assim evitam sujar-se, molhar os pés ou deslocar-se para outra zona da cidade), são vistos como formas de extorsão.

A venda de sacolas plásticas para "fita-colar" os pés, pontes improvisadas com paus ou pedras nas estradas e ruas alagadas, transporte de pessoas às costas, entre outros, são os negócios que urgem em muitos bairros de Luanda, na época de chuva, onde existem vias esburacadas.

"Às vezes, para sair de casa para a universidade ou para qualquer um outro sítio tenho de estar munida de, pelo menos, 2.000 Kz para cobrir estas despesas", disse Yolanda Menezes, moradora no Cazenga, acrescentando: "muitos destes jovens arranjam estas maneiras de "extorquir" dinheiro às pessoas por falta de emprego e para garantir a sua sobrevivência. Seria obrigação dos moradores fazer pequenas passagens nos sítios alagados para poder beneficiar a todos".

Por exemplo, quem sai do Grafanil Bar para o bairro Calawenda, ou da Rua dos Cabritos para a Santa Madalena, ambos no município do Cazenga, se não quiser pisar em lama ou pôr o pé em águas paradas, muito comuns nas ruas daquelas localidades, tem quatro opções: gastar 100 Kz para passar por cima de entulho de pedras em forma de ponte (devido à elevada procura o processo é demorado porque apenas passa uma pessoa de cada vez); pelo mesmo valor pode subir nas costas de um jovem "mixeiro" ou recorrer aos serviços de jovens que vendem sacolas para "fita-colar" os pés. Quem tiver um pouco mais de dinheiro pode dar-se ao luxo de "apanhar" uma motorizada, que custa entre 300 kz a 500 Kz, consoante o destino do passageiro.

Há zonas em que o serviço de táxi desaparece para dar lugar às carrinhas e camiões. Na zona da

Estalagem, município de Viana, para quem apanha um táxi na Pracinha da Mamã Gorda para os bairros Ana Paula, Cambwá, Bonzela, Baixa de Cassanje ou Mirú, a viagem nos dias normais custa 200 Kz. Na época das chuvas sobe para 300 Kz por lugar, mas agora na carroçaria de uma carrinha ou de um camião.

Germano Dende é motorista de um camião do tipo Kamaz. O homem trabalha na zona da Estalagem, a transportar carga, mais concretamente areia, blocos e outros materiais de construção civil, a quem solicita os seus serviços. Ao Expansão contou que, quando chove faz serviço de táxi e chega a facturar 50 mil Kz por dia. "Quando as estradas ficam alagadas, aqui não há táxis e as pessoas ficam aflitas, muitas vezes sem saber como vão chegar a casa. E eu aproveito para facturar", disse, de forma descontraída.

#### Défice de infraestruturas

Há também o negócio das sombrinhas ou guarda-chuvas, em que os preços variam de 700 Kz a 1.500 Kz. De acordo com uma zungueira, que preferiu o anonimato, quando não há chuva o negócio é mais barato e quando chove os preços sobem um pouco mais devido ao aumento da procura. "Se estiver a chover durante o dia todo, chego a vender até 30 sombrinhas pelos diversos bairros por onde passo. Mas se não há chuva vendo apenas metade", ilustrou.

Para o engenheiro civil Josias Tinta, estes negócios surgem, em primeira instância, devido ao nível de instrução e às condições sociais das famílias. "As pessoas com o mínimo de informação sabem que evitar pisar águas paradas e das chuvas protege de algumas doenças, porém, do outro lado estão cidadãos com pouca capacidade de escolha, que olham para as dificuldades como uma oportunidade para facturar alguma coisa. São actividades de subsistência", sublinhou.

O especialista não considera que os camiões que fazem serviço de táxi sejam motivados pelo mau estado das estradas, argumentando que "nestas zonas, maioritariamente, não existem estradas, não há esgotos, as ruas muitas vezes ficam submersas após fortes enxurradas e, como o ser humano procura soluções para a satisfação das suas necessidades, a solução que encontrou para este caso é o transporte de camião".

Josias Tinta salienta que a "extorsão de dinheiro" por parte dos taxistas na época chuvosa é um problema de incapacidade do Estado em dar resposta a um "conjunto de situações que já poderiam ter sido resolvidos". "As estradas pouco irão servir se não tivermos redes técnicas que possam receber as águas

pluviais, melhores arruamentos, rede de esgotos e, claro, boas estradas", justificou.

O especialista lembra também que o País ainda investe em estradas que, ao invés de servirem como solução, passam a ser um problema por causa das elevações e das falhas técnicas ao nível da construção, tornando os bairros adjacentes inundados ou com problemas de saneamento. Os motoristas que lá passam aumentam o preço dos serviços e as autoridades ficam reféns: repor a legalidade dos preços afasta os "candongueiros" destas zonas, o que faz reduzir o movimento no interior dos bairros (que também não têm iluminação pública), com consequências directas no aumento da criminalidade.

### 3.2 Motorizadas “monopolizam” actividade de táxi na cidade de Ondjiva

*Jornal de Angola*

*16 De Janeiro de 2023*

*Texto: Domingos Calucipa*

Motorizadas de duas e de três rodas passaram a ser os principais meios de transportação de passageiros e mercadorias na cidade de Ondjiva, a capital da província do Cunene, nos últimos tempos, com a degradação e saída da corrida dos turismos de marca Toyota Corolla azuis e brancos.

Com a proibição de importação de veículos ligeiros com mais de três anos de uso, através do Decreto Presidencial 62/14, de 12 de Março, que regulamenta a importação, comércio e assistência técnica de equipamentos rodoviários, aliviada em 2018 com o Decreto 161/18, de 5 de Julho, que alargou os anos de uso para seis, bem como o agravamento das taxas aduaneiras, muitos não têm encontrado alternativas senão optar pela compra de motorizadas para transporte próprio ou para actividade de táxi, conforme apurou o Jornal de Angola.

Adquiridas em qualquer lugar do país, numa das áreas do comércio normalmente dominada por cidadãos chineses, vietnamitas e indianos, as motorizadas na cidade de Ondjiva substituíram quase na totalidade os táxis convencionais.

São denominados kupapatas (voadores, do umbundu para português) em algumas localidades do país e moto-taxistas ou motoqueiros para muitos, expressões que forçosamente entraram para o vocabulário dos angolanos nos últimos anos, particularmente em Ondjiva, onde o tempo tirou de serviço os Toyota Corolla. Chegam a Ondjiva de distintos pontos, como Lubango, Caluquembe e

Quipungo (Huíla) e de outras províncias, como Huambo e Bié. Para eles, a capital da província do Cunene é tida, hoje, como o "el-dourado" no que ganhar dinheiro com motorizadas diz respeito.

É na ocasião onde está o aproveitar, como diz um velho ditado.

Carregam passageiros, por vezes dois, três ou mesmo quatro na motorizada, além de mercadorias, onde a corrida custa entre 150 e 300 kwanzas dentro da cidade, que pode subir para 1.000 ou mais no período da noite ou em função do percurso.

O meio tornou-se o transporte comum do dia-a-dia para os alunos na ida e regresso da escola, para os funcionários de e para o local de trabalho, o transporte de doentes para o hospital, as deslocações para as compras nos mercados ou para a igreja, transformando-se em alternativa às viaturas em crescente retirada da actividade de táxi, uma ocupação que se tornou bastante lucrativa para os donos das motorizadas.

Raimundo Khole, um jovem moto-taxista proveniente do município da Matala, Huíla, disse que por dia tem conseguido facturar em média cinco mil kwanzas com a sua motorizada, numa actividade que inicia desde às seis horas e só termina perto das 21 horas.

A província do Cunene, a exemplo de outras, recebeu autocarros que foram distribuídos às empresas de transporte, que estão apenas a se dedicar às vias longas, ao lado dos Hiaces, azul e branco, com preferência às linhas Ondjiva-Namacunde-Santa Clara, Ondjiva-Xangongo ou Ondjiva-Lubango.

#### Um figurino incomum

Considerada como uma nova realidade, "a quantidade de motorizadas ao serviço de moto-táxi no casco urbano da cidade de Ondjiva está não só a criar alguma perturbação no ordenamento do trânsito, como está também a tirar a estética" à urbe, ao se tornar o meio de transporte mais usado pelos munícipes, observou o sociólogo Garcia de Jesus Ndahepele.

Para o sociólogo, não obstante o serviço de moto-táxi na cidade ser a fonte de sustento de muitos jovens, o certo é que esses meios não oferecem qualquer segurança aos passageiros, sobretudo a crianças, mulheres grávidas e idosos que, nas suas deslocações para a es-cola, hospital ou outro lugar, não encontram alternativas de transporte.

Disse que ao proliferarem pela cidade, na sua maioria sem o mínimo de conhecimento do Código de

Estrada e sobre motorizadas identificadas com matrículas, os moto-taxistas dão alguma "sensação de desordem", apesar de prestarem um trabalho útil.

"A nova realidade de transportes públicos da cidade é deveras preocupante. É um fenómeno de motorizadas no casco urbano. Quase que já não se vê um único carro azul e branco nas ruas a fazer táxi, o meio no país tido até então como o convencional", constatou Garcia Ndahepele.

O sociólogo notou que, numa altura em que o país elegeu o turismo como uma das grandes apostas, rumo à diversificação da economia, a ausência de táxis na cidade pode ser um factor inibidor à actividade turística. "Os turistas assim inibem-se, porque noutros países da região não é assim, não usam motos, por isso não podemos ser diferentes", assinalou.

#### Moto-taxistas sensibilizados

Ante essa nova realidade, deu-se início, há dias, uma campanha de sensibilização aos moto-taxistas, na sua maioria a exercerem a actividade ilegalmente, sobre a necessidade de aderirem às escolas de condução para adquirir a carta ou a licença de condução, documentos que os habilita a circular na via.

A iniciativa, que teve começo no Cuanhama, que tem como sede a cidade de Ondjiva, e vai estender-se aos restantes cinco municípios, é do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, em parceria com a Polícia Nacional, tendo em atenção o Decreto Presidencial 23/22, de 30 de Maio, que legaliza o exercício da actividade de moto-táxi.

Segundo a directora do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana do Cunene, Geraldina Paredes, o trabalho iniciado visa sensibilizar os moto-taxistas, no sentido de respeitarem aquilo que são as normas de condução na via pública e a aderirem às escolas de condução nas localidades onde estas existem.

A responsável disse que as administrações municipais vão criar salas específicas de formação para moto-taxistas, ao mesmo tempo que o Gabinete está a manter contacto com as Escolas de Condução, no sentido de estas passarem a dar formação que tenha duração mínima de cinco meses. Geraldina Paredes, que admitiu que as motorizadas são o meio de transporte mais usado hoje pela população na província, disse haver toda a necessidade de disciplinar a circulação desses meios, sobretudo nos centros urbanos, onde no dia-a-dia se verifica

manobras perigosas e vários acidentes por desconhecimento das regras na via.

"O novo regime jurídico veio acautelar o exercício dessa actividade, com o início da sua implementação dentro de tempos haverá sanções para aqueles que não cumprirem com a norma vigente", alertou a responsável dos Transportes no Cunene.

Contudo, a directora disse que o Gabinete tem estado a manter contacto com alguns empresários do ramo que pretendem implementar os serviços de táxi urbano na cidade de Ondjiva. "Temos em carteira conversações com três empresas, que estão neste momento num processo de organização das condições de espaço", assegurou.

#### Vítimas nas estradas

Pelo menos 87 acidentes de viação, envolvendo motorizadas, foram registados durante o terceiro trimestre deste ano na província do Cunene, que tiveram como resultado nove mortos e 103 feridos.

De acordo com o chefe do Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária do Comando Provincial da Polícia Nacional do Cunene, o superintendente-chefe Salvador dos Santos, no último trimestre houve diminuição de mortes, quando comparado com o anterior que assinalou 16 óbitos, enquanto o número de feridos subiu de 86 para 103.

Salvador dos Santos observou que não obstante a redução dos acidentes de viação envolvendo motorizadas durante o terceiro trimestre deste ano, "ainda sentimos que temos muito que fazer para reduzir a sinistralidade rodoviária".

Aquele oficial superior da Polícia Nacional disse que o número de acidentes na província envolvendo motorizadas é justificado com a ausência de táxis convencionais de passageiros, o que faz com que os moto-taxistas ganhem lugar, sobretudo na cidade de Ondjiva.

"É o transporte que a cidade oferece neste momento. Só que não são seguras porque boa parte dos moto-taxistas não está habilitada, desconhece as regras de trânsito e seus regulamentos", concluiu Salvador dos Santos.

### 3.3 Actividade dos moto-taxistas vai ser regularizada e uniformizada

*Jornal de Angola*

18 De Janeiro de 2023

Texto: Weza Pascoal e Ezequiel Ndala

A partir do segundo trimestre deste ano, o exercício da actividade dos moto-taxistas, na província do Cuando Cubango, vai ser uniformizado e regularizado, com base no Decreto Presidencial N°123/22, de 30 de Maio.

De acordo com o director do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Pio Viti Francisco, a implementação do ordenamento jurídico que regula as actividades dos moto-taxistas permite monitorar o trabalho dos "Kupapatas", através da emissão de licenças, carteiras profissionais, assim como a uniformização dos preços da corrida, criação de paragens específicas e a devida identificação dos mesmos.

Pio Viti Francisco explicou que, para tal, será cobrado o valor de 5.500 kwanzas para a emissão da licença, que autoriza o exercício da actividade e 2.800 kwanzas para a carteira profissional, que permite a inscrição na Segurança Social e outros requisitos, sendo os principais documentos a serem exibidos no decorrer da actividade.

"Até então, os moto-taxistas da região exercem o seu trabalho de forma desordenada, sem regulamentação das suas actividades. Em casos de acidentes de viação esta medida vai ajudar no controlo e responsabilização dos motoqueiros envolvidos, porque actualmente, quando deparados com esta situação, os mesmos colocam-se em fuga, abandonam a motorizada e a própria vítima, no local do sinistro. Para evitar isso, cada município vai ter um colete próprio, com cores diferentes, de modo a facilitar a identificação dos mesmos", esclareceu.

Na semana finda, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) promoveu uma formação, em que participaram técnicos da Direcção Municipal e do Gabinete Provincial dos Transportes, agentes reguladores de trânsito, representantes da Associação de Motoqueiros de Angola (AMOTRANG) e da Associação dos Taxistas de Angola (ATA).

A nível do Cuando Cubango, revelou, a AMOTRANG controla mais de dois mil moto-taxistas, sendo que o maior número está concentrado na capital da província, Menongue.

No decorrer da actividade, foram passadas informações sobre o módulo que vai permitir

encurtar a distância entre as paragens e ainda foi anunciada uma formação para os moto-taxistas, para o próximo mês.

#### Transportes públicos

O director informou que a província do Cuando Cubango conta actualmente com 20 autocarros operacionais, que garantem a transportação de pessoas e bens, em rotas interurbanas, municipais e comunais, um número irrisório para atender a demanda da população a nível da região.

Pio Viti Francisco explicou que, em 2016, o Cuando Cubango beneficiou de 43 autocarros, dos quais 20 estão operacionais e a circular no transporte de pessoas e mercadorias, fazendo a rota que parte do município de Menongue até ao Cuito Cuanavale e Cuchi.

O sector que dirige tem registado 14 empresas privadas de transportes públicos, quatro oficinas, três escolas de condução e seis parques de embarque e desembarque, para passageiros e cargas.

Entre o final de 2016 e princípio de 2017, a província recebeu 23 autocarros para transporte público, destes, apenas sete estão operacionais. Em 2019, recebeu mais 11 autocarros, mas apenas nove estão operacionais, porque dois se encontram avariados.

Em 2020, beneficiou de nove autocarros, estando dois inoperantes e os restantes sete sob tutela da cooperativa do Missombo, para a transportação dos estudantes do Instituto Médio Agrário (IMA) e da Escola do Ambiente.

Além da AMOTRANG, referiu, o Gabinete Provincial dos Transportes tem registado 50 integrantes na Associação dos Taxistas de Angola (ATA).

O responsável solicitou a aquisição de mais autocarros urbanos, intermunicipais e interprovinciais, para permitir maior transporte de pessoas.

#### Outras preocupações

O director dos Transportes do Cuando Cubango propôs também a construção de um terminal rodoviário interprovincial e um porto seco em Menongue, para facilitar os postos fluviais nos municípios, tal como nos rios navegáveis e o lançamento das actividades de transporte intermunicipal.

Na sua visão, urge a necessidade de se construir igualmente um ramal ferroviário de Menongue até ao

município do Cuangar, que deve incluir a aquisição de barcos para o transporte de pessoas e bens, assim como a edificação de parques e oficinas auto, para a reparação exclusiva das viaturas do Governo Provincial.

Solicitou ainda a entrada em funcionamento do comboio expresso, que além de aumentar a frequência semanal vai reduzir o tempo de viagem e respeitar os padrões exigidos internacionalmente, designadamente com carruagens climatizadas e acopladas com camarotes, restaurantes, música, televisão, entre outros serviços que vão conferir uma viagem mais confortável aos utentes.

### 3.4 Economia angolana tinha apenas 56.094 empresas legalizadas em Agosto de 2021

*Jornal Expansão*

*27 De Janeiro 2023 às 11:00*

*Texto: Martins Chambassumo*

Economia angolana tinha apenas 56.094 empresas legalizadas em Agosto de 2021

Em Angola existiam 56.094 empresas legalizadas em Agosto de 2021, enquanto 27.628 estavam em actividade mas eram informais não estando legalizadas, de acordo com o segundo Recenseamento das Empresas e Estabelecimentos (REMPE 2019) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Trata-se de 75.266 empresas em actividade, muito pouco para um país com mais de 33 milhões de habitantes. Contas feitas, em Angola existe uma empresa legalizada por cada 589 habitantes, um número negativo face ao que acontece noutros países. Por exemplo, Moçambique, uma realidade mais parecida com a de Angola, tem uma empresa legalizada por cada 350 habitantes. Já Portugal, existe uma empresa por cada 8 habitantes.

Estes rácios são reveladores dos efeitos de uma economia ainda demasiado informal, em que face à falta de oportunidades de emprego cerca de 80% dos empregos acabam por ser biscates na informalidade. A juntar à fuga de mão-de-obra para a informalidade, especialistas explicam que a crise económica e financeira que o País vive desde 2014, acrescida com a pandemia da Covid-19, desestruturou o tecido empresarial angolano, provocando o encerramento de milhares de unidades empresariais em todo o território nacional atirando para o desemprego milhares de angolanos.

O REMPE que avalia a série entre 2019-2021, divulgado na semana passada, indica que o País

contabilizava, no final do ano passado, um total de 83.722 empresas registadas, em que 75.266 estavam em actividade. Das restantes, 1.926 aguardavam início de actividade, 3.098 suspenderam a actividade e 3.433 fecharam definitivamente as portas. O INE indica, no relatório, que no final de Agosto de 2021, as empresas encerradas representavam 4,1% do total das unidades recenseadas.

Face a 2019, quando o INE indicava no Anuário sobre as empresas que existiam no País 207.536 unidades registadas, o número em 2021 caiu 60%. Mas isso só acontece, porque das 207.536 registadas, 144.210 eram empresas "fantasmas", ou seja, aguardavam ainda início de actividade. Só que agora com o censo das empresas, esse número das empresas a aguardar actividade caiu para 1.926, ou seja, 2,3% do total das empresas registadas até Agosto de 2021.

Para o secretário de Estado para a Economia, Ivan dos Santos, a geografia de empresas apresentada no REMPE 2019 já mostra uma grande assimetria, tendo em conta que Luanda, de acordo com os dados do censo, concentra cerca de 50%, ou seja, perto de 41 mil unidades empresariais do total das empresas recenseadas entre Março de 2020 e Agosto de 2021. O governante garante que este quadro obriga as autoridades a repensarem as suas políticas e redefinição das políticas dentro do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027) e incentivos fiscais para atrair investimentos com qualidade para o interior do País.

Quanto à taxa da informalidade, Ivan dos Santos mostrou-se preocupado, mas entretanto assegurou que com o surgimento do Programa de Reversão da Economia Informal (PREI) numa nova versão, o Estado vai empenhar-se na formalização de toda a actividade empresarial sem autorização formal e oferecer mais benefícios para quem aderir. Uma tarefa que não é fácil, segundo o investigador da Universidade Agostinho Neto, Fernandes Wanda, que diz que é preciso fazer reformas para que os empreendedores sintam que vale a pena formalizar os negócios.

Quanto ao domínio do comércio na actividade empresarial, o secretário de Estado Ivan dos Santos disse que é um quadro preocupante, mas acredita que tudo está a ser feito para inverter o quadro actual, dando a entender que não se desenvolve uma economia só com comerciantes.

Já Fernandes Wanda explica que em Angola o crédito da banca favorece o sector do comércio e que "estes dados apenas confirmam esta tendência."

### 3.5 Mais de 200 mercados movimentam comércio na cidade capital do país

*Jornal de Economia e Finanças*  
27 De Janeiro de 2023

A província de Luanda controla, ao menos, 208 mercados distribuídos pelos nove municípios da capital, os quais geraram, em 2021, uma receita média mensal de 66 milhões de kwanzas. Dados do Governo Provincial detalham que, em termos de distribuição por município, Viana, pela dinâmica demográfica, pois é o mais habitado, regista o maior número de mercados, no total 77.

Seguem-se Cacuaco (27), Icolo e Bengo e da Quiçama (12 cada). Há ainda os municípios de Belas (11), Cazenga (17), Kilamba Kiaxi (14), Luanda (24) e Talatona (14). Senso sobre empregos Relativamente à força de trabalho, o GPL diz que, neste momento, constitui maior preocupação do Executiva, o fomento da empregabilidade, promovendo empregos condignos e sustentáveis.

Considerando o elevado grau de ocupação informal nos mercados, quantificar este indicador, neste momento, pode se correr o risco de subestimar ou sobre estimar o emprego directo e indirecto nos mercados de Luanda. No entanto, com a campanha de formalização da economia em curso nos principais mercados, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), entre outras acções que estão a ser desenvolvidas localmente, em breve, ter-se-á dados mais fiáveis sobre a empregabilidade nos mercados da província.

A venda ambulante é uma actividade reconhecida nos diplomas que regem a nossa actuação mas não nos moldes como é exercida actualmente. O artigo 13º da Lei nº 11/2019, referida na primeira questão, define vendedores ambulantes as pessoas que transportam produtos e mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer meio adequado os vendam ao público consumidor pelos lugares em que transitam outros que a Administração Local colocar à sua disposição.

É com base neste prisma, diz o GPL, que em sessão extraordinária, foram orientadas às Administrações Municipais a implementarem como medidas a realização de uma campanha de sensibilização e registo dos vendedores ambulantes; definição de locais para o exercício da venda ambulante; dinamização de feiras municipais, com a definição de locais permanentes para a sua realização e dias de semanas; asseguramento do cumprimento escrupuloso dos princípios legais para o exercício da

actividade de comércio ambulante, a fim de mitigar-se a venda em locais inapropriados.

Questionado sobre o porquê da designação Feiras e Mercados, a resposta por certa remetida pelo gabinete de Comunicação e Imagem do GPL esclarece que a mesma resulta pela partilha de várias características comuns.

### 3.6 PREI prevê cadastrar 400 mil operadores económicos

*Jornal de Economia e Finanças*  
27 De Janeiro de 2023

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) perspectiva, para este ano, cadastrar, a partir do próximo mês de Fevereiro, cerca de 400 mil operadores em todo o país.

Os dados foram apresentados pelo ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, na apresentação do balanço das actividades desenvolvidas em 2022 e perspectivas para 2023.

O gestor disse que o ano passado, o programa permitiu formalizar mais de 250 mil operadores económicos, quantidade que ultrapassou as estimativas previstas do Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN), tendo a economia informal reduzido em 1,2 por cento. Cerca de 50 mil operadores foram formalizados por mês, e com esta meta mensal.

Por outro lado, de forma a alcançar os objectivos, será necessário enquadrar os jovens, porque o PREI 2.0, a ser lançado, será um programa que terá a parceria dos jovens.

"Estes poderão ter o seu negócio, montar projectos desde cyber cafés, quiosques, entre outros", frisou. O Ministério da Economia e Planeamento, através do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), prevê, para este ano, desenvolver e financiar um total de 1.500 projectos em vários sectores da actividade produtiva.

Segundo Mário Caetano João, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), que ainda está em elaboração, definirá as metas. "Os 1.500 projectos é um número que gostaríamos de atingir, e quiçá financiar muito mais, sendo que, para este ano, existe muito mais recursos financeiros, destacando os três novos programas do Executivo, nomeadamente, PLANAGRÃO, com cerca de 230 mil milhões de kwanzas, o PLANAPECUÁRIA, com cerca de 100 milhões de dólares (50 mil milhões de kwanzas), bem

como o PLANA- PESCA, com aproximadamente o mesmo recurso financeiro", adiantou, depois de frisar que no ano passado não havia a disponibilidade destes recursos.

Sublinhou que o Executivo angolano está engajado em alocar financiamentos aos projectos ligados à economia real, com vista a potenciar o sector do agro-negócio do país.

Mário Caetano João reportou que, em 2022, o PRODESI financiou projectos de cerca de dois mil operadores económicos a nível de todo o país. No ano passado, foram registados cerca de 100 mil produtores no Portal da Produção Nacional (PPN), contra os cerca de 68 mil produtores do ano de 2021.

Mário Caetano João explicou que com o surgimento da Covid-19, o montante exportado baixou para cerca de 40 milhões de dólares, sendo que em 2021 passou para aproximadamente 66 milhões de dólares.

"Estamos a recomeçar e desta vez de forma mais robusta, porque esta produção já é fruto de todos os esforços, não só dos produtores, como também de todas as instituições públicas que estão a abraçar cada vez mais o PRODESI, e acima de tudo o sistema bancário", frisou.

#### Expo Feito em Angola

Na sequência do plano de expansão do "Serviço Feito em Angola", prevê-se desenvolver, em todo o território nacional, no mês de Novembro, acções que visam mobilizar a adesão de 500 empresas e o registo de 1.000 produtos, até ao final de 2023.

Por um lado, fruto da dinamização do serviço e da simplificação do processo de adesão, estima-se um crescimento médio anual de 25 por cento, até 2027.

Desde a sua criação, o programa registou até o final de 2021 cerca de 130 empresas, as quais deram visibilidade ao "Selo Feito em Angola".

Ainda no âmbito do PRODESI, Mário Caetano João disse que foram realizadas várias feiras de produção nacional, perspectivando-se para este ano um total de 13 feiras temáticas com parceiros.

Numa primeira fase, segundo avançou o ministro, será realizada a "Expo Mulher", uma feira de cariz africana e internacional. Consta ainda dos projectos, a realização da feira da moda, que terá a parceira do Ministério da Cultura

### 3.7 Seis em cada dez empresas registadas em Angola actuam no sector do comércio

*Jornal Expansão*

*27 De Janeiro 2023*

*Texto: Martins Chambassuco*

Seis em cada dez empresas registadas em Angola actuam no sector do comércio

Os dados do INE referentes à série de 2019, sobre o censo das empresas em Angola, revelam que o comércio por grosso e retalho, com 59,1% do total das empresas do País, o equivalente a 49.480 empresas, lidera as estatísticas de unidades recenseadas entre Março de 2020 a Agosto de 2021. Já no lado oposto surge a "captação, tratamento e distribuição de água", onde estão concentradas o menor número de empresas. Os dados fazem parte do segundo censo de empresas realizado em Angola 19 anos depois do primeiro. O relatório do INE não indica o volume de negócios do sector do comércio, mas especialistas acreditam que seja o segundo maior empregador do País após a agricultura.

O secretário de Estado para a Economia, Ivan dos Santos, disse que é uma matriz preocupante, mas as autoridades trabalham para inverter a situação. No seu entender estes indicadores são um meio de reflexão para a adopção de medidas e políticas mais eficientes no sentido de inverter o crescimento da actividade comercial. Realçou, por outro lado, que tudo será enquadrado no Plano de Desenvolvimento Nacional PDN 2023-2027.

"Não queremos que se mantenha esta matriz económica em que o comércio domina as actividades empresariais em Angola", disse, lembrando que as autoridades trabalham já para inverter este quadro com aposta no investimento para a indústria transformadora.

O investigador Fernandes Wanda lembrou, por outro lado, que Angola precisa é desenvolver o sector produtivo local para que possa depois alimentar o sector do comércio a grosso e a retalho, "já que hoje este comércio é muito alimentado pelas importações."



A estratégia, prosseguiu, passa por dinamizar sectores intensivos em mão-de-obra, encorajar as empresas a exportarem bens e serviços no sentido de diversificar as exportações. "O foco não é aumentar o número de empresas apenas por aumentar, elas devem ser competitivas", sublinhou.

Fernando Wanda acrescenta que é preciso definir os sectores prioritários, isto é, aqueles que vão ser o motor e impulsionar o crescimento económico, fora do petróleo, criando condições para que as iniciativas de investimento sejam bem-sucedidas. O ambiente macroeconómico de crise constante no País e a escassez de divisas potenciou o aumento do número de empresas no sector do comércio, que serviu de refugio para acomodar empreendedores e trabalhadores.

O economista José Lopes, mais pessimista, diz que não se desenvolve uma economia forte apenas com comerciantes e lembra, por outro lado, que o País tem de produzir e é obrigação do Estado desenvolver políticas de incentivos para atrair investimentos. "Não se pode desenvolver uma economia com comerciantes e é o momento de as autoridades trabalharem na atracção de investimentos qualitativos, sobretudo para o sector da indústria transformadora", remata.

Já o empresário Costa Camuenho diz que as constantes crises obrigaram empresas de outros sectores a fecharem as portas e, como alternativa, os proprietários passaram a dedicar-se ao comércio a grosso e a retalho. "Tudo para compensar os efeitos com a crise financeira que a economia angola[1]na vive desde 2014", revela a fonte.

Reconhece, no entanto, que os números, nesse momento não o surpreendem, mas é urgente que os apoios do Estado cheguem aos empresários para investirem em sectores fora do comércio. "Temos de pensar uma economia industrializada e não num mercado dominado por comerciantes. Se queremos crescer temos que investir na transformação de matérias-primas e desenvolver a indústria, criando incentivos para todas as zonas.

Evitar que os interesses sejam manifestados apenas para o litoral", disse. De recordar que a maioria das empresas recenseadas, cerca de 84% são micro empresas, com 1 a 6 trabalhadores. Em termos de empregos há mais mulheres empregadas no sector informal (cerca de 32%) do que no sector formal (cerca de 26%).

## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Presidente da República aprova dívida de 2,6 biliões de kwanzas

*Jornal de Angola*  
4 De Janeiro de 2023

O Presidente da República, João Lourenço, aprovou uma dívida adicional de 2,6 biliões de kwanzas até à entrada em vigor do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2023, para fazer face às necessidades de financiamento de projectos já orçamentados.

João Lourenço refere, no Decreto Presidencial n.º 296/22, de 30 de Dezembro, a que a Lusa teve ontem acesso, que enquanto o OGE de 2023 não for aprovado pela Assembleia Nacional, a ministra das Finanças é autorizada a emitir título de dívida pública, na modalidade de Obrigações de Tesouro (OT), no valor de 2,6 biliões de kwanzas.

A receita arrecadada, diz o decreto, destina-se a fazer face às necessidades de financiamento de despesas do OGE 2023.

Segundo o Presidente da República, a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, deve estabelecer, em diploma próprio, as regras de emissão e demais elementos necessários das Obrigações de Tesouro.

A proposta de OGE-2023, que estima receitas e fixa despesas de 20,1 biliões de kwanzas, foi entregue ao Parlamento a 9 de Dezembro de 2022 e deve ser aprovada, na generalidade, na primeira quinzena do mês em curso.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que fez a entrega do documento, disse, na ocasião, que o OGE-2023 tem um saldo global superavitário de 0,9% e que a taxa de crescimento prevista será maior que a taxa de crescimento da população.

A proposta de OGE-2023 vai cumprir, fundamentalmente, dois objectivos, nomeadamente a "continuação do crescimento económico do país e o prosseguimento de uma gestão orçamental prudente".

"Vamos dar continuidade ao processo de consolidação fiscal em curso no país", assegurou Manuel Nunes Júnior, dando conta que as

autoridades prevêem, para 2023, um saldo orçamental positivo de cerca de 2,7%.

Para o ministro de Estado, não ter saldos orçamentais deficitários "é muito importante para uma economia", porque o país passa a ter menos necessidades para incorrer em processos de endividamento.

### 4.2 OGE GPL considera ínfima proposta para a capital, mas promete trabalho

*O Novo Jornal*  
Texto: Antunes Zongo  
6 De Janeiro de 2023

o Governo provincial de Luanda toma por insuficientes os pouco mais de 979,9 mil milhões de kwanzas para as despesas da capital, constantes na proposta para o Orçamento Geral do Estado 2023. Cálculos do Novo Jornal indicam que a proposta de orçamento para Luanda, no presente ano, representa 16% a menos em relação às despesas de 2022, em que a capital encaixou pouco mais de 1,1 biliões de kwanzas.

A posição do GPL quanto a essa matéria foi transmitida ao Novo Jornal por Lázaro Filipe, director do Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística do Governo provincial de Luanda. Apesar da "insuficiência" das verbas propostas, Lázaro Filipe sublinha que, [caso o OGE seja aprovado como está], o Executivo local ainda assim há de trabalhar no sentido de contrariar os problemas que enfermam a capital.

"Tratando-se de uma proposta orçamental e atendendo que o OGE é um documento provisional, a presente proposta não satisfaz de todo as necessidades e os desafios do Governo Provincial de Luanda. Entre- tanto, vamos fazer mais com pouco, dentro das prioridades previamente identificadas, sobretudo as que constando plano Integrado de Intervenção na província Luanda e demais programas em curso", garantiu Lázaro Filipe, em exclusivo ao NJ.

Entre outras coisas, o responsável pelo Gabinete de Estudo do GPL destacou que as prioridades do Executivo de Luanda, neste momento, são a "conclusão dos projectos em curso e paralisados nas áreas sociais, educação e saúde", bem como acções ligadas à melhoria das vias "secundárias e terciárias e projectos ligados à macro e micro drenagem".

Entretanto, se, por um lado, o GPL diz que poderá fazer mais com pouco, há observadores que não vêem como o Governo de Luanda poderá alcançar os objectivos com a actual proposta orçamental.

Na edição 756 do NJ, no ano passado (2022), foi notícia uma ordem do Presidente da República João Lourenço, que intimava o Executivo da capital e alguns departamentos ministeriais a resolverem os problemas de electrificação, distribuição de água potável e saneamento básico.

"O relatório chegado à mesa de João Lourenço sobre o balanço das eleições gerais concluiu que o partido [MPLA] perdeu copiosamente em Luanda [para a UNITA] por não ter conseguido resolver problemas como a electrificação, a distribuição de água potável e o saneamento básico. João Lourenço quer alterar o quadro, por isso, orientou aos seus auxiliares para a resolução imediata destes problemas", referiram as fontes do NJ, citadas na edição supra.

### 4.3 Arrecadação de Imposto Predial ficou acima do previsto no OGE 2022

*Novo Jornal*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Maurício Viera Dias*

Dados da AGT assinalam que, entre 2021 e 2022, houve um aumento de 22% na arrecadação de receitas por meio do Imposto Predial (IP), saindo dos 48 mil milhões de kwanzas, para os actuais mais de 58,5 mil milhões Kz.

Em 2022, as receitas fiscais por via do Imposto Predial mais do que duplicaram, face ao previsto no Orçamento Geral do Estado (OGE), dado que a Administração Geral Tributária (AGT) arrecadou mais de 58,5 mil milhões de kwanzas, equivalente a 116 milhões de dólares à taxa média actual do Banco Nacional de Angola (BNA), contra os pouco mais de 28 mil milhões de kwanzas (56 milhões de dólares) definidos no orçamento.

A razão do crescimento das receitas de IP em 2022 está principalmente associada à cobrança de Imposto renda dos prédios urbanos ou rústicos, que permitiu o Estado encaixar 48,9 mil milhões de kwanzas (97 milhões de dólares), contra os quase 10,9 mil milhões Kz (21,5 milhões de dólares) previstos no OGE 2022, representando, desta forma, um aumento expressivo de 350%, observou o Novo Jornal as informações transmitidas na quarta-feira, 11, pelo director dos Serviços Fiscais da AGT, Denis Barbosa, durante uma conferência de imprensa de lançamento

da campanha de sensibilização ao pagamento do Imposto Predial e do Imposto sobre veículos Motorizados (IVM).

Este semanário observou, entretanto, que, através da cobrança de Imposto Predial a património de terceiros, a AGT apenas conseguiu arrecadar 9,6 mil milhões Kz (19 milhões USD), montante 44% abaixo dos 17,3 mil milhões de kwanzas (34 milhões USD) vaticinados no OGE de 2022.

A entidade responsável pelo fisco no nosso País conta, actualmente, na sua base de dados, com um total de 104.934 imóveis inscritos, cuja receita "é toda destinada ao poder local, ou seja, às administrações municipais", explicou Denis Barbosa. Até final de 2021, recorde-se, tinha inscrito apenas 40.085 imóveis.

"Vamos continuar, neste ano, com este ritmo de inscrições de imóveis em todo o País para alargarmos a base de cadastro", realçou o director dos Serviços Fiscais da entidade pública angolana.

Os dados da AGT assinalam, por outro lado, que, entre 2021 e 2022, houve um aumento de 22% na arrecadação de receitas por meio do IP, saindo dos 48 mil milhões Kz (95 milhões USD), para os actuais mais de 58,5 mil milhões Kz.

A AGT espera que as arrecadações para ambos os impostos cresçam em 15% em 2023, uma vez que a proposta de aGE 2023 indica uma receita no valor de pouco mais de 67 mil milhões Kz, correspondente a 133 milhões de dólares.

A liquidação e pagamento do IP decorre de 01 de Janeiro a 31 de Março, sendo que o não pagamento é passível de aplicação de multa de 25% do valor do imposto.

Denis Barbosa alertou para a necessidade de todos os cidadãos registarem os seus imóveis e veículos junto da AGT, reforçando que a instituição promove, desde Março de 2021, o Programa Nacional de Educação e Cidadania Fiscal.

### 4.4 Fisco arrecada 135,5 milhões USD em impostos com veículos e imóveis em 2022

*Jornal Expansão*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Martins Chambassuco*

A Administração Geral Tributária (AGT) arrecadou 3,8 mil milhões Kz ( 8,3 milhões USD) em impostos

sobre Veículos Motorizados (IVM) e 58,5 mil milhões Kz (127,2 milhões USD) em Imposto Predial (IP) em 2022. De acordo com o director dos Serviços Fiscais da AGT, Denis Barbosa, a arrecadação do IVM representou um aumento de 10% e o IP representou um crescimento de 2% face a 2021. Já para 2023, o Fisco espera que a arrecadação para os dois impostos cresça em 15%.

Um indicador justificado com o programa de educação da cidadania que está a ser desenvolvido pela AGT em todo o País, ou seja uma campanha de sensibilização para o pagamento dos dois impostos. Recordar que o IP incide sobre a propriedade, a renda dos prédios urbanos ou rústicos e também sobre o valor da transmissão, ou seja, "sobre o valor que estiver avaliado quando estiver com proprietário ou quando estiver arrendado".

O IVM, que até 2018 era denominado de Taxa de Circulação, é aplicado sobre todos os veículos matriculados ou registados no País, nomeadamente automóveis ligeiros e pesados, motociclos, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, aeronaves, embarcações e veículos eléctricos. No entanto, a AGT continua a apelar aos cidadãos para a necessidade de registo dos seus imóveis e veículos.

De acordo com o responsável, a instituição promove, desde Março de 2021, o Programa Nacional de Educação e Cidadania Fiscal. "O objectivo é aumentar e melhorar o nível de literacia fiscal, trazer uma nova consciência sobre o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos cidadãos e tem como público-alvo ao longo desse período o Ministério da Educação, universidades, associações corporativas, instituições públicas e privadas", frisou.

Em termos de calendarização, a liquidação e pagamento do IP decorre de 1 de Janeiro a 31 de Março e para o IVM, ocorre nos primeiros seis meses de cada ano, sendo que o não pagamento é passível da aplicação de multa de 25% correspondente ao valor do imposto. A AGT conta já, no âmbito do IP, um total de 104.934 imóveis inscritos, cuja receita arrecadada "é toda destinada ao poder local, ou seja, às administrações municipais".

Em relação aos veículos motorizados, a AGT tem inscritas na sua base de cadastro 164 aeronaves, 2.252 embarcações, 476.007 veículos ligeiros, 62.224 veículos pesados e 47.172 motociclos. Quanto ao IVM, as isenções incidem sobre os bens do Estado, autarquias, partidos políticos, missões diplomáticas e consulares, "quando haja reciprocidade entre os Estados", as organizações internacionais nos termos de acordos celebrados com Angola, os veículos

adaptados para pessoas com deficiência e tractores agrícolas.

#### 4.5 Funcionamento do OGE/2023 entre o optimismo do MPLA e a desconfiança da oposição

*Jornal o País*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: João Feliciano e Ladislau*

*Francisco*

A proposta de OGE para 2023 apresente a cifra de 20,1 milhões como referência o barril de petróleo a USD 75, sendo que 23,95% deste valor destina-se ao sector social 10% para o sector económico, 8,6% para o da defesa, segurança e ordem pública ao passo que os serviços públicos gerais contam com 12,5%, enquanto os restantes 45% ficam virados para o serviço da dívida, conforme apontou a ministra das finanças, aquando da entrega do OGE.

As diferenças começam, desde já, no valor total do orçamento, que salta dos 18,7 mil milhões de kwanzas do OGE de 2022, para os 20,1 mil milhões, um aumento de mais de 1,3 mil milhões de kwanzas no que às receitas dizem respeito.

Mais aposta no sedor social

A Educação tem previsto mais de 1.5 biliões de kwanzas, exactos 7,73% do total das despesas, enquanto o Ensino Superior tem previsto 283,8 mil milhões de kwanzas, exactos 1,41% do total das despesas. Um aumento de pouco mais de um ponto percentual na Educação e de cerca de 0,28% no Ensino Superior.

Quanto aos programas para estas duas rubricas, destaque para o item melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário que recebe 136.2 milhões de kwanzas, o maior pedaço do bolo, seguido apenas pelo item melhoria da qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica que tem prevista uma dotação de 35,2 milhões de kwanzas.

Nota-se, pois, uma clara estratégia de continuidade, já que este mesmo item melhor ia da qualidade e desenvolvimento do ensino primário tinha recebido 115 mil milhões de kwanzas, a maior fatia do bolo da Educação no exercício de 2022. Embora fique sempre à sombra de não se saber ao certo que acções específicas são levadas a cabo e que levaram ao dispêndio dos dinheiros públicos.

Por sua vez, a Saúde tem previsto 1,3 biliões de kwanzas, cerca de 6,66% do total das despesas. Um acréscimo de mais de 434 mil milhões de kwanzas se comparado aos 1,2 biliões de kwanzas atribuídos ao sector no OGE 2022.

Em termos de peso, a Saúde saltou dos 4,8% para os mais de 6,6% do total das despesas, um crescimento de quase 2%. Além da materialização do firme compromisso com o sector social e com a saúde em particular, salta a vista, e já olhando para o programa de despesas, a especial atenção a melhoria da assistência médica e medicamentosa que recebe 245 mil milhões de kwanzas, a maior fatia do bolo da saúde. Uma posição reforçada já que no OGE anterior este mesmo item era o que recebia maior fatia do bolo, entretanto, com menos 73 mil milhões de kwanzas.

A protecção social tem previsto 688 mil milhões de kwanzas exactos 3,42% do total das despesas. Em termos percentuais não há qualquer tipo de movimentação/mas há um aumento de mais de 49 mil milhões de kwanzas nos valores destinados a esta rubrica.

Outra rubrica na qual se regista um crescimento considerável da despesa destinada, é a da Habitação e serviços comunitários que viu o seu peso no total das despesas, crescer perto de 2%, saltando dos 684 mil milhões no OGE de 2022, para os mais de 1 bilião apontados para o OGE de 2023. Na rubrica Emprego e condições de trabalho, o destaque recai para a promoção da empregabilidade que 13,4 mil milhões de kwanzas em 2023, bem acima dos 9,7 mil milhões de kwanzas que tinha recebido no OGE 2022.

Os números evidenciam uma efectiva movimentação no sentido de reforçar a aposta no sector social.

#### 4.6 OGE dá prioridade à protecção das famílias mais vulneráveis

*Jornal de Angola*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Gabriel Bunga*

OGE prevê receitas e despesas no valor 20.104.207. 404.872,00 (vinte trilhões, cento e quatro bilhões, duzentos e sete milhões, quatrocentos e quatro mil e oitocentos e setenta e dois kwanzas). O relatório de fundamentação refere que a defesa do consumo das famílias e a protecção das famílias vulneráveis será feita por implementação das medidas que diminuam o aumento dos preços dos produtos de amplo consumo.

A protecção das famílias vulneráveis vai continuar a ser feita através também da implementação do Projecto Kwenda, prevendo alcançar cerca de 1.300.000 famílias cadastradas e de 1.000.000 de famílias a receberem pagamentos.

O OGE para 2023 vai priorizar ainda a aposta na diversificação da economia e o investimento privado, estimulando liquidez nas empresas, além do Investimento Público Estruturante para acelerar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a recuperação dos empregos.

Outra prioridade tem a ver com a redução dos custos na cadeia de abastecimento de bens e serviços, através de medidas fiscais e aduaneiras. A ministra das Finanças Vera Daves disse, ontem, no Parlamento, que durante o momento de aprovação dos relatórios de execução trimestral do Orçamento Geral do Estado de 2022, para os próximos orçamentos, vai-se dar continuidade aos projectos não concluídos nos anos anteriores.

Vera Daves reforçou a necessidade de se apresentar os relatórios de execução orçamental nos prazos estabelecidos por lei. "Assumimos o compromisso de continuarmos a implementar um conjunto de iniciativas que visam aumentar a qualidade de despesas, iniciativas no âmbito da contratação pública, procedimentos públicos abertos, contratação pública electrónica, para que o melhor binómio qualidade e preço sejam atingidos no que diz respeito à contratação de empreitadas, compra de bens e serviços", disse.

Num conjunto de 14 recomendações, os deputados, sublinham, no relatório parecer, a necessidade de se apresentar os relatórios dentro dos prazos estipulado por lei e continuar a melhorar os instrumentos que conduzem à avaliação positiva e transparente das contas públicas.

Os deputados recomendaram, também, que se prossiga com as reformas estruturais no sector não petrolífero que visam tornar a economia nacional robusta e resiliente aos choques externos e que se continue com o processo de consolidação fiscal, visando assegurar o equilíbrio e rigorosa recuperação das Finanças Públicas.

A outra recomendação tem a ver com a necessidade de se aprimorar os mecanismos de desconcentração administrativa e financeira, para elevar os níveis de execução orçamental dos projectos inscritos no Orçamento Geral do Estado, do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). "Que no âmbito do programa de reconversão da economia informal sejam reforçados os mecanismos de

arrecadação das taxas e impostos, que incidem sobre as receitas derivadas do comércio informal, para a materialização do processo de alargamento da base tributária”, sublinha o relatório parecer dos deputados.

Os parlamentares recomendaram, também, a necessidade de se criar mecanismos de melhoramento da disponibilização de verbas autorizadas, para a implementação dos programas de desenvolvimento da aquicultura sustentável, melhoria da segurança alimentar e nutricional, promoção da cidadania e da participação dos cidadãos na governação e promoção da empregabilidade da juventude na economia nacional, bem como no órgão do sector de família, infância, acção social, de modo a prevenir constrangimentos na concretização das acções preconizadas.

O Orçamento Geral do Estado do Exercício Económico de 2022 previa receitas e despesas fixas no valor de 18.745.288.200.030,00 (Dezoito bilhões, setecentos e quarenta e cinco mil milhões, duzentos e oitenta e oito milhões, duzentos mil e trinta kwanzas). No entanto, os fluxos de arrecadação e aplicação dos recursos do balanço orçamental registaram receitas no valor de 3.178.268 milhões de kwanzas, e despesas executadas no montante de 3.294.114 milhões de kwanzas, tendo resultado um défice de 115.846 milhões de kwanzas.

Os relatórios de Execução do OGE do I primeiro trimestre de 2022 foram aprovados com 122 votos a favor, 78 contra e nenhuma abstenção. Já o relatório do II trimestre de 2022 foi aprovado com 122 votos a favor e 79 contra e nenhuma abstenção.

A UNITA, o maior partido da oposição, votou contra, e justificou em declaração de voto as razões da decisão negativa contra a acção do Executivo. Dentre várias razões, indica na declaração de voto a falta de transparência da acção do Executivo e a falta de dados sobre a gestão dos fundos alocados aos municípios.

O MPLA e o Grupo Parlamentar Misto (FNLA e PRS) votaram a favor. A deputada Yolanda de Sousa, em nome do Grupo Parlamentar do MPLA, disse que os deputados daquela formação política votaram a favor porque o relatório cumpre com as exigências legais e também com as boas práticas da governação.

Juízes do Tribunal Constitucional

Os deputados elegeram, ontem, os juízes conselheiros do Tribunal Constitucional Victória Manuel da Silva Izata, indicada pelo MPLA, e Victorino Domingos Hossi, indicado pela UNITA,

por 202 votos a favor, nenhum contra e sem abstenção.

Victória Manuel da Silva Izata foi eleita para o cargo de vice-presidente do Tribunal Constitucional, em substituição da juíza Guilhermina Contreiras Prata, que cessou as funções, por jubilação.

Ataques aos jornalistas

O deputado do MPLA Rui Falcão disse, ontem, que a sua formação política está solidária com todas as vítimas que ocorrem todos os dias no país, quando reagia ao sentido de voto negativo à proposta da UNITA que queria incluir na agenda do dia um ponto sobre os supostos ataques contra jornalistas no país.

Rui Falcão disse que se a oposição quiser fazer uma discussão séria sobre o que está a acontecer na sociedade não deveria fazê-lo num ponto prévio, na ordem de trabalho, mas deve levar a questão à reunião de líderes para que conste da agenda do dia.

"Nós já não entramos em show off neste tipo de comportamentos que visam apenas o aproveitamento político. Se quiserem discutir o assunto dos jornalistas nós vamos debatê-lo de forma séria e tirar conclusões", disse.

Rui Falcão sublinhou que é de domínio público que durante anos bate-se em jornalistas, tiram equipamentos e que se, de facto, se quiser fazer um debate sério que seja inscrito. "A oposição que o inscreve. Este show off para aproveitamento apenas circunstancial nós não estamos neste rumo", disse.

A deputada da UNITA Navita Ngolo referiu que os parlamentares do maior partido da oposição apresentaram a repulsa pelo facto do MPLA ter votado contra a solicitação do Grupo Parlamentar do partido do "galo negro".

## 4.7 Programa de investimentos públicos cai em 2023 face ao executado em 2022

*Jornal Expansão*

*15 De Janeiro de 2023*

*Texto: Joaquim José Reis*

À semelhança de outros anos, a construção e reabilitação de estradas, a electrificação do País e a distribuição de água continuam as ser as prioridades do Programa de Investimentos Públicos (PIP). Para 2023, de acordo com a proposta de Orçamento Geral do Estado, os investimentos públicos, que se forem

bem projectados, construídos e fiscalizados são considerados "boa despesa", terão uma factura global de 2,8 biliões Kz. Se a comparação for feita com a previsão de despesa do PIP no OGE 2022 há um aumento de 59% face aos 1,8 biliões Kz inscritos, mas essa não é a forma mais correcta de comparação já que deve encarada a execução da despesa.

Na perspectiva da comparação 2022 executado/previsão despesa 2023, segundo cálculos do Expansão, o Programa de Investimentos Públicos cai face ao ano em que decorreram as eleições gerais. Isto porque olhando para o quadro Balanço Macro-Fiscal da proposta de OGE 2023, nas Despesas de Capital, onde se encontra a Aquisição de Activos Não Financeiros e, por sua vez, o PIP, é possível verificar que no ano passado se verificou uma derrapagem orçamental no investimento público de cerca de 60%, já que em Despesas de Capital foram gastos quase 3,2 biliões Kz em vez de os quase 2,0 biliões inscritos no OGE.

Mas na proposta de OGE 2023 é possível encontrar dados de execução do PIP em dois locais distintos no relatório de fundamentação. Um no já citado quadro Balanço Macro-Fiscal, cujos dados são mais actuais pois foram produzidos em Novembro quando o Executivo fez a habitual reprogramação macroeconómica para construir o OGE do ano seguinte. E o outro é uma referência directa ao PIP, com o relatório a indicar que no final do mês de Setembro de 2022 "integrava um total 3.939 projectos, dos quais 971 a nível central e 2.968 a nível local.

Do total dos projectos, o valor em execução, no final de Setembro, fixava-se" em 2,6 biliões Kz dos quais 76,4% já tinham sido liquidados, equivalente a quase 2,0 biliões. Acresce que em nenhum lado é possível apurar que obras estão já devidamente realizadas ou em que pé está a execução dos projectos, levantando muitas questões e dúvidas sobre projectos que, por exemplo, estão inscritos ano após ano nos diferentes OGE, alguns deles anteriores a 2015. Em 2023, os ministérios e órgãos centrais vão gerir 86% das verbas destinadas ao PIP, de acordo com contas do Expansão com base na proposta de Orçamento Geral do Estado OGE que começa a ser discutido na Assembleia Nacional esta sexta-feira.

O Ministério dos Transportes é o que vai ter o projecto mais caro já que o Executivo fez novamente da Construção do Novo Porto Caio em Cabinda uma prioridade, uma obra que tem vários avanços e recuos desde que foi entregue à sociedade Caioporto, cujo principal accionista era o empresário suíço-angolano Jean-Claude Bastos de Moraes, que chegou a estar detido em Angola no âmbito de suspeitas de crimes

na gestão de activos do Fundo Soberano de Angola (FSDEA). Para 2023, o Executivo inscreveu 340,5 mil milhões Kz para este projecto, equivalente a 676,8 milhões USD ao câmbio desta terça-feira, valor próximo do que foi sucessivamente anunciado ao longo dos anos como o valor total da obra, 800 milhões USD.

Entre os 10 principais projectos do PIP 2023, o Ministério dos Transportes terá a seu cargo também uma verba de 89,1 mil milhões Kz para o Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL), um projecto que está há vários anos a receber verbas e que já terá superado os 6.000 milhões USD de gastos do Estado, entre construção, fiscalização e acessos, de acordo com cálculos do Expansão a partir de contratos registados em Diário da República.

Mas se o Ministério dos Transportes vai ter o projecto mais caro, entre os órgãos do Estado que mais verbas vão gerir estão o já 'repetente', Ministério da Energia e das Aguas, cujo orçamento do PIP dispara 73% para 758,3 mil milhões Kz. Aqui a prioridade continua a ser a distribuição de electricidade, a aposta em energias limpas e a captação e distribuição de água (ver tabela). Destaque para os 'repetentes' Laúca e Caculo Cabaça, que surgem nos OGE desde 2015 e 2016, respectivamente.

Por outro lado, o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação 'destrona' o dos Transportes e serão segundo órgão do Estado com mais verbas do PIP para gerir em 2023. Terá como maior 'obra' o Projecto Integrado de Obras de Emergência na Província de Benguela, com um custo orçado em 18,5 mil milhões Kz, mas as suas prioridades continuarão a ser essencialmente a reabilitação de troços de estradas um pouco por todo o país, mas também a construção de pontes. Destaque também para a construção de uma centralidade em Cabinda com 3.000 habitações, uma com 1.000 habitações no Cunene, e 3.000 casas sociais em Luanda, entre outras.

De acordo com a proposta de OGE 2023, três ministérios não terão qualquer verba para projectos de investimento público, nomeadamente o Ministério da Economia e Planeamento, o das Relações Exteriores e o do Ambiente. Os Serviços de Informações e Segurança do Estado, os Serviços de Inteligência e Segurança Militar e os Serviços e Inteligência Externa também ficam sem qualquer verba.

Destaque ainda para a Casa Militar do Presidente da República, cujo orçamento do PIP disparou 443%. A construção do Santuário da Muxima continua em

cima da mesa ano após ano e estão previstos no OGE 2023 cerca de 6,4 mil milhões Kz. Terão 5,0 mil milhões Kz para reabilitação e ampliação das infraestruturas de apoio e de 4,0 mil milhões para reabilitação do edifício do Ministério Da Economia e Planeamento e secretariado do Conselho de Ministros e mais 4,0 mil milhões para a construção das instalações da segurança presidencial.

Benguela à Califórnia 'destrona' Luanda

Quanto aos governos provinciais, Benguela ultrapassou Luanda e será o que vai gerir mais verbas do PIP em 2023, com um total de 40,9 mil milhões Kz. Estão previstas obras desde a requalificação da marginal da Praia Morena, a construção de escolas e hospitais, mas também a ampliação da rede de distribuição de energia eléctrica e iluminação pública na província, que será o projecto mais caro, com uma verba orçamentada em 5 mil milhões Kz. Destaque ainda para a construção de 30 pontos de água por um valor a rondar os 2,7 mil milhões, bem como para a construção da estrada do Cubal, cujos 19,5 quilómetros custarão 4,6 mil milhões, custos mais elevados que os 3,8 mil milhões que terão como destino a construção da estrada secundária da Ganda. Já em Luanda a aposta incide na asfaltagem e construção de estradas, bem como de escolas e de transporte de energia e água.

Destaque também para a aquisição de equipamentos pesados para a limpeza urbana, que irá consumir 4,4 mil milhões Kz.

#### 4.8 Deputados retomam hoje discussão da proposta do OGE-2023

*Jornal de Angola*

*16 De Janeiro de 2022*

*Texto: Gabriel Bunga*

A discussão do OGE-2023 prossegue hoje, depois de no primeiro dia ter sido marcada pelas apresentações da mensagem do Presidente da República aos deputados, da proposta do Orçamento Geral do Estado pela ministra das Finanças, declarações políticas pelos Grupos Parlamentares, bem como o início do debate na generalidade do mesmo documento.

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, conduziu os trabalhos, enquanto as declarações políticas e as intervenções dos deputados ficaram divididas na aprovação e não aprovação do OGE.

O MPLA e seus deputados defendem a aprovação do orçamento com a justificação de estar de acordo com as necessidades do país, ao passo que os da UNITA mantêm a posição recorrente de não aprovar o OGE, por considerarem longe de atender o que o país precisa.

Devido ao elevado número de intervenções e o avançar da hora, a presidente do Parlamento suspendeu os trabalhos sexta-feira e retomam hoje, segunda-feira. A aprovação definitiva, na generalidade, do OGE, vai decorrer no final das intervenções dos deputados, na presença dos membros do Executivo.

Diversificação da economia e gestão prudente dos recursos

O ministro de Estado para a Coordenação Económica explicou que as previsões mais recentes indicam que 2022 tenha fechado com uma taxa de inflação de 14 por cento e que foi inferior à registada no ano anterior, no início da pandemia da Covid-19, sendo que o mais importante de tudo é que em 2021 o país saiu da recessão económica onde esteve desde 2016.

"Em 2021, Angola começou novamente a crescer. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que o país não interrompa este momento de crescimento económico que estamos a viver. Esta é a chave para que possamos resolver os problemas do desemprego que o país vive e também para resolver os problemas sociais", disse Manuel Nunes Júnior.

Referiu que a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2023 visa, essencialmente, dois objectivos que se consubstanciam na continuação do crescimento de Angola, com a aceleração e intensificação da diversificação da economia e a continuação de uma gestão prudente das finanças públicas do país.

"Depois de termos tido uma taxa de crescimento de 0.7 por cento em 2021, as nossas estimativas para 2022 apontavam para uma taxa de crescimento de 2.7 por cento para o ano passado. Os dados mais recentes indicam que fechámos o ano com uma taxa de crescimento superior à prevista, uma taxa ao redor dos 3 por cento", disse, sublinhando que quer em 2021 e quer em 2022 as taxas de crescimento do sector não petrolífero foram superiores às do petrolífero.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica frisou que Angola está a entrar assim numa nova fase de crescimento, que tem como base



o sector não petrolífero, puxado pelo empreendedorismo e pelos privados.

"É nesta trajectória que nos devemos manter para que tenhamos uma economia mais forte, mais sustentada em bases sólidas que a tornem resiliente aos choques internacionais", argumentou.

Acrescentou que, com este orçamento, se vai tomar um conjunto de medidas de facilitação de acesso do sector privado ao produtivo por via do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), responsável na disponibilização de financiamentos, no âmbito do Programa de Produção de Grãos, para aumentar a capacidade do país de produzir grãos, nomeadamente, trigo, soja, arroz e milho, com o foco no Leste do país.

Dos recursos alocados, equivalentes em kwanzas a 5.7 mil milhões americanos, mais de metade será para financiar o sector privado e o restante para investimentos públicos relacionados com estes projectos.

O OGE 2023, disse, contempla também recursos para agropecuária, que permitirá o aumento da produção da carne bovina, suína, caprina e de ovos, pelo que estão previstos recursos equivalentes em kwanzas a 300 milhões de dólares norte-americanos para um período de três anos.

Ainda a considerar o plano de pescas que tem o propósito de fomentar a actividade pesqueira empresarial em Angola, a produção e transformação do sal, prevê-se para os próximos cinco anos um orçamento de 300 milhões de dólares americanos.

"Esta proposta de OGE contempla um pacote financeiro de 429 mil milhões de kwanzas para o pagamento de atrasados da dívida co-mercials das empresas fornecedoras do Estado. Com esta proposta de Orçamento para 2023, vamos impulsionar investimentos públicos nos domínios da Energia, Água, Estradas, Portos, Aeroportos, Caminhos-de-Ferro e outros que contribuem para o aumento da produtividade da nossa economia e para o aumento do bem-estar do povo angolano", avançou Manuel Nunes Júnior.

As projecções de Outubro do Fundo Monetário Internacional para um enfraquecimento da economia mundial, em 2023, apontam para uma taxa de crescimento de 3.2 por cento contra a taxa de 6 por cento observada em 2021.

Para o PIB não petrolífero, o OGE prevê um crescimento de 3.42 por cento, com dinâmicas positivas em todos os subsectores, destacando-se a Agricultura, com aumento de 8 por cento, bem como

Pescas com uma taxa de crescimento de 10 por cento.

Previsão da inflação

O OGE prevê para 2023 uma taxa de inflação de 11.11 por cento e o objectivo é trabalhar para que nos próximos anos se atinjam taxas de inflação de 1 dígito: "Esta proposta de Orçamento Geral do Estado de 2023 salvaguarda a preservação da sustentabilidade das finanças públicas. Reafirmamos, assim, o nosso compromisso de não pararmos o percurso consistente que temos vindo a realizar, de consolidarmos as contas públicas".

Sublinhou que, com este orçamento, o Executivo prevê reduzir o défice primário não petrolífero de 7.7% do PIP, segundo as estimativas do fecho em 2022, para 6, 5 por cento do PIP.

"Continuamos os esforços da melhoria das condições sócio-económicas das populações, com realce para as despesas do sector social e económico", disse, reiterando que, em termos de despesa global, o OGE destaca a despesa social como a segunda maior, depois da despesa da dívida com um peso de 23.9 por cento e a despesa da fatia fiscal representa cerca de 43,5 por cento da despesa fiscal total.

Manuel Nunes Júnior afirmou que se vai melhorar os serviços públicos da Educação, Saúde, Habitação e de Protecção Social e que estes sectores continuarão a ser priorizados no âmbito do Plano do Desenvolvimento Nacional 2023-2027.

Agricultura em destaque

O ministro de Estado para a Coordenação Económica disse que a nível da agricultura destaca-se a diversificação económica, que afecta recursos directos no montante de 412 mil milhões de kwanzas.

O Executivo vai dar continuidade ao Programa de Investimentos Públicos (PIP), com destaque para o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e concluir diversas obras inscritas do Programa de Reabilitação e Construção das Infra-estruturas Rodoviárias, bem como a implementação de outros projectos no âmbito das parcerias público-privadas.

"No sector dos Transportes, vamos acelerar a implementação dos programas de expansão do transporte público e do desenvolvimento e melhorias das infra-estruturas de transportes e concluiremos a concessão de plataformas logísticas e a concepção de plataformas rodoviárias interprovinciais, marítimas e fluviais, bem como concluiremos a concepção e exploração do novo Aeroporto Internacional Dr.

António Agostinho Neto, na localidade de Icolo e Bengo, no âmbito das parcerias público-privadas”, reafirmou.

O governante indicou que o OGE contempla medidas para mitigar os riscos referentes à oscilação do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

#### 4.9 Orçamento Geral do Estado para 2023 aprovado na generalidade

*Jornal de Angola*

*17 De Janeiro de 2023*

*Texto: Garrido Fragoso*

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Exercício Económico de 2023 foi aprovado, segunda-feira, em Luanda, na generalidade, com 117 votos a favor, 80 contra (da UNITA) e quatro abstenções. O debate contou com a intervenção de 15 parlamentares, enquanto 24 solicitaram pontos de ordem.

A sessão plenária, que aprovou em termos genéricos o principal instrumento de programação da política económica e financeira do país, foi testemunhada pela ministra de Estado para a Área Social, Dalva Ringote, que agradeceu, em nome do Titular do Poder Executivo, as recomendações e contribuições feitas ao documento.

Ao lembrar que as questões técnicas da Proposta do OGE-2023 serão avaliadas nos próximos dias pelas comissões de trabalho especializadas, com vista ao aprofundamento e enriquecimento do conteúdo, a ministra de Estado manifestou inteira disponibilidade do Executivo "para aportar informações complementares onde for possível e necessário".

O diploma legal, que comporta receitas estimadas em 20.104, 207, 404,872.00 (vinte biliões, cento e quatro mil, duzentos e sete milhões, quatrocentos e quatro mil e oitocentos e sessenta e dois kwanzas) e despesas fixadas em igual montante para o mesmo período segue, nos próximos dias, para a discussão na especialidade, no sentido de a 13 de Fevereiro ser submetido à sessão plenária, para votação final global.

Em resposta às várias preocupações levantadas pelos deputados, em relação ao OGE-2023, a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público reafirmou o compromisso do Executivo na melhoria da arrecadação das receitas e rigor da qualidade na execução das despesas, argumentando serem "desafios essenciais", para a defesa da

sustentabilidade e asseguramento do crescimento económico.

Jociane de Sousa recordou que a Proposta do OGE-2023 assenta nos princípios da estabilidade fiscal e orçamental, bem como da sustentabilidade da dívida pública. Sublinhou, a propósito, que o rácio da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 133 por cento, em 2020, para 82, em 2021, e 64 por cento em Outubro de 2022, salientando que a estratégia de redução da dívida prossegue este ano.

A governante informou ainda que a inflação vem sofrendo uma "redução gradual" ao longo dos últimos anos. Indicou que em Dezembro do ano passado a mesma registou 13 por cento contra 41,95 em 2016. Referiu que ao longo deste ano a inflação pode atingir 11 por cento e a médio prazo um dígito.

No OGE deste ano, o Executivo pretende garantir o mínimo de condições para as populações mais vulneráveis, bem como promover e executar medidas de estímulo à produção e capacitação dos cidadãos, informou Jociane de Sousa, acrescentando que a aposta na diversificação da economia e no investimento público estruturante também consta do leque de prioridades do orçamento para o presente ano.

"Tomamos boa nota das recomendações dos deputados sobre as despesas sociais, mais concretamente nos sectores da Educação e da Saúde", declarou a secretária de Estado, realçando que o sector Educativo registou um incremento de 25 por cento relativamente a 2022, enquanto o da Saúde assinalou uma evolução de 45 por cento em relação ao ano transacto.

"Vamos continuar a garantir a mobilização de recursos financeiros suficientes e, sobretudo, sustentáveis, para atender as necessidades urgentes e prementes da população", indicou a governante, que manifestou "inteira disponibilidade" do Executivo em trabalhar com os parlamentares, com vista a uma melhor hierarquização e priorização das despesas públicas, consubstanciadas, sobretudo, no pagamento da despesa com o pessoal, serviço da dívida, fornecimento e acesso dos cidadãos à energia eléctrica e água potável, saneamento básico e construção de infra-estruturas para facilitar a mobilidade.

Arrecadar mais receitas não-petrolífera

No quadro da receita fiscal, a secretária de Estado disse que o objectivo, no presente orçamento, é continuar a aumentar a capacidade do Executivo, na

arrecadação da receita não-petrolífera, através do aumento da base tributária.

"A política fiscal da Proposta do OGE-2023 visa buscar a justiça fiscal e a desoneração dos custos da cadeia de abastecimento em bens e serviços, como políticas de alívio aos impactos da inflação dos últimos tempos", salientou a secretária de Estado, apontando como exemplo, a manutenção da redução das taxas do IVA nas operações de importação de bens de amplo consumo e do sector produtivo.

A secretária de Estado do Orçamento e Investimento valorizou a proposta apresentada por alguns deputados, consubstanciada no aumento dos benefícios fiscais. Salientou, a propósito, que no Código de Benefícios Fiscais estão previstos alguns incentivos, sobretudo, direccionados às empresas que empregam estagiários.

"Vamos nos próximos tempos procurar analisar, de forma profunda, a tributação das pequenas e médias empresas, por forma a garantir o desenvolvimento das mesmas", indicou a governante.

Pagamento de atrasados

No capítulo da Dívida Pública, Jociane de Sousa informou que o pagamento dos atrasados deve obedecer aos princípios de verificação e certificação. "Mesmo depois de certificada, a receita que deve cobrir a despesa presente e a passada obrigam a que se faça uma gestão de tesouraria, com base num conjunto de compromissos a honrar", declarou.

Solicitou, por isso, o apoio dos deputados e dos cidadãos, em geral, na denúncia de tentativas de distorção, ao mesmo tempo que manifestou disponibilidade dos técnicos do departamento ministerial, na discussão dos aspectos técnicos do OGE-2023, durante as discussões na especialidade.

Em relação à produção agrícola recordou que o Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos (PLANAGRÃO) foi concebido para atender as componentes de investimento privado na produção, e de construção de infraestruturas públicas.

OGE deve acolher todas as contribuições

Já no final da sessão, e em jeito de recomendação, a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, sublinhou a necessidade de o documento central da condução das políticas públicas do país para o presente ano não ser apenas elaborado pelo Executivo, salientando que a elaboração do mesmo deve contar com as contribuições apresentadas pelos diferentes partidos políticos nos debates anteriores.

Carolina Cerqueira disse que os cidadãos esperam que os seus representantes consigam um documento responsável, com os consensos possíveis e que responda, de forma gradual, as suas preocupações, das famílias e das empresas.

"Acredito que o OGE-2023 sairá melhorado após a discussão, na especialidade, que contará com o contributo de todos", vaticinou a líder parlamentar, que disse esperar maior empenho, compromisso e diálogo entre os deputados das diferentes bancadas para garantir que o OGE-2023 responda ao momento actual do país.

A próxima reunião plenária da Assembleia Nacional, que deverá votar, em definitivo, o Orçamento Geral do Estado para o Exercício deste ano está prevista para 13 de Fevereiro próximo.

#### 4.10 Educação OGE 2023 prevê aumento de 4,2 mil milhões kz na verba para aquisição de carteiras

*Novo Jornal*

*20 De Janeiro de 2023*

*Texto: Teresa Fukiady*

O Governo deve dar mais quatro mil milhões Kz à verba destinada à aquisição de carteiras escolares. No Orçamento Geral do Estado para o presente ano, o Executivo prevê direccionar um montante de mais de 23,6 mil milhões Kz, ao contrário dos pouco mais de 19,4 mil milhões Kz cabimentados no OGE passado, constatou o Novo Jornal com base numa consulta aos valores destinados ao Ministério da Educação (MED).

A compra de carteiras escolares, segundo apurou o NJ, faz parte do plano Nacional de Distribuição de Carteiras, cujo objectivo é colmatar a insuficiência de carteiras nas instituições públicas de ensino do País.e que tem sido alvo de críticas e contestações.

No ano passado, a ministra da Educação, Luísa Grilo, justificou a insuficiência de carteiras em muitas escolas do País com a desaceleração na distribuição de carteiras registada em Agosto, causada pelas eleições gerais. A titular, que não revelou o número de carteiras de que o País precisa, garante haver já muitas escolas com carteiras novas, enquanto outras ainda estão por receber.

Entretanto, em 2021, segundo o Expansão, 22 empresas estavam qualificadas para concorrer ao concurso público por convite, em que o Executivo pretendia adquirir mais de dois milhões de carteiras escolares individuais para colocar nas escolas

primárias e secundárias em todo o País até 2023. Segundo a publicação, estas empresas comprometeram-se a aceitar o pagamento entre 45 mil Kz e 60 mil Kz por carteira. Contas feitas davam um preço médio de 52,5 mil Kz, com o Estado a gastar sensivelmente 113,5 mil milhões Kz.

O objectivo destes contratos que estavam previstos para serem assinados até ao final de 2021 passava por apetrechar escolas do ensino primário e secundário em todas as províncias. Fontes do Expansão revelaram que o Ministério da Educação (MED) estipulou que o preço de cada unidade de carteira deve contemplar, ainda, o transporte e a montagem.

Em 2019, País tinha défice de mais de dois milhões de carteiras. Até 2019, segundo o coordenador do Programa Nacional de Distribuição Carteiras, Humberto Félix, o País tinha um défice de mais de dois milhões de carteiras. Na altura, segundo o responsável, o MED tinha recebido uma verba de 44 mil milhões Kz adicionais do seu OGE para o reequipamento das escolas.

De acordo com Humberto Félix, citado pelo Jornal de Angola, o Ministério das Finanças (MINFIN) estava a fazer a entrega dos valores de forma faseada. Sendo que a primeira parcela no valor de 1,6 milhão Kz serviu para a aquisição de 28.312 carteiras, que logo foram distribuídas em todo o País entre Março e Abril. "Caso o Ministério consiga disponibilizar todo o valor autorizado pelo Presidente, serão adquiridas mais de 2,4 milhões de carteiras, 80.155 quadros e cerca de 93 mil secretárias" disse.

Professor que protestou falta de carteiras continua suspenso. Cerca de três meses depois, o professor Diavava Bernardo, mais conhecido por 'Coronel Bernardo' continua suspenso por tempo indeterminado após ter realizado uma manifestação para protestar a falta de carteiras na escola onde leccionava.

Em declarações ao Novo Jornal, sem avançar detalhes por alegado segredo de Justiça, Diavava Bernardo explica que a decisão do seu afastamento da Educação foi uma proposta vinda do instrutor processual, segundo uma carta que recebeu da Direcção provincial da Educação.

"Fizemos recurso à direcção, mas fomos respondidos que a suspensão deveria durar até que a situação culminasse na possível reintegração ou demissão", explica.

Coronel Bernardo afirma que aguardam de "forma esperançosa". Embora afastado das salas de aula, garante que continua a ser remunerado na totalidade.

Além do processo disciplinar, Bernardo Diavava poderá responder criminalmente e, por enquanto, encontra-se sob termo de identidade e residência. "Tenho estado a apresentar-me na Procuradoria-Geral da República (PGR) a cada 15 dias", avança.

O implicado esclarece que inicialmente estava a ser acusado de arruaça e vandalismo, mas foi provado que não ofendeu nenhum património. Diavava Bernardo foi acusado por organizar uma marcha não autorizada e por danos materiais e alegada destruição de carteiras do complexo escolar n.º 5.118, na Estalagem, em Viana. Na altura, o porta-voz da Polícia de Luanda, Nestor Goubel, alegou que os protestantes destruíram cerca de 50 carteiras, causando danos avaliados em 1,7 milhão Kz.

Após o incidente, o professor esteve proibido de leccionar por cerca de uma semana, mas voltou a dar aulas. O incidente que culminou com a suspensão do professor ocorreu em Outubro, quando Diavava e cerca de 300 crianças do complexo escolar n.º 5.108 se manifestaram para exigir das autoridades a reposição das carteiras nas salas de aula.

Os alunos percorreram perto de três quilómetros em direcção à Administração Municipal de Viana, onde foram interceptados pela polícia, que os dispersou com disparos de armas de fogo. O problema, segundo os mesmos, não é novo e já dura vários anos, obrigando a que os alunos madruguem para não assistirem às aulas sentadas no chão. A realidade é que em cada sala com 100 alunos existem apenas 20 carteiras. Três dias depois, a escola foi apetrechada com novas carteiras.

#### 4.1.1 Fim da subsidiação estatal aos combustíveis divide Governo

*Jornal Expansão*

*20 De Janeiro de 2023*

*Texto: Joaquim José Reis*

Como e quando será iniciado o processo para pôr fim à subsidiação estatal aos combustíveis está a dividir o Governo, apurou o Expansão. Ainda não está decidido se o processo arranca este ano, ou caso arranque, em que moldes o será feito, mas os quase 3 mil milhões USD gastos na subsidiação em 2022 obrigam a uma decisão e colocam os decisores políticos em lados opostos.

Sucessivamente adiado durante o programa de financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), o início do processo para repor o valor de mercado dos combustíveis é encarado dentro do

Ministério das Finanças como uma questão que tem de avançar em definitivo, preferencialmente este ano.

Se do lado do MinFin, que é o gestor do "kumbu" público, a intenção é arrancar o processo, noutros ministérios e no partido que está no poder a política pesa mais alto e tenta-se empurrar para mais tarde. Há quem defenda que a retirada gradual dos subsídios deve ser feita num período mais curto de tempo, com maior impacto social, ou num período mais alargado, a vários anos, e com menor impacto social.

Há um mês, a ministra das Finanças voltou a falar sobre o assunto e revelou que Angola estava a dialogar com o FMI e o Banco Mundial as compensações e as medidas de mitigação do impacto social adequadas para a remoção dos subsídios aos combustíveis. "O que estamos a fazer com essas duas instituições financeiras é analisar as possíveis medidas de mitigação que poderiam ser implementadas caso decidíssemos avançar, ainda não há decisão política relativamente a isso, o que está a acontecer é discussão e aprofundamento técnico dentro do tema", avançou Vera Daves de Sousa.

Ao que o Expansão apurou, dentro destas medidas a estudar com as instituições multilaterais está a possível criação de um programa de transferência de verbas monetárias para as populações mais vulneráveis, parecido com o Kwenda, mas destinado apenas a famílias que residam na periferia das maiores cidades. Afinal, serão estas as principais afectadas pela eventual subida dos preços dos combustíveis, já que, por exemplo, é no centro de Luanda que estão a maior parte dos postos de trabalho formais do país. Para se ter uma ideia, um morador na zona dos Zangos gasta entre 1.000 a 2.000 Kz por dia para chegar à capital do país, valor que irá subir exponencialmente com o fim da subsídio aos combustíveis.

#### Compromissos falhados

Por outro lado, o Expansão sabe que o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) está a liderar os estudos técnicos sobre o fim do programa de subsídio. Este instituto, que de acordo como decreto presidencial n.º72/20, de 20 de Março, tem atribuído no seu estatuto a incumbência "de acompanhamento do processo de atribuição de subsídios operacionais e a preços, da execução da política de preços" terá de avaliar, por exemplo, a estrutura de preços juntamente com as associações de taxistas para definir o valor a cobrar por viagem a partir do momento que os preços dos combustíveis subirem.

Há um longo histórico de compromisso assumido e depois falhado entre o Governo e as instituições multilaterais para o fim deste subsídio estatal que o Banco Mundial considera que, além dos contrabandistas, beneficia a camada mais rica da população, já que dos cerca de 80% dos combustíveis subsidiados adquiridos pelas famílias 40% são consumidos pelos mais ricos, sendo que apenas 7% são consumidos pelos 40% mais pobres. Fazendo contas, é fácil perceber, por exemplo, que um funcionário público em topo de carreira que more em Talatona e que se desloque diariamente para o centro da cidade paga menos a uma empregada doméstica do que o valor que poupa mensalmente em combustíveis devido à subsídio estatal.

#### Verba inscrita no OGE 2023

Conforme avançou o Expansão em Maio, o Governo acordou com o Banco Mundial o arranque da eliminação gradual dos subsídios estatais aos combustíveis no início de 2023, conforme era possível verificar no documento relativo ao financiamento de 500 milhões USD no âmbito do Programa de Crescimento e Inclusão (Growth and Inclusion Development Policy Financing). À semelhança do que aconteceu por diversas vezes no passado, voltou a falhar a meta. Admite-se que o facto de o Orçamento Geral do Estado de 2023 apenas entrar em vigor mais tarde, em Fevereiro, devido às eleições gerais terem decorrido no ano anterior, possa justificar esse adiamento.

## 4.12 OGE 2023 impõe caça à multa de trânsito para "fugir" à gasosa

*Jornal Expansão*

*21 De Janeiro de 2023*

*Texto: Telma Van-Dúnem*

Cada vez mais o Estado espera receitas, através de multas de trânsito. Para este ano, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) prevê arrecadar 5.088 milhões Kz, um acréscimo de 13% do valor previsto no OGE do ano passado, que era de 4.511 milhões Kz, nas receitas por natureza económica. Nos últimos 10 anos, este é o valor mais alto que se pretende arrecadar por meio de multas de trânsito.

Para cumprir com o objectivo estipulado pelo Ministério das Finanças, os reguladores de trânsito têm intensificado a aplicação de multas aos automobilistas. O Expansão apurou junto de vários polícias que têm recebido orientações dos comandantes para aplicarem mais multas. Apesar de não constar na lei, os agentes de viação e trânsito

recebem bônus por cada multa, o valor é indexado ao salário.

Além dos reguladores de trânsito, há uma circular interna na Polícia Nacional que permite também aos polícias da Ordem Pública interpelarem os automobilistas. A aplicação de multas aos infractores da lei e do Código de Estrada tem também suscitado o negócio da "gasosa" entre o automobilista e o agente de trânsito, conforme o presidente da Associação dos Camionistas, Sabino Silva.

Para o dirigente da Associação, o condicionamento para a legalidade incentiva a corrupção, porque, quando o automobilista não está legal, é obrigado a subordinar o regulador de trânsito. "A tendência é essa, o Estado aperta na questão da legalidade, mas muitos não têm capacidade de dar resposta tendo em conta a nossa realidade e preferem dar gasosa", referiu.

Os camionistas são parte das vítimas dos reguladores de trânsito para se conseguir atingir os cinco mil milhões Kz. Sabino Silva ressalta que na sua classe tem-se observado muitas multas, mesmo depois dos camionistas passarem sobre uma inspecção. "Não se justifica um camião que passou na inspecção da polícia e ser multado pelo próprio polícia", mencionou. Segundo o presidente da associa[1]ção, uma das infracções que mais faz multar os camionistas é o mau estado técnico das viaturas, sobretudo os pneus carecas. Outras multas também advêm da legalidade dos transportes, bem como do automobilista e o excesso de carga.

A multa por pneus carecas, por exemplo, custa 40 mil Kz. Porém, há casos de camionistas que na mesma semana em que fazem a inspecção são interpelados por polícias e é-lhes apreendido os seu camião, por ter pneus carecas e são obrigados a subornarem os polícias com 20 mil Kz para não pagarem os 40 mil Kz da multa.

Multa não pode ser negócio para os polícias

Já o presidente da Associação dos Taxistas de Angola (ANATA), Francisco Paciente, defende que a polícia não pode ver a aplicação de multa na perspectiva do negó[1]cio, mas sim na perspectiva do combate e prevenção da sinistralidade rodoviária. "Sentimos que as multas estão muito caras, em termos de emolumentos, mas também sentimos que há uma necessidade do reforço do combate e prevenção da sinistralidade rodoviária", ressaltou.

Para Francisco Paciente, os taxistas não são uma fonte de receita, mas refere que o valor estipulado pelo Ministério das Finanças e o volume de multas

aplicados pelos reguladores de trânsito surge na sequência de um pequeno agravamento das medidas a tomar para que se reduza a sinistralidade rodoviária. "Olhando para os números que continuam a subir, na perspectiva dos automobilistas em geral, é importante que o Governo adequé as suas políticas de prevenção à realidade actual. E, se a aplicação de multas e o aumento de emolumentos forem vistas no sentido de reduzir os números da sinistralidade, nós, enquanto parceiros, concordamos".

Acrescenta que a sinistralidade rodoviária é uma questão de consciência e as pessoas não querem usar a consciência para reduzir o número de acidentes nas estradas, por isso, está a ser necessário algum "chicote", sendo o que pesa no bolso do cidadão.

"Talvez, por via de multas avultadas, pode verificar-se uma redução da sinistralidade", destaca. As violações mais recorrentes dos taxistas têm a ver com a má paragem, o mau estado técnico das viaturas e, em alguns casos, a falta de licença.

Por má paragem do carro, os taxistas pagam multa entre os 60 e as 120 Unidades de Correção Fiscal (UCF). Tendo em conta que um UCF corresponde a 88 Kz, logo, as multas custam entre cinco mil Kz e 11 mil Kz. Já para os que não têm licenças as multas podem chegar até aos 79 mil Kz, segundo o presidente da associação.

Francisco Paciente fez saber que a associação trabalha com os seus associados na questão da sensibilização e isso permitiu fazer com que o número de acidentes provocados por taxistas reduzisse 7%, uma redução considerável em relação aos anos anteriores.

#### 4.13 Ministro de Estado realça impacto do OGE nas famílias e empresas

*Jornal de Angola*  
27 De Janeiro de 2023

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, disse, quinta-feira, que o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023 está concebido para servir os interesses do povo e satisfazer as aspirações das famílias e empresas.

O ministro de Estado falava num encontro na Assembleia Nacional com deputados, governadores provinciais e auxiliares do Titular do Poder Executivo, no quadro da discussão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023, que vai à aprovação final global no próximo mês.

"Quando dissemos que OGE é o principal instrumento do país, esta afirmação não é feita de maneira vaga, tem implicações muito grandes porque toca na vida de toda a sociedade, famílias, empresas e do próprio Estado", venceu.

Lembrou que, por essa razão, a mensagem do Presidente da República apresentada por ocasião do início da discussão e na generalidade deste importante documento foi feita a referência de que "o Executivo estaria aqui para discutir o orçamento de modo genuíno, sério, rigoroso e profundo".

A proposta do OGE 2023, com despesas e receitas avaliadas em 20,1 biliões de kwanzas, prioriza o sector social, com peso sobre a despesa total do OGE de 23,9 por cento e estima um preço de referência de 75 dólares por barril de petróleo e uma produção petrolífera média de 1,18 milhões de barris.

Em termos da despesa global, a despesa social é a segunda maior depois do serviço da dívida, com um peso de 23,9 por cento e é a maior fatia da despesa fiscal, representando cerca de 43,5 por cento da despesa fiscal total.

#### 4.14 Projecto de protecção da biodiversidade começa dentro de três Meses

*Jornal de Angola*

*27 Janeiro De 2023*

*Texto: Carlos Paulino*

O projecto de protecção da biodiversidade, denominado Ecossistemas, Comunidades e Clima no Cubango-Okavango (ECCO), que conta com um financiamento de 7,5 milhões de dólares do Governo dos Estados Unidos e mais dez milhões do sector privado, arranca dentro de três meses soube o Jornal de Angola junto da equipa de trabalho.

William M. Butterfield informou que o projecto ECCO visa promover os meios de subsistência da população através da protecção da biodiversidade, floresta e resiliência climática, ajudar numa governação liderada pela comunidade para gestão sustentável dos recursos hídricos e serviços de saneamento, assim como reforçar a colaboração multisectorial para protecção da biodiversidade e o bem-estar das populações que vivem ao redor do rio Cubango e não só.

Segundo o director da USAID, os esforços que serão empreendidos ajudarão a sustentar a bacia do rio Cubango e os seus valores naturais únicos, melhorar o bem-estar da população e fomentar economias

vibrantes e sustentáveis em Angola, Namíbia e Botsuana.

Esta actividade, disse, responde às exigências da lei de defesa económica dos meios de subsistência e de ameaça dos animais de 2018, para o qual chama a atenção ao governo dos EUA a engajar-se de forma ampla com parceiros, com vista a apoiar o crescimento económico inclusivo, através de programas de conservação da biodiversidade que facilitam a cooperação transfronteiriça e a melhoria da gestão dos recursos hídricos e naturais, criando assim uma capacidade local para protecção e preservação das espécies selvagens ameaçadas na grande bacia do rio Cubango e de outras bacias vizinhas.

Sublinhou que por este facto espera-se, com a implementação do projecto ECCO, o empoderamento das comunidades do Alto Okavango para uma melhor planificação, governança, monitoramento e gestão eficiente dos recursos hídricos, bem como providenciar as comunidades do Alto Okavango com conhecimento e habilidades e parcerias que conduzam a uma liderança culturalmente responsável e liderada pela comunidade, tal como na prática da pesca sustentável e cooperativas comunitárias que aumentam as oportunidades económicas e a melhoria das suas condições de vida.

Outros resultados que se esperam são o melhor acesso ao abastecimento sustentável de água, saneamento e energia limpa, melhorar a protecção da biodiversidade do Alto e Baixo Okavango e os seus serviços ecossistémicos, incluindo o sequestro de carbono.

Melhorar as acções de conservação que visam tanto o aumento das oportunidades económicas, como também para responder às ameaças à biodiversidade e o bem-estar das populações, assim como maiores oportunidades de meios de subsistência inclusivos, visando mulheres e populações marginalizadas, constam dos resultados esperados com a implementação do projecto ECCO.

William Butterfield fez saber que para o êxito deste projecto a USAID vai contar com a parceria das Organizações Não Governamentais, OKACOM, ADPP, ACADIR, BPC, Sun África e Kixi-Crédito, para melhorar os meios de subsistências e conservar a biodiversidade ecologicamente, hidrologicamente e economicamente crítica da bacia do Alto do rio Cubango de Angola.

Recordou que os planaltos de Angola alimentam cerca de 95 por cento das águas que sustentam o

Delta do Okavango e abriga vastas turfeiras de armazenamento de carbono. Afirmado que por este facto o futuro do rio Cubango e da biodiversidade da região do Okavango depende extremamente das decisões e acções tomadas na parte de Angola.

O director da USAID referiu que designado como património mundial pela UNESCO por ser um dos principais destinos turísticos para o safari em África, o Delta do Okavango deve a sua existência ao rio Cubango em Angola, onde a água flui e cria a única bacia hidrográfica repleta de turfeiras e florestas que além de fornecerem um santuário a vida selvagem, actuam como um sumidouro de carbono.

"A mudança no uso da terra, o desvio da água, a exploração dos recursos naturais e urbanização, ameaçam agora o futuro do rio Cubango e os serviços que ele oferece, para a natureza e o bem-estar das populações", disse.

#### Equipa técnica da USAID

Uma equipa técnica da Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID) trabalha desde esta quinta-feira, na província do Cuando Cubango para recolher contribuições para a implementação de um projecto de protecção da biodiversidade, denominado Ecossistemas, Comunidades e Clima no Cubango-Okavango (ECCO).

O projecto que terá a duração de cinco anos de execução, e visa a protecção da vida selvagem, melhoramento ao acesso de água potável, saneamento, pesca sustentável, energia limpa, entre outros benefícios, com vista a garantir o bem-estar social das populações e os seus meios de subsistência.

O director da USAID em Angola, William M. Butterfiel, que chefia a delegação, manteve um encontro de cortesia com o governador do Cuando Cubango, José Martins, para explicar os principais objectivos do projecto ECCO que tem o seu arranque previsto para dentro de três meses.



## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Projecto de lei prevê 55 municípios

*Jornal Luanda*

*9 De Janeiro de 2023*

*Texto: Fula Martins*

Projecto de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa do país, que será remetida à Assembleia Nacional para aprovação, sugere a criação de 581 municípios a nível nacional, dos quais 55 em Luanda, designadamente Viana, Calumbo, Estalagem, Kikuxi, Baía, Zango, Vila Flor, Catete, Muxima, Cacuaco, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Talatona, Mussulo, Funda, Cassoneca, Demba Chio, Quixinge, Cabiri, Sambizanga, Kikolo, Mumbondo, Cabo Ledo, Barra do Cuanza, Rangel, Maianga, Bom Jesus, Ingombota, Samba, culo Cahango, Kilamba, Neves Bendinha, Ngola Kiluanje, Quiminha, Bela Vista, Mulenvos de Baixo, Sequele, Hoji ya Henda, 11 de Novembro, KimaKieza, Tala Hadi, Kalawenda, Quenguela, Morro dos Veados, Ramiros, Vila Verde, Belas, Sapú, Palanca, Benfica, Futungo de Belas, Nova Vida, Lar do Patriota, Camama e Cidade Universitária.

Durante a reunião extraordinária do Conselho de Auscultação da Comunidade do município de Viana, os participantes sublinharam que com a nova divisão político-administrativa, vai ser possível a execução e a implementação de programas que visam a redução das assimetrias e aproximar os serviços básicos às comunidades.

O coordenador do bairro Vila Nova de Viana, Cipriano Carlos, considerou "oportuna" a proposta, na medida em que visa, essencialmente, promover um desenvolvimento harmonioso, contribuir e ajudar na resolução dos problemas das populações. Cipriano Carlos lembrou que muitas localidades de Viana, ainda sem estatuto administrativo, debatem-se com problemas de desemprego, falta de abastecimento de água potável e fornecimento de energia eléctrica, além da inexistência de outros serviços essenciais.

A aproximação dos serviços e instituições públicas aos cidadãos e a criação das condições para sigualdades regionais, são, segundo Cipriano Carlos, elementos que sustentam a proposta do Executivo sobre a nova divisão político-administrativa.

"A elevação das localidades apontadas à categoria de municípios vai permitir a indicação de um administrador que vai representar o Estado e defender os interesses dos habitantes locais, assegurando a realização dos serviços essenciais", disse.

Para o coordenador do Conselho de Moradores do Projecto Morar, António Inácio, a proposta "é uma iniciativa assertiva". "A divisão vai proporcionar um bem-estar às populações que vivem em zonas recônditas", disse.

### 5.2 Vantagens e desvantagens da divisão político-administrativa

*Jornal Luanda*

*9 De Janeiro de 2023*

Relativamente as vantagens, o docente Mateus Muhongo é de opinião que a redução da extensão territorial pode facilitar os processos de gestão pública, tornar mais eficiente e eficaz as políticas sociais, económicas e culturais.

Por sua vez, Ester Boa Morte apontou como desvantagem o facto de a nova divisão político-administrativa poder aumentar, a curto e médio prazo, o peso do sector público no Orçamento Geral do Estado, aumentando a necessidade de obtenção de mais financiamentos nos mercados financeiros e a despesa com os serviços da devida.

Para inverter essa tendência, Ester Boa Morte defende que os gestores públicos deverão ser proactivos no sentido de atraírem investimentos para os seus municípios, produzir bens e serviços com eficiência, de modo a obter vantagens competitivas em relação aos demais municípios.

"O capital humano e a aposta na tecnologia devem ser elementos fundamentais para dar sustentabilidade a esse processo", disse.

Crítico da proposta da nova divisão político-administrativa, o taxista Calombe Betuala considera que não é prioridade nesta altura. "Os distritos e comunas apresentam um índice de desenvolvimento baixo. Os problemas não se resolvem com uma nova divisão político-administrativa, mas com a institucionalização das autarquias locais". Argumenta.

Funcionário público, Samuel Menezes diz não ser prioridade a nova divisão político-administrativa do país.

"A prioridade passa pela realização das eleições autárquicas. Isto é uma maneira de desviar as atenções e atrair a preparação das eleições autárquicas. disse.

### 5.3 Bengo capacita gestores públicos sobre novos módulos do Portal do Município

*Jornal de Angola*

*10 De Janeiro de 2023*

Gestores, técnicos das administrações municipais e responsáveis pelas competências transferidas da administração central para a local participam, desde segunda-feira, em Caxito, província do Bengo, numa acção formativa sobre novos módulos do Portal do Município.

Com duração de 12 dias, a acção formativa é promovida pelos Ministérios das Finanças e da Administração do Território, no âmbito da implementação da desconcentração administrativa e financeira em curso no país.

A formação vai incidir sobre temas relacionados com o licenciamento das actividades nos sectores do comércio, indústria, transportes, energia e águas, postos de abastecimento e derivados de petróleo, concessão de direitos fundiários e de pesca artesanal.

Na abertura, o vice-governador do Bengo para o Sector Político, Económico e Social, José Bartolomeu Pedro, pediu aos participantes para utilizarem correctamente a ferramenta (Portal do Município) e darem atempadamente resposta às solicitações dos municípios.

O administrador municipal do Dande, Fonseca Miguel Canga, sublinhou que a formação vai permitir solidificar o manuseamento do Portal do Município, agregando valores e competências aos técnicos de modo a garantir um trabalho eficiente e de qualidade à população.

O programa de transferência de competências decorre no âmbito do Portal do Município.

O Portal do Município foi lançado em 2021 para acompanhar todo o processo de cobranças de taxas, licenças e multas, resultantes de serviços que as administrações locais prestam.

#### Bié lança formação

A mesma acção formativa está a ser implementada no Bié, onde administradores municipais, representantes dos gabinetes provinciais e municipais partilham, desde ontem até 25 deste mês, na cidade do Cuito, conhecimentos sobre os novos Módulos do Portal do Município.

O coordenador do grupo técnico para implementação do regime financeiro para as autarquias locais, Correia Salvador, na apresentação dos objectivos, disse que o acto visa o reforço da capacidade de prestação de serviços das administrações municipais às populações.

Segundo ele, no âmbito do processo de transferência de competências dos órgãos da administração central para os órgãos local da administração do Estado, o Executivo continua a trabalhar para a melhoria do Portal do Município, visando a arrecadação das receitas.

A vice-governadora para o sector Político, Social e Económico, Alcida de Jesus Camatele Sandumbo, na abertura, informou que a formação enquadra-se nas estratégias da desconcentração da administração pública, no âmbito das autarquias locais.

Para a responsável, o Portal do Município, sendo uma plataforma informática disponível, permite ao cidadão tratar por via electrónica todos os documentos da responsabilidade das administrações municipais, bem como na prestação de mais de 400 serviços para arrecadação de receitas próprias.

A acção vai ainda permitir que o Portal do Município sirva realmente de fonte de receita, e garantir a melhoria das condições sociais das populações, tratando-se de uma ferramenta que não permite a administração municipal ficar muito tempo aguardando o retorno de receitas face às despesas básicas.

## 5.4 Instituto Nacional de Estatística actualiza cartografia para recenseamento da população

*Jornal de Angola*

*12 De Janeiro de 2023*

O Instituto Nacional de Estatística (INE) anunciou que está em curso no país o processo de actualização cartográfica, a primeira etapa para a realização do segundo Recenseamento da População e Habitação - Censo 2024.

Segundo uma nota de Imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso, a actualização da cartografia decorre até final deste ano e tem como objectivo definir e redefinir os limites dos bairros existentes em todo o país.

A nota refere também que, pela primeira vez, a recolha de informações de modo digital, que acontece no próximo ano, junto dos agregados familiares, será feita por via de tabletes que contêm o aplicativo de recolha de dados, CAPI.

O Recenseamento da População e Habitação acontece em todo o país e abrange cidadãos nacionais, estrangeiros residentes ou ausentes temporariamente e unidades de alojamento. O processo vai decorrer em três etapas, nomeadamente a actualização cartográfica, que já decorre, o recenseamento piloto e depois o geral.

Na fase de actualização cartográfica prevê-se dividir o país em cerca de 92 mil secções para as entrevistas aos agregados familiares. O recenseamento piloto servirá para testar o processo de prontidão para a realização do Censo em 2024 e por fim o recenseamento geral que abrange a população e as habitações.

O INE, na qualidade de Órgão Executivo Central de produção e difusão das estatísticas oficiais do país, é responsável por conduzir o segundo Recenseamento Geral da População e Habitação – Censo 2024.

Para assegurar e fortalecer os trabalhos em curso, recentemente o Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, criou por Despacho nº 290/22, de 30 de Dezembro, a Comissão Multisectorial, coordenada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Militar. General Francisco Pereira Furtado, coadjuvado pelo Ministério da Economia e Planeamento, Instituto Nacional de Estatística e diferentes Departamentos Ministeriais.

A Comissão Multisectorial criada pelo Presidente da República deve apresentar, até ao final deste mês de

Janeiro, o Plano e Cronograma de actividades referentes ao processo do Censo Geral da População.

A Proposta de Lei de Autorização Legislativa, que permite ao Presidente da República regular sobre o regime de elaboração, aprovação e execução do programa do Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação, de 2024, foi aprovado pelos deputados à Assembleia Nacional, em Junho do ano passado, com 122 votos a favor e um contra.

Antes da realização do Censo 2024, o país poderá realizar, ainda este ano, um censo piloto, tal como fez saber o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, em Julho do ano passado, em Luanda. Milton Reis salientou que o censo piloto é uma actividade que tem por finalidade testar o nível de organização, metodologias, procedimentos e, sobretudo, os possíveis constrangimentos da operação, para corrigir e tomar medidas cautelares, antes do censo, propriamente dito.

À luz do referido despacho, cita a nota, o Instituto Nacional de Estatística tem como papel preparar as condições técnicas de todo o processo do Censo 2024.

O Recenseamento da População é uma operação de recolha completa, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos. Por outro lado, o Recenseamento da Habitação é igualmente uma operação de recolha completa, compilação, avaliação, análise de todas as habitações e dos seus ocupantes no território nacional.

## 5.5 Ministro «Executivo tem Interesse na execução das autarquias»

*Novo Jornal*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Sebastião António*

"O Executivo tem todo o interesse na implementação das autarquias locais". É dessa forma que o ministro da Administração do Território e coordenador-adjunto da Comissão Multisectorial para a alteração da Divisão político-Administrativa (DPA), Dionísio da Fonseca, responde às suspeições levantadas por diferentes associações cívicas de que o Executivo pretende retardar a implementação das autarquias com a nova divisão territorial.

Ao NJ, o governante sublinha que o sinal dos objectivos nobres do Executivo é evidenciado com o

trabalho que o Executivo tem realizado no "domínio da municipalização do Estado".

"A nova Divisão político-Administrativa proporcionará melhor delimitação do espaço territorial de intervenção de cada autarca e uma gestão mais efectiva e plena do território nacional. O critério demográfico, nalguns casos, e a extensão territorial, em outros, estiveram na base da definição da proposta inicial de novos municípios", fez saber o ministro.

Entretanto, as associações da sociedade civil, que se juntam às preocupações de alguns partidos na oposição, não têm dúvidas de que a DPA seja uma "mano-bra" utilizada para se 'esquivar' da realização das eleições autárquicas.

O 'alarme' da sociedade civil em relação ao assunto acionou com o anúncio do Governo sobre o "encerramento do processo de auscultação pública".

Por exemplo, João Malavindele, líder da OMUNGA, é peremptório em afirmar que a proposta da nova DPA poderá "retardar a institucionalização das autarquias".

À semelhança de Malavindele, Serra Bango, presidente da AJPD, receia que a implementação das autarquias seja posta em causa.

"O que entendo é que acelerar o processo da nova Divisão Político-administrativa é um mecanismo para retardar a implementação das autarquias, porque vai esperar-se que se criem condições de infra-estruturas da administração do Estado naquelas localidades, para se avançar com as autarquias, que é o argumento que se tem dito agora", esclarece Serra Bango.

## 5.6 Institucionalização das Autarquias tem financiamento assegurado

*Jornal de Angola*

*14 De Janeiro de 2023*

*Texto: Gabriel Bunga*

O ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, anunciou, sexta-feira, na Assembleia Nacional, que o Orçamento Geral do Estado para 2023 prevê recursos financeiros para a implementação do Plano Integrado de Institucionalização das Autarquias Locais.

Deputados retomam a discussão da proposta do OGE-2023 na segunda-feira, para aprovação definitiva na generalidade do instrumento financeiro  
© Fotografia por: Rafael Tati | Edições Novembro

Manuel Nunes Júnior apresentou a mensagem do Titular do Poder Executivo aos deputados, por ocasião da discussão e aprovação da proposta de OGE para o exercício económico 2023, que prevê receitas e despesas no valor de 20.104.207.404.872,00 (vinte triliões, cento e quatro bilhões, duzentos e sete milhões, quatrocentos e quatro mil e oitocentos e setenta e dois kwanzas).

O governante informou aos deputados que o Executivo reitera o compromisso de abordagem holística e integrada do processo de institucionalização das autarquias locais e já foi criada uma comissão interministerial, através do Despacho Presidencial N°246/22 de 24 de Outubro.

"Os recursos previstos neste orçamento, para a implementação do plano integrado de institucionalização das autarquias locais, acautelam os desafios de implementação das autarquias locais, designadamente, a construção e reabilitação das infra-estruturas autárquicas para o funcionamento das futuras câmaras municipais e as assembleias das autarquias locais, a realização do registo eleitoral, com características de prova de vida, o reforço da desconcentração administrativa, a alteração da divisão político-administrativa, o diagnóstico municipal dinâmico e a estratégia de comunicação, bem como a conclusão do pacote legislativo autárquico", disse.

A mensagem do Titular do Poder Executivo destaca que o OGE 2023 é o orçamento de que o país precisa e apelou aos deputados a aprovar aquela proposta do plano financeiro do Estado. "Esta é a proposta do Executivo para o Orçamento Geral do Estado de 2023. Estamos certos de que o debate, nesta assembleia, contará com o contributo de todos em plena liberdade e no ambiente de plena democracia. Estamos também convictos que este é o Orçamento de que o país precisa", disse.

Manuel Nunes Júnior acrescentou que o OGE 2023 foi preparado na base de um preço de 75 dólares por barril de crude e de uma produção petrolífera de 180 mil barris por dia. "Para o ano de 2023, prevemos uma taxa de crescimento de 3,3 por cento, em resultado das perspectivas do crescimento do PIB petrolífero, incluindo a produção de gás e do PIB não petrolífero. Esperamos um aumento da produção petrolífera de cerca 32.4 mil barris por dia, nos blocos 15/06, 14, 15, 31 e no Bloco 17, permitindo um crescimento da produção petrolífera na ordem dos 2.8 por cento, o que, incluindo a produção de gás, propiciará um crescimento petrolífero de 2.98 por cento", disse.

O ministro de Estado e da Coordenação Económica realçou que o mercado cambial está estabilizado e

funciona normalmente e que a diferença entre a taxa de câmbio do mercado paralelo e a taxa de câmbio do mercado oficial que era cerca de 13,6 por cento em 2017, está hoje situada ao redor dos 9 por cento. "Uma diminuição que é bastante assinalável", disse, acrescentando que a taxa de inflação em Angola que chegou a atingir 41,12 por cento, em 2016, baixou para 16,9 por cento, em 2019. Devido aos efeitos da pandemia da Covid-2019, subiu em 2021 para 27,3 por cento", disse.

O primeiro dia da discussão do OGE-2023 ficou marcado pela apresentação da mensagem do Presidente da República aos deputados, a apresentação da proposta do OGE pela ministra das Finanças, e declarações políticas pelas bancadas parlamentares, bem como o início da discussão na generalidade daquele documento.

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, conduziu os trabalhos.

As declarações políticas e as intervenções dos deputados ficaram divididas na aprovação e não aprovação do OGE. O MPLA defende a aprovação do orçamento com justificação de estar de acordo com as necessidades do país, enquanto a UNITA, principal partido da oposição, mantém a posição recorrente de não aprovar o OGE por não estar de acordo com as necessidades reais do país.

Devido ao elevado número de intervenções e o avançar da hora, a presidente do Parlamento suspendeu os trabalhos que devem continuar na segunda-feira. A aprovação definitiva, na generalidade, do OGE, vai decorrer no final das intervenções dos deputados, na presença dos membros do Executivo.

## 5.7 Nova Divisão Administrativa aproxima os serviços públicos

*Jornal De Angola*

*16 DE Janeiro de 2022*

*Texto: Arcângela Rodrigues e Mazarino da Cunha*

O reitor da Universidade Lusíada de Angola (ULA) afirmou, em Luanda, que a proposta de Lei do Executivo sobre a nova divisão político-administrativa do país, essencialmente, busca uma melhor gestão e aproximação dos serviços públicos aos cidadãos.

Mário Pinto de Andrade, que interveio no ciclo de debates académicos sobre a Proposta de Lei da Alteração da Divisão Político-Administrativa, iniciado

na sexta-feira e com encerramento para amanhã (terça-feira), sublinhou que com o diploma o Executivo pretende reduzir as assimetrias regionais, a distribuição justa das riquezas, e dar resposta aos problemas que surgem nos municípios.

O professor universitário Paulo de Carvalho, que dissertou sobre a História e a Sociologia dos Povos de Angola, disse que o aumento de 164 para 581 municípios pode não ser solução para a resolução dos problemas dos cidadãos, salientando que a proposta foi elaborada não tendo em conta os aspectos socioculturais e antropológicos, essenciais para a resolução dos problemas dos cidadãos.

Observou ainda que os actuais problemas sociais, culturais e antropológicos ao nível das comunas podem persistir, pelo facto de muitas comunas e municípios não serem ainda economicamente auto-suficientes.

O também professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto lembrou que o acto de governação pressupõe garantir, de forma continuada, a estabilidade social, política, económica, incluindo o bem-estar das famílias.

O tema sobre a alteração da Divisão Político-Administrativa, com realce para a província de Luanda, foi apresentado pelo docente universitário Moreira Lopes, que defendeu o alargamento do debate entre académicos e membros da sociedade civil, com vista à recolha de mais opiniões sobre o assunto.

Sugeriu a realização de um estudo mais circunstanciado para determinar se os distritos ou outras circunscrições territoriais intermunicipais evoluem, ou não, para municípios ou noutra forma de organização territorial.

No caso particular da província de Luanda, explicou, o princípio da diferenciação permitirá olhar a capital do país de forma particular. "Não podemos comparar Luanda com outras províncias, primeiro por ser a capital e registar maior índice populacional", afirmou.

### Instrumentos de ordenamento territorial

Ao intervir sobre os instrumentos de gestão territorial integrados na política de ordenamento do território, o professor de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, António Gameiro, explicou que os mesmos (instrumentos) estão previstos na lei e devem estar ligados às administrações que deverão ser criadas.

Gameiro defendeu a criação de planos directores municipais, urbanos e rurais, bem como sectoriais e

especiais, para que os Governos possam rever as suas áreas de actuação. Para a execução da nova divisão político-administrativa, o arquitecto sugeriu critérios, como saber-se o número actual da população de cada província, tipologia dos serviços, das infra-estruturas e equipamentos.

Crisóstomo Martinho, também docente na Faculdade de Ciências e Tecnologias da ULA, afirmou que a implementação da nova Divisão Político-Administrativa deve passar pela capacitação de quadros da Administração Local, financiamento e simplificação dos serviços.

Ao dissertar sobre "Planeamento urbano das unidades territoriais", falou das dificuldades na elaboração dos planos urbanísticos ao nível municipal e da necessidade da capacitação dos quadros da Administração para maior suporte técnico às unidades locais.

Defendeu, numa primeira fase, o financiamento ao nível do OGE, para a sustentabilidade das comunas que não produzem nada e a simplificação dos procedimentos para tornar o processo mais dinâmico.

## 5.8 Mais de onze mil novos projectos reforçam acções nos municípios

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2023*

*Texto: Paulo Caculo*

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) anunciou a inscrição no Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao exercício económico do ano em curso, de uma carteira nacional de 11.202 novos projectos sociais enquadrados no Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), para os próximos cinco anos.

O referido volume de infra-estruturas definidas pelo MAT, disse a secretária de Estado para a Administração do Território, Teresa Luís José Fernandes Quivienguele, durante a sessão parlamentar para aprovação do OGE, visa a satisfação de cinco áreas prioritárias, nomeadamente Saúde, Educação, Energia e Águas, saneamento e vias de acesso.

Alertou, no entanto, que a concretização das empreitadas em referência estabelecer-se-á numa perspectiva de gestão harmoniosa e equilibrada dos territórios, tendo em vista a satisfação das necessidades mais urgentes e necessárias.

A secretária de Estado do MAT garantiu, por outro lado, que apesar de estarem inscritos novos projectos, estão salvaguardados no orçamento reservado ao departamento ministerial recursos para a continuação dos projectos do PIIM referentes a 2022. Destacou, neste aspecto, terem sido concluídos, no ano passado, 935 mil dos dois mil 665 projectos inscritos.

"Vai-se dar continuidade à implementação e conclusão dos outros projectos", prometeu, para em seguida adiantar estar em curso, igualmente, um trabalho massivo de "transferência de competências dos departamentos ministeriais para os governos provinciais e destes para as administrações municipais", tendo em atenção aos desafios de "construção e reabilitação de infra-estruturas que acomodarão os órgãos e serviços das futuras autarquias locais".

Relativamente à institucionalização das autarquias locais, o Executivo tem em curso o programa de desconcentração e descentralização administrativa que congrega no essencial as acções para o processo de implementação das autarquias locais.

### Actualização do registo eleitoral

Ainda no que à preparação das autarquias diz respeito, Teresa Quivienguele sublinhou que o MAT reservou, para o actual orçamento, recursos visando a preparação e actualização do registo eleitoral.

Elucidou que o referido processo vai integrar a prova de vida, actualização da base de dados do cidadão maior e a certificação de residência dos cidadãos eleitores, afixando estar, também, prevista a "actualização do diagnóstico municipal dinâmico", visando aferir a linha de base das condições de recursos humanos, demográficas, financeiras e patrimoniais existentes nos diferentes municípios. De igual modo, sublinhou, está em previsão a formação e capacitação dos quadros e lideranças locais, que virão a assegurar o funcionamento das futuras câmaras municipais.

### Formação

O processo de formação de quadros, no âmbito da preparação das autarquias, disse, teve início há já algum tempo, tendo, até Dezembro de 2022, sido formados oito mil e 830 técnicos locais, "à luz das competências desconcentradas até ao momento".

Nos domínios das finanças, destacou a secretária de Estado do MAT, as formações foram sobre o "orçamento participativo", ao passo que no domínio dos petróleos, sobre os "recursos minerais". Acrescentou, ainda, as formações sobre turismo, ambiente, pesca artesanal, obras públicas e ordenamento do território.

"Foram, ainda, formados 33 administradores municipais em matéria de gestão, administrativa e desenvolvimento local", esclareceu, anunciando que para o presente ano, "o orçamento assegura recursos para a formação de mais dois mil 648 quadros locais, que incluem 66 administradores municipais, 18 governadores provinciais e 39 vice-governadores".

#### Divisão Político-Administrativa

Teresa Quivienguele garantiu, em relação à divisão Político-Administrativa, haver trabalhos permanentes em sede da Comissão criada para o efeito, tendo assegurado que o OGE para 2023 assegura recursos destinados a salvaguardar a "gestão sustentável dos territórios". O objectivo, disse, é aproximar cada vez mais os bens e serviços dos cidadãos nas localidades mais diminutas, ou seja, do último nível.

Para os trabalhos de adequação dos limites territoriais dos actuais municípios, produção dos mapas de adequação dos limites intermunicipais das diferentes províncias e a realização de trabalho de harmonização das circunscrições dos polígonos adequados, revelou estarem igualmente salvaguardados os recursos, tendo em vista a concretização dos projectos sem sobressaltos.

## 5.9 Governo disponibiliza 30 mil milhões para o Censo Geral da População

*25 De Janeiro de 2023*

*Texto: Adelina Inácio*

O Executivo disponibilizou no Orçamento Geral do Estado cerca de 30 mil milhões de kwanzas para cobrir as despesas relacionadas com a preparação do Censo de 2024, anunciou, no Parlamento, o ministro da Economia e Planeamento.

O Recenseamento da População e Habitação será efectuado em todo o território nacional e abrange cidadãos nacionais e estrangeiros residentes ou ausentes temporariamente e unidades de alojamento.

O Recenseamento decorrerá em três etapas principais até ao final da recolha efectiva dos dados. A primeira etapa de actualização cartográfica

consistirá em definir e redefinir os limites dos bairros. Nessa fase, prevê-se dividir o país em cerca de 92 mil secções para efeitos de entrevistas aos agregados familiares.

A segunda etapa do Recenseamento-piloto servirá, contudo, para testar o Processo de Prontidão para a realização do Censo em 2024. E a terceira fase do Recenseamento Geral abrange a população e as habitações.

Mário Caetano João falava, segunda-feira, no Parlamento, sobre as verbas previstas no OGE para o Ministério da Económica e Planeamento, explicando que cerca de 15 mil milhões são despesas para a manutenção dos programas de Reconversão da Economia Informal (PREI) e o de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e a Substituição das Importações (PRODESI) e outros serviços.

"Gostaríamos que com, aproximadamente, 10 mil milhões de kwanzas do PREI pudesse apressar todo o processo de formalização. Os operadores económicos formalizados são os potenciais pagadores de impostos e é por isso que o PREI é um programa que gera receitas", disse o ministro.

Mário Caetano afirmou existir no país vários instrumentos de política em vigor que racionalizam as importações de bens com "vantagens comparativas".

O ministro frisou que o sector da Economia tem uma cadeia de valor de financiamento a começar pelo micro-crédito, que vai desde os 50 mil kwanzas até os sete milhões de kwanzas.

Existem, ainda, segundo o governante, os recursos do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), que são aproximadamente 41 milhões de kwanzas.

"Todos os operadores económicos da cadeia de produção têm os seus instrumentos financeiros adequados à maturidade das suas actividades", disse.

Os deputados durante a discussão do Orçamento Geral do Estado, na especialidade, propuseram ao Executivo o reforço dos recursos para o sector Produtivo.

O ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano, disse que o Executivo pretende alterar o modelo de financiamento para acelerar o sector Produtivo no país, de modo que os recursos deste estejam no Banco de Desenvolvimento de Angola.

Declarou que um dos desafios do Executivo é estar envolvido no processo de integração económica

regional, mas, também, em vários sectores da actividade, com destaque para o extractivo.

O Ministério da Economia e Planeamento continua a trabalhar para melhoria do ambiente de negócios e fazer com que "cada empresário possa abrir o seu negócio e tirar o máximo de oportunidade no mercado".

Pretende, ainda, aumentar o valor para os programas e assegurar maior acesso ao mercado a todos os que produzem para a economia do país. Com o PRODESI, afirmou o ministro, foi possível financiar mais de três mil produtores nacionais do sector Produtivo, principalmente daqueles produtos que impactam a população.

#### Auto-suficiência alimentar

O ministro da Indústria e Comércio também falou na Assembleia Nacional e assumiu que a proposta orçamental destinada ao Ministério que dirige terá que ser bem manuseada para atingir os objectivos a que se propõe.

Para Víctor Fernandes, o desenvolvimento económico do país passa necessariamente pela industrialização. "A indústria precisa da produção de matéria-prima no sector Primário e no país a vantagem competitiva está no agro-negócio", explicou, acrescentando "o sector Primário da Agricultura e da Industrialização como o produto desse Sector Primário e a sua transformação".

A ideia é atingir a auto-suficiência alimentar, frisando que o país está em condições para chegar a este nível.

Para o êxito desta acção, o ministro entende que é preciso observar as infra-estruturas que apoiam o desenvolvimento industrial.

O sector Têxtil, acrescentou, é uma secção que mereceu a atenção do Ministério da Indústria e Comércio com a revitalização de três grandes unidades têxteis.

O objectivo é a criação da cadeia de valor do sector Têxtil que começa na produção agrícola. Essa cadeia de valor do país, prosseguiu, tem todas as condições para atingir o sucesso.

"Neste momento, temos três grandes indústrias modernas e a construção primária do algodão está a ser estruturada. Teremos condições para poder potenciar a indústria das confecções", disse.

Víctor Fernandes apelou aos empresários a apostarem no sector das Confecções: "Porque temos condições criadas pelo sector privado".

Quanto ao Pólo de Desenvolvimento Industrial, o governante referiu que existe um programa de revitalização da estratégia de desenvolvimento comercial e industrial que tem incluído a parte da infra-estruturação.

Os polos, explicou, são infra-estruturas em que o empresário com a intenção de criar um projecto industrial encontra condições de infra-estruturação que permita que este custo esteja estruturado.

O ministro abordou o plano de privatização: "É por este que vai passar tudo que é infra-estrutura que pertencia ao Estado para o sector privado", reforçou Víctor Fernandes.

Reafirmou que o Executivo pretende aumentar a auto-suficiência alimentar e deve ser feita com uma produção de qualidade.

"A segurança alimentar é um universo holístico que envolve vários sectores, onde está também o sector produtivo", declarou o ministro da Indústria e Comércio.

O sector dos Negócios em Angola não discrimina no ponto de vista de investimento tanto nacional, como o estrangeiro.

"Não temos nenhuma estratégia para lá do ponto de vista do investimento fazer esta discriminação. Pelo contrário, queremos atrair investimento que permitam que quem tem condições de investir no país possa fazê-lo", concluiu o ministro.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 AGT inicia cobranças do Imposto Predial e do IVM

*Jornal de Angola*  
11 De Janeiro de 2023

A Administração Geral Tributária (AGT) realiza, hoje, em Luanda, um encontro para balanço e apresentação dos resultados e o consequente início da campanha de cobrança do Imposto Predial (IP) e o Imposto sobre Veículos Motorizados (IVM).

A taxa do IP é de 0,5 por cento sobre o montante do valor patrimonial que excede 5.000.000 (cinco milhões) de kwanzas. Para os prédios que se encontram arrendados, aplica-se a taxa efectiva de 15 por cento sobre o total da renda.

O Imposto Predial (IP) incide sobre o valor patrimonial ou renda dos prédios urbanos e rústicos e bem assim sobre as transmissões gratuitas ou onerosas de bens imóveis, qualquer que seja o título a que tais transmissões são operadas.

O Imposto Predial sobre a detenção de imóvel deve ser pago até ao último dia útil do mês de Março pelo sujeito passivo, podendo, todavia, ser pago em seis prestações consecutivas, a pedido do sujeito passivo.

Imposto sobre Veículos Motorizados (IVM)

Por sua vez, o Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM) foi aprovado pela Lei n° 24/20, de 13 de Junho, que revogou a Taxa de Circulação - aprovada pelo Diploma Legislativo n° 3837, de 30 de Julho de 1968.

Estão sujeitos ao IVM os veículos motorizados, designadamente, os automóveis ligeiros e pesados, motocicletas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos, bem como as embarcações e as aeronaves.

Todos os veículos motorizados, isentos ou não, devem estar cadastrados. Para os veículos não isentos, o pagamento do imposto deve ocorrer no período de Janeiro a Junho de cada ano, independentemente da viatura estar ou não em circulação.

### 6.2 Governo promove autoconstrução dirigida para jovens no Bengo

*Jornal de Angola*  
11 De Janeiro de 2023  
Texto: António Canepa

O Governo do Bengo vai dar prioridade, entre as várias acções a realizar no próximo quinquénio, à autoconstrução dirigida de moradias para jovens, para evitar que os quadros abandonem as zonas de origem, afirmou, terça-feira, o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-Estruturas.

Segundo Edson da Cruz, que falava à Rádio Bengo, para evitar que jovens e quadros abandonem os locais onde funcionam por falta de moradias, o Governo Provincial aposta, para os próximos cinco anos, no incentivo à autoconstrução de residências, em toda a província.

"Verificamos que muitos quadros e jovens são obrigados a abandonar determinadas regiões do interior da província onde residem devido à falta de residências e para evitar este fenómeno decidimos apostar, nos próximos cinco anos, na promoção da autoconstrução dirigida, tanto no município do Dande, onde se localiza a maior cidade, a capital da província, Caxito, como no interior do Bengo", sublinhou o governante.

Acrescentou que o Governo vai efectuar, em primeiro lugar, a reverificação e a remarcação de todas as reservas fundiárias existentes, para evitar que o plano traçado seja promovido em zonas impróprias

Enquanto isso, o Governo Provincial procede à actualização do plano urbanístico do município do Dande, por ser o mais populoso e desenvolvido da província, para concluir depois os planos directores dos demais municípios.

"Tudo isto visa promover a autoconstrução dirigida com segurança para não se correr o risco de os planos directores colidirem com a promoção da autoconstrução dirigida", disse, referindo-se sobre as construções que crescem, actualmente, de noite para o dia, sem obedecer regras urbanísticas na cidade e à volta da zona franca da Barra do Dande e da Centralidade do Bucula.

Edson da Cruz lamentou o facto de as construções desordenadas estarem a ocorrer não só no município do Dande, mas, em quase todo o território da província. Garantiu que o Governo vai procurar estancar este fenómeno a todo o custo, para levar adiante os novos projectos, que têm como finalidade melhorar as condições de habitabilidade.

"Lamentavelmente é um fenómeno que ocorre, também, um pouco por todo o país, podemos citar o exemplo das construções nas zonas da linha de água e à volta da Centralidade do Bucula, na nossa província, no Capari, Sequele, Kilamba e na Via Express, em Luanda. A ideia é estancar este fenómeno, promovendo a autoconstrução dirigida, porque as pessoas precisam de moradias e viver com dignidade, organizar as suas vidas e pensamos que esta é uma das soluções", apontou.

Para os espaços ocupados ilegalmente ou com documentação, mas sem obras, o Governo promete encontrar meio-termo ou conversar com os detentores dos espaços, no sentido de se fazer valer a Lei e cedê-los aos que realmente precisam, para determinados projectos. "Temos recebido muitas solicitações de espaços para investimentos em projectos de grandes dimensões, não só no município do Dande, mas um pouco por toda a província, mas, infelizmente, muitas vezes não encontramos terrenos porque estão ocupados por alguém que nada faz neles", lamentou.

Deu a conhecer que o Governo da província do Bengo projecta, também, a construção de infra-estruturas sociais nas zonas adjacentes à Centralidade de Bucula, com destaque para escolas, unidades de saúde e vias de acesso, estando em curso o levantamento dos terrenos na localidade e nas zonas onde há perspectiva de crescimento da cidade de Caxito.

O vice-governador fez saber, também, que vão ser erguidas vias de acesso, travessias e ligações entre zonas.

#### Outros objectivos

De acordo com Edson da Cruz, o Governo do Bengo pretende, ainda, concluir todos os projectos traçados e não concluídos em anos anteriores e continuar, neste quinquénio, os paralisados por diversas causas e só quando estiverem em fase conclusiva se vai introduzir outros.

Citou, como exemplo, a conclusão da segunda fase das infra-estruturas integradas de Caxito, as ligações intermunicipais e de municípios a localidades, escolas, unidades sanitárias e moradias, para depois olhar-se

para os novos projectos, como vias de acesso de Sassa Povoação, Panguila, Sassa Cária, pontes e vias do Kirindo, que segundo o vice-governador, vai ser asfaltada.

Referiu-se, igualmente, a outros projectos que estão à espera da aprovação do Orçamento Geral do Estado, para a sua efectivação. "Existem outros que aguardam pela aprovação do OGE".

#### Equipamentos técnicos

O Governo do Bengo está a elaborar um plano profundo que engloba a terraplanagem e asfaltagem de vias que faltam por intervencionar.

O vice-governador defendeu a necessidade de aquisição de mais equipamentos técnicos, como buldózers e outros, que, por avarias, estão inoperacionais, porque existem zonas rochosas que precisam deste tipo de máquinas, antes da utilização de niveladores, que podem ser danificadas por causa das rochas.

Segundo o vice-governador é preciso, também, outros meios para o saneamento básico no Panguila, localidade onde o Governo prevê estudar um novo formato de intervenção que vai culminar com a asfaltagem.

Quanto à Estrada Número 100, o governante fez saber que existe um plano do Executivo, que consiste na intervenção de todas as circulares do país, incluindo a de Caxito, bem com o alargamento do perfil urbano e a retirada do trânsito do Centro da cidade.

## 6.3 Vida pacífica ENDE cobra factura a quem não consumiu luz eléctrica

*Novo Jornal*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Euclides Seia*

Moradores do Bloco 8, edifício n.º 3, na Urbanização Vida Pacífica, acusam a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE) de cobrança de facturas de energia de um serviço que não usufruíram.

A variar entre os 28 mil e os mais de 38 mil kwanzas por morador, a dívida que está a ser cobrada é referente aos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, período sem celebração de contrato entre as partes.

A situação, que deixa os jovens moradores indignados, é justificada com a data em que os mesmos receberam os apartamentos do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, dia 30 de Novembro de 2022, por via do Conselho Nacional da Juventude (CNJ).

Por isso, os recém-moradores 'atiram-se' contra a ENDE e consideram a cobrança injusta. Os habitantes contactados pelo NJ, que pediram anonimato, receberam mensagens da ENDE via telemóvel com o seguinte teor: "Caro cliente conta contrato... a sua factura da ENDE está disponível no Multicaixa Express, Internet Banking e Multicaixa. Pague inserindo... ",

A factura remetida aos munícipes inclui o mês de Janeiro, o que muitos deles consideram Comissão de moradores diz para não pagar e ENDE promete aferir O coordenador da Comissão de Moradores disse que a ENDE prometeu ir ao encontro dos moradores da urbanização Vida Pacífica para a celebração de contrato pré-pago, que vigorará a partir deste ano.

"Como não se formalizou o contrato, não há dívida. Agora, com a EPAL, já começámos a celebrar contratos", explicou responsável dos moradores.

Por outro lado, o coordenador da Comissão de Moradores do edifício número três aconselhou os residentes, por via do grupo de WhatsApp, a "não efectuar os pagamentos das facturas e promete "interagir coma ENDE para os ajustes".

Uma fonte do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da ENDE instalado no edifício 3 é o pós-pago. Antes de ser entregue aos jovens, os aparconfirma a hipótese da emissão de facturas referentes aos períodos em reclamação por talvez ter havido falha técnica.

A fonte, que preferiu não ser citada, garantiu que irão aferir a fundo a situação, para a posterior, se desenhar uma solução que não prejudique o cliente.

São, no total, mil e 120 apartamentos, o encontro mantido com a juventude no dia tipologia T3, disponibilizados pelo Estado aos jovens, por via do CNJ.

## 6.4 Precisamos de pôr ordem nas centralidades

*Jornal Expansão*

*27 De Janeiro de 2023*

Nos últimos dias têm vindo à tona recorrentes informações sobre a degradação de edifícios nas centralidades pelo país afora. Na semana passada, a Televisão Pública de Angola (TPA) exibiu reportagens sobre o estado decadente de alguns edifícios na Centralidade do Mussungue, na Lunda-Norte. O cenário triste do Mussungue não é novo, nem único, e era previsível se nos ativermos à forma desregulada como os cidadãos têm vindo a aceder às unidades residenciais e vivendas. Faltou o competente estabelecimento de regras claras de ocupação, de convivência e de gestão daquelas infraestruturas construídas com dinheiro público.

Hoje, o resultado de todo esse descaso, do desleixo e da impunidade mostra que o poder público falhou, porque não foi capaz de criar instrumentos jurídicos capazes de proteger estas propriedades que, a continuarem assim, não se augura um bom desfecho. É muito triste, muito triste mesmo, ver cidadãos angolanos que tanto reclamavam do Governo um lugar condigno para morar, depois de beneficiados não cuidam como seria de esperar.

O que se nota nas centralidades é uma desordem. Grande parte dos moradores deixa degradar a infraestrutura, não se predispõe a colaborar na sua conservação e tão pouco colabora na manutenção dos espaços adjacentes aos condomínios e, por vezes, deixa de mãos atadas os coordenadores das comissões dos edifícios, blocos e quarteirões. Há mesmo moradores que inflamam o peito, gabam-se de não pagarem qualquer prestação ao Fundo de Fomento Habitacional (FFH), sentem-se poderosos e julgam-se intocáveis.

O que se passa na Centralidade do Mussungue, na verdade, não é novo. O mesmo acontece no Kilamba, no Sequele, no KK 5000 e em outras centralidades. A situação é tão grave que demanda do Estado severidade. Requer urgência na aplicação de regras para alterar o quadro precário de convivência nas centralidades, sob pena de fugir ao controlo.

Mas, no meio de tanta desordem, ainda existe trabalho abnegado de certos moradores que se empenham, cooperam, colaboram e estão sempre disponíveis, muitas vezes, arcando, sozinhos, com o fardo da manutenção dos edifícios e suas partes.

O Decreto Presidencial n.º 141/15, de 29 de Junho, que trata do Regime Jurídico do Condomínio não está a ser aplicado. As administrações das cidades não encontram soluções imediatas para os problemas quotidianos. É preciso mudar, urgentemente, o quadro actual antes que chegue o caos. O Estado não pode permitir que a impunidade impere. Há inclusive pessoas que não colaboram, não pagam as mensalidades dos imóveis, ostentam opulência, realizam festanças, beberetes e almoçadas nas partes externas dos edifícios.

O Estado tem saídas para esta crítica situação em que mergulhamos. Precisa apenas de impor a lei e tudo o resto virá por arrasto. Creio mesmo que os próprios moradores devem arcar com um conjunto de despesas para a manutenção e bem estar deles próprios. Viver bem tem preço. A gestão das centralidades pode dar pistas às autarquias, inclusive formalizar empregos para muita gente, e indicar caminho para um projecto de país que queremos.

Precisamos, apenas, de desenvolver um olhar crítico e criativo da realidade destes centros populacionais e restabelecer a ordem e, mais do que tudo, recuperar as pessoas, recuperar o atraso das pessoas impondo a ordem. Temos de superar a impunidade e a ignorância, colocando todo mundo a cumprir a lei. Reverter a tendência do descaso, da ruína, para o progresso, para o desenvolvimento só há um caminho: o respeito à lei e à ordem

## 6.5 Primeiros moradores da Centralidade de Halavala entram em Fevereiro

*Jornal de Angola*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

*28 De Janeiro de 2023*

Os primeiros moradores da Centralidade de Halavala, no Bailundo, província do Huambo, com mais de 3.000 moradias, recebem as chaves a partir de Fevereiro, revelou ao Jornal de Angola a governadora provincial.

A governante falava ao Jornal de Angola, por via telefónica, para destacar as realizações de 2022 e perspectivar os planos para este ano, da província do Huambo.

Lotti Nolika considerou o complexo habitacional, inaugurado em Maio de 2022 pelo Presidente da República, João Lourenço, como um marco e passo significativo na resposta aos anseios da juventude e da população em geral, em relação à habitação.

A mais alta responsável provincial destacou o desafio dos sectores da Energia e Águas, fazendo referência das melhorias no sistema de distribuição, que paulatinamente têm aliviado as necessidades da população.

"Inaugurámos as novas subestações eléctricas de Belém, do Huambo e do município do Bailundo. Temos uma cobertura de 100 por cento de distribuição de água potável no casco urbano e pouco mais de 80 por cento de energia também para o casco urbano", disse a dirigente.

A governadora referiu que se vai continuar, em estreita colaboração com os departamentos ministeriais, a envidar esforços no sentido de ampliar significativamente as redes de distribuição de energia e água, nos próximos dois anos, em toda a província.

Em relação ao apoio às populações mais carenciadas, a governante apontou a implementação do projecto Kwenda, que chegou a beneficiar 79.046 famílias e mais de seis mil jovens na província do Huambo, onde muitos deles foram inseridos no mercado de trabalho, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

Os jovens contemplados, explicou, concluíram com êxito os cursos de Electricidade de Baixa Tensão, Carpintaria, Alvenaria, Serralharia, Corte e Costura, Pastelaria e Agricultura. Além destes jovens, foi também possível prestar apoio directo a 831 mulheres zungueiras.

Planos para este ano

A governadora provincial do Huambo, Lotti Nolika anunciou, que no primeiro trimestre deste ano, vão estar concluídas 80 novas salas de aula, para albergar cerca de 5.600 novos alunos. Lotti Nolika referiu que a pretensão, nos próximos dois anos, é reduzir consideravelmente o número de crianças fora do Sistema de Ensino.

Destacou que a educação continua a ser uma das grandes prioridades do Governo do Huambo, apesar das dificuldades. No ano passado, foram construídas oito escolas, o que representa, actualmente, 60 salas de aula em toda a província e o acolhimento de mais de 5.000 alunos.

A número um da governação no Huambo reconhece que o ensino e a educação com qualidade não se resumem simplesmente no investimento em betão.

"Estamos igualmente preocupados com as condições em que trabalham os docentes e com a melhoria da qualidade de vida", disse.

A formação profissional, referiu, também é uma das frentes em que o Governo do Huambo aposta, com ganho de um novo centro de grande dimensão no Bailundo, denominado Cidadela Jovens de Sucesso e, neste momento, está em fase de conclusão o Centro Integrado de Formação Tecnológica (Cinfotec), que vai, certamente, ampliar as possibilidades de mais jovens serem inseridos no mercado de trabalho. A rede de estradas, apontou, também foi reforçada, tendo sido asfaltadas cerca de 15 quilómetros de estradas, com enfoque nas localidades do Huambo e Caála. Prometeu que o Governo vai continuar a apostar, gradualmente, na melhoria da rede de estradas, mediante a disponibilidade dos recursos.

Projectos imediatos

A governadora garantiu que os próximos desafios envolverão prestar particular atenção à conclusão das obras de impacto social, com principal enfoque ao Campus Universitário do Cambiote, a um novo cemitério, aterro sanitário e o centro cultural do Huambo. "Vamos igualmente focar na melhoria da política de distribuição e gestão de terras, tendo em vista à captação de maior investimento público-privado para o fomento da Agricultura, Indústria, melhoria do ordenamento urbano, habitação e serviços a nível da província", disse.

O Governo do Huambo pretende continuar a apostar no apoio aos parceiros sociais na melhoria da assistência e auxílio às populações mais carenciadas.

Hospital Geral do Huambo

O projecto de requalificação, vai abranger os três pisos e terá uma entrada para os serviços de urgência, um bloco de cirurgia composto por sala pré-parto e consultas externas. Toda zona de internamento será reabilitada, no primeiro andar. As obras vão facilitar a circulação dos cidadãos e veículos.

O contrato da empreitada está avaliado em mais de quatro milhões de dólares, com um prazo de execução de 18 meses.

O director do Hospital Geral do Huambo, Hamilton Tavares considera que a requalificação da infra-estrutura vai ajustar os serviços aos padrões internacionais.

Referiu que o foco do Governo foi sempre à assistência materno-infantil, por estas pessoas constituírem o futuro da Nação.

Atendendo às necessidades da população que acorre ao hospital, disse, nota-se que os serviços já não correspondem, tendo em conta que a maternidade e a pediatria têm o maior serviço de internamento, fundamentalmente nos serviços cirúrgicos.

Esta obra, salientou, vai garantir a independência nos serviços, em função da mobilidade, no sentido de diminuir a distância entre a sala de parto, bloco operatório e serviços de neonatologia, fundamentalmente para aquelas crianças que nascem com pouco peso, temperaturas baixas e partos prolongados, para que encontrem assistência logo à porta.

Os serviços de internamento, revelou, actualmente, têm uma capacidade de 350 camas, para os serviços materno-infantis, mas com esta ampliação serão diminuídas as camas, porque o foco será a qualidade, melhorando o que não existia, com a inclusão das consultas externas, bloco operatório, sala de esterilização, gases medicinais que contribuem na diminuição do espaço de internamento.

A diminuição de camas, explicou o director do Hospital Geral do Huambo, não trará transtornos no atendimento, porque os doentes estarão melhor acomodados com o serviço de qualidade, que vai dispor de tecnologia de última geração

## 6.6 Rei do Bailundo confiante na redução das assimetrias

*Jornal de Angola*

*Texto: Justino Victorino*

*28 De Janeiro de 2023*

O Rei do Bailundo, Tchongolola – Tchongonga, manifestou-se confiante de que a proposta da nova Divisão Político-Administrativa do país, além de assegurar maior desenvolvimento e garantir melhor controlo do território nacional, vai reduzir as assimetrias regionais.

A efectivação deste objectivo, na óptica da autoridade tradicional, vai resolver os problemas mais candentes das populações do meio rural.

O soberano aludiu ao facto de, recentemente, num encontro do Conselho Provincial de Auscultação Pública das Comunidades, orientado pela governadora Lotti Nolika, que analisou assuntos

relativos à proposta da nova Divisão Político-Administrativa.

Tchongolola Tchongonga argumentou que a proposta do Executivo deve merecer o envolvimento de todas as forças vivas neste processo, de forma aberta e clara para identificar os problemas que ainda afligem a população da região.

A autoridade tradicional afirmou, por outro lado, que a nova proposta da Divisão Político-Administrativa, caso seja implementada, vai permitir às populações das comunidades estarem mais próximas dos serviços do Estado.

No encontro, o Rei explicou que os munícipes do Bailundo abraçaram, com satisfação, esta proposta em análise e acredita que tão logo seja aprovada trará passos bastante significativos no crescimento socioeconómico.

"Só aguardemos que não se leve muito tempo para a sua efectivação. Se tudo dependesse de nós, na qualidade de autoridades tradicionais, pretendíamos que fosse já implementada ainda no princípio de 2023, visto que o projecto vem especificamente para o benefício de todos os angolanos", apontou.

Por seu turno, a administradora do município da Ecunha, Guilhermina Bacia, disse, ao Jornal de Angola, que a proposta da nova Divisão Político-Administrativa do país é bem-vinda, porque fará com que os governantes vivam de perto as dificuldades das comunidades.

Exemplificou, a esse respeito, que no passado uma comuna que dista da sede municipal a mais de 80/90 quilómetros das acções do Governo, praticamente, não se fazem sentir junto das populações.

Já o Rei do Huambo, Artur Moço, louvou a iniciativa e vaticina que tão logo se efective o processo as dificuldades do meio rural serão resolvidas em tempo oportuno, pois vão estar mais próximos dos serviços administrativos.

No Huambo, com a aprovação da nova Divisão Político-Administrativa, prevê-se contar com 37 municípios dos 11 existentes, segundo o director do Gabinete Jurídico e Intercâmbio do Governo da Província, Crescenciano Sapi.

## 7. TERRA

### 7.1 Administração de Viana prioriza realojamento de famílias em zonas de risco

*Jornal de Angola*  
28 De Janeiro de 2023

O bem estar da população é o principal foco, para os próximos anos, da administração municipal de Viana, que vai trabalhar para realojar as várias famílias a viverem em zonas de risco e as pessoas desalojadas de outras localidades, colocadas no Zango. Para tal, o administrador Demétrio de Sepúlveda vai usar as verbas do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), para tornar este objectivo uma realidade.

populacional da província de Luanda, Viana, disse o administrador, vai continuar a prestar especial atenção ao factor humano, em especial aos municípios com condições sociais menos favoráveis.

Esta aposta nos habitantes em zonas de risco e nas pessoas desalojadas, revelou, começa a ganhar maior abrangência a partir do primeiro trimestre deste ano.

"Vamos ter uma especial atenção, também, com algumas questões de ordem organizativa da própria administração, queremos continuar a prestar um serviço completo e com qualidade ao cidadão, tendo a humanização dos serviços de saúde como uma das prioridades", informou, além de explicar que vai continuar a trabalhar no diagnóstico do município, de forma a descobrir as principais vulnerabilidades do ponto de vista social.

#### Projectos do PIIM

Os 21 projectos do município, inscritos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), estão a ser executados, actualmente, na ordem dos 50 por cento, de acordo com o administrador municipal.

Demétrio de Sepúlveda esclareceu que a maioria dos 21 projectos inscritos, quatro já estão concluídos, dez encontram-se em curso e sete estão por iniciar até o primeiro trimestre de 2023.

Durante este período, avançou, vão merecer especial atenção a conclusão das obras e projectos que iniciaram no ano 2021 e nos anos anteriores, com realce para algumas escolas.

"Muitos dos projectos que não iniciaram o ano passado vão ser concluídos agora, de forma a

poderem arrancar ainda no primeiro trimestre deste ano", explicou.

Com as verbas do PIIM, a administração municipal, destacou, pretende iniciar ainda no primeiro trimestre deste ano com as obras de reabilitação de algumas vias urbanas, como a rua da Suave, parte do Kimbango e troços da Estrada Nacional 230.

#### Mobilidade

Em relação à circulação dos populares, o administrador disse que o município precisa de mais pedonais em vários sectores chaves, como alguns pontos da Estrada Nacional 230, da Avenida Deolinda Rodrigues, da Avenida Luther Rescova e da Via-Expressa.

"Vamos continuar a trabalhar, com parceiros, como o Governo Provincial Luanda, ou os Ministérios das Obras Públicas e dos Transportes, para garantir a segurança da população, especialmente em relação a travessia de um ponto para o outro", explicou, acrescentando que a administração municipal tem estado preocupado com o aumento da sinistralidade.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Separação dos resíduos

*Jornal Luanda*

*9 De Janeiro de 2023*

A criadora do projecto lançou a campanha de recolha de resíduos sólidos, que decorre desde Dezembro, com o objectivo de passar a informação à população sobre a importância da separação dos resíduos conforme a sua classificação.

As pessoas, apelou, têm de compreender que cuidar do meio ambiente, começa na própria casa, com a separação do lixo, o vidro, do plástico, o papel do metal e os restos de comidas. Com esta postura, disse a engenheira, estar-se-á ajudar as pessoas que recolhem o lixo, evitando, com isso, o problema com meio ambiente.

"Nós aproveitamos estes resíduos para dar-lhe um destino adequado e, simultaneamente, para preservar os recursos naturais, reduzindo a poluição e gerar emprego, tudo isso dentro do aproveitamento dos resíduos", esclareceu.

Verónica Choconesa explicou, por exemplo, que os plásticos podem se transformar em cadeiras, bacias e pás, a garrafa de champanhe pode ser aproveitada como jogo de luz, no Natal. "Em suma, tudo que deitamos é necessário, desde que não esteja contaminado com óleo, se assim for, vai precisar de um outro preparo para ser transformado:

Em Angola, apontou, é necessário que se reforce esta cultura, de separação de resíduos, a começar na escola, com a colocação de baldes com cores que representam os objectos e, com o passar do tempo, espalhar por vários pontos da cidade. São cinco cores: vermelha (plásticos), amarelo (metal), verde (vidro), azul (papel) e cinza (orgânico/comida) A separação permite que estes resíduos sejam reciclados e gerem empregos, avançou.

A recolha dos resíduos sólidos tem sido ao longo das praias, na ilha de Luanda, zona da Wimpy, de Cacucaco, Samba e do Benfica.

### 8.2 Melhoria no abastecimento de água entre as metas para este ano

*Jornal de Angola*

*9 De Janeiro de 2023*

*Texto: Edvaldo Lemos*

A governadora do Bengo, Maria António Nelumba, reafirmou o compromisso de melhorar o abastecimento de água à população do Panguila, no município do Dande.

Localidade tem apresentado um acentuado crescimento em termos demográficos, em particular nos últimos anos © Fotografia por: DR

"Vi tantas coisas e constatei muitas preocupações, mas a falta de água foi a que mais me chamou a atenção e é a principal reclamação da população. Vamos começar por resolver este problema aqui no Panguila e depois fazer a mesma coisa na Centralidade do Capari", prometeu a governante, depois de ter percorrido várias artérias do bairro e visitado o Centro de Saúde e o de Formação Profissional, o mercado principal, as obras do novo Centro de Saúde e ouvido as preocupações dos moradores, durante um encontro de auscultação.

A governante deu a conhecer que já está em curso a transferência de todas as competências da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) para a Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPAS), para melhorar os serviços de manutenção e abastecimento de água à população.

Em nome dos presidentes das comissões de moradores, Isaac Pimpão enumerou os principais problemas que afligem os moradores, que, segundo ele, se arrastam há 15 anos.

"Temos grandes problemas como a poluição sonora e precisamos de apetrechos nas escolas primárias e secundárias, de mais um instituto médio politécnico e de uma universidade pública, assim como de policiamento de proximidade", detalhou.



Isaac Pimpão considerou deficiente o abastecimento de medicamentos, tendo destacado a falta de material gastável no único Centro de Saúde, bem como de uma representação da Administração Municipal do Dande no Panguila, para facilitar a resolução dos problemas administrativos.

#### Situação da Saúde

A população do Panguila está estimada em 150 mil habitantes e depende apenas de um Centro Médico, com capacidade de 100 camas.

O director do centro, Inácio Neto, destacou o crescimento do Panguila em termos demográficos, pois compreende onze sectores e o único Centro de Saúde tem apenas duas camas de observação e, em caso de ocorrências graves, os pacientes são evacuados para o Hospital Municipal do Dande ou provincial do Bengo.

"Panguila cresceu muito em termos demográficos, são 11 sectores e há muita procura de medicamentos, porque atendemos, também, doentes da vizinha província de Luanda", esclareceu.

Inácio Neto disse que, em média, o centro atende 160 pacientes por dia e tem tido problemas no laboratório por falta de reagentes. "As patologias mais frequentes são a malária e as doenças diarreicas agudas", apontou o director, acrescentando que está a ser construído um Centro Médico maior, com capacidade de mais de 100 camas em releção ao existente, que poderá ser inaugurado no próximo mês de Abril.

#### Saneamento básico

Uma vala de drenagem atravessa o bairro, mas é insuficiente para resolver o problema do escoamento das águas da chuva no Panguila, onde os focos de lixo tendem a aumentar diariamente.

De acordo com os moradores, alguns membros da Administração Municipal do Dande visitaram, várias vezes, o local e prometeram resolver a situação, mas a vala continua a alastrar-se como se de uma ravina se tratasse, colocando em perigo dez residências.

O presidente da Comissão de Moradores do sector 9, Lima Torres, explicou que, no passado, não havia vala de drenagem, só surgiu depois da chuva arrastar várias casas.

"Tiveram de abrir a passagem da água, mas já foi desviada para outro sítio, uma parte foi entulhada

com o derrube de três casas e a outra tornou-se ravina", disse.

### 8.3 Distribuição de água potável em Cangandala inicia em dois meses

*Jornal de Angola*

*13 Jan 2023*

*Venâncio Victor e Eduardo Cunha*

A água vai jorrar nas torneiras do município de Cangandala, a 28 quilómetros a Sul da cidade de Malanje, dentro de dois meses, revelou, em declarações ao *Jornal de Angola*, a administradora daquela região.

Engrácia Ramos disse, durante a celebração do 53º aniversário do município assinalado a sete do corrente mês, que decorreu sob o lema "Cangandala em Festa com Olhos Postos no Progresso", que a primeira fase de distribuição de água vai contemplar 500 ligações domiciliárias.

A melhoria da linha de transporte de energia que liga a capital da província de Malanje à sede municipal de Cangandala, consta igualmente entre as prioridades, segundo a responsável.

"Neste momento, estamos a fazer as ligações de alta tensão porque as de baixa tensão já chegaram à circunscrição, e vamos pedir à nossa população para que tenham esperança do fornecimento de energia eléctrica da rede pública no município", disse a administradora municipal.

A Administração Municipal de Cangandala, indicou a dirigente máxima, reafirma a aposta nas acções de melhoria das condições e da qualidade de vida das populações.

No âmbito do programa municipal de desenvolvimento local e combate à pobreza, foram construídos e reabilitados escolas e postos de saúde, bem como fez-se a aquisição de medicamentos e outras acções de impacto socioeconómico, destacou a administradora.

A responsável referiu ainda a construção de pontes, distribuição de água e energia eléctrica, recuperação das vias de acesso, entrega de inputs agrícolas aos camponeses locais, o desenvolvimento e a criação e fortalecimento do poder dos ex-militares, mulheres, jovens e a abertura de novos postos de trabalho.

Engrácia Ramos disse ser necessário unir as sinergias para elevar o nível de desenvolvimento do município com projectos concretos e impulsionar o desenvolvimento económico e social, de forma ordeira, organizada e responsável para a resolução dos problemas sociais básicos dentro das comunidades, bem como na execução de acções com impacto directo na vida dos cidadãos

Progressos registados no ano passado

Dentre as acções já desenvolvidas, a administradora municipal revelou, ainda, que a nível da Educação foi normalizada a questão da merenda escolar.

“São vários os projectos que foram realizados a nível do nosso município, em 2022, num total de 53 acções, sendo que 90 por cento estão concluídas, restando apenas oito acções por concluir.

Potencialidades turísticas vão ter maior promoção

A administradora municipal de Cangandala referiu-se também às potencialidades turísticas da região, com realce para o Parque Nacional de Cangandala, habitat natural da Palanca Negra Gigante, que, fruto do projecto da sua localização e preservação, já se pode observar o antílope.

A este respeito, a responsável defendeu a necessidade de reparação da via de acesso ao parque, numa extensão de 54 quilómetros, que tem sido uma grande preocupação do Governo.

Ainda no domínio do Turismo, a responsável descreveu a existência dos rápidos do Kwanza, uma das praias que banha a província, daí que pediu à classe empresarial para investirem naquele local turístico, uma vez que o Turismo é uma importante fonte geradora de receitas para os cofres do Estado.

Aos empresários, a administradora Engrácia Ramos solicitou igualmente maior atenção dos túmulos onde jazem os sobrinhos e netos de Ngola Kiluanje.

O 53.º aniversário do município de Cangandala foi marcado pela realização de uma feira agropecuária, campanhas de limpeza, para além de actividades de animação músico-cultural.

## 8.4 Empresa de águas necessita de Kz 40 milhões para manutenções

*Jornal de Angola*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Casimiro José*

A Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cuanza-Sul (EPAS) necessita de 40 milhões de kwanzas mensais para manter operacional a funcionalidade dos equipamentos e sistemas de abastecimento de água para diversas localidades da província, com o destaque para a sede da província, a Cidade do Sumbe.

Em declarações recentes ao Jornal de Angola, o director do Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração da empresa de águas, Edilson Klayton Rita, sublinhou que, no âmbito do projecto financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a cidade do Sumbe beneficiou na segunda fase, em curso, de mais três mil e 600 ligações, que juntando as seis mil ligações executadas na primeira fase, perfaz um total de nove mil ligações domiciliárias.

Edilson Klayton Rita adiantou que, juntando as acções do projecto que conta com o financiamento da empresa, a província vai contar com um total de mais de treze mil ligações domiciliárias, acrescendo aos actuais seis mil e 300 clientes faturáveis.

O director do gabinete de apoio ao Conselho de Administração da empresa de águas, Edilson Klayton Rita, anunciou que a empresa tem acções concretas de ligações domiciliárias nas cidades do Sumbe, Porto-Amboim, Gabela, Ebo e Wako-Kungo, enquanto os restantes municípios beneficiam de projectos executados pelas administrações municipais, no quadro do programa de desenvolvimento e combate à pobreza.

Quanto aos desafios para os próximos tempos, Edilson Klayton Rita mencionou a construção de novos sistemas de captação e distribuição de água nas cidades da Gabela, Porto-Amboim e Wako-kungo.

## Situação de abastecimento por municípios

Já ao nível da cidade do Sumbe, Edilson Rita garantiu que o fornecimento do precioso líquido já cobre grande parte do casco urbano, que para atingir níveis satisfatórios decorrem obras de melhoria na estação e tratamento de água, e a construção para breve de uma estação de captação e tratamento de água, a fim de abranger maior número dos municípios. "Estamos a trabalhar no sentido de alargar a capacidade de oferta, e tudo aponta que, num futuro breve, a distribuição de água vai satisfazer maior número dos cidadãos", disse.

Em relação ao sistema de abastecimento de água potável das cidades de Porto-Amboim, Gabela, Ebo e Waku-Kungo, adiantou que os sistemas estão controlados, com um nível de fornecimento considerável, mas entende que o processo deve ser redobrado para que mais água chegue às populações. "Estamos num bom caminho, mas julgamos ser necessário fazer mais, no sentido de levar a água nos vários pontos das cidades e arredores", disse.

O responsável sublinhou que para os municípios da Conda, Seles, Mussende, Cassongue, Quilenda, Quibala e outros, a situação pode ser resolvida gradualmente, mediante a prossecução dos programas locais e financeiros que forem alocados.

A maior parte dos bairros periféricos, de acordo com Edilson Klayton Rita, não estão conectados ao sistema de fornecimento de água, que considerou um défice estrutural, que condiciona o abastecimento de água, na ordem de 40 a 60 por cento.

### Mais alternativas

Edilson Klayton Rita, acrescentou que, ainda no âmbito do projecto financiado pelo BAD serão construídos também chafarizes, sendo que na primeira fase foram construídos um total de 30, e na segunda fase prevê-se construir mais 90 chafarizes para responder os anseios das populações, "É importante a instalação de Infra-estruturas que seguem a dinâmica desse crescimento" destacou.

A Empresa Provincial de Águas do Cuanza-Sul registou, em 2022, uma facturação de 38 milhões de kwanzas, numa ordem de 90 por cento.

Quanto aos equipamentos de abastecimento de água existentes, destacou que ao todo foram construídos em diferentes fases 226 chafarizes em diversas localidades da província, dos quais 180 operacionais e 41 desactivadas por actos de vandalismo.

## 8.5 Rede de distribuição de água está a ser reabilitada e ampliada

*Jornal de Angola*

*17 De Janeiro de 2023*

*Texto: Weza Pascoal*

As obras de ampliação e reabilitação da rede de distribuição de água da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango, decorrem a bom ritmo, com cerca de 70 por cento de execução física, estando a sua conclusão prevista, o mais tardar, para Junho do ano em curso.

Enquadradas no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), a empreitada está a cargo da empresa Prelundo, com um orçamento de mais de três mil milhões de kwanzas, contemplando acima de 700 ligações domiciliárias.

O director de obras da empresa Prelundo, Nelson Martins recordou que o projecto está dividido em duas fases: a primeira inclui os bairros Popular e Castilho, com um orçamento de mais de 1,9 mil milhões de kwanzas. O projecto teve início no mês de Abril de 2022.

A segunda fase abrange a zona urbana da capital do Cuando Cubango e os trabalhos estão orçados em mais de 1,4 mil milhões de kwanzas.

Explicou que nos bairros Castilho e Popular já foram executados os trabalhos de abertura de valas para a colocação das tubagens, criação de várias zonas de controlo da pressão da água, colocação de medidores de caudal e aplicação de válvulas para a abertura e fecho das condutas.

Acrescentou que neste momento falta apenas executar as condutas adutoras para a ligação à rede de distribuição principal, aplicação de contadores nas residências e a construção de sete chafarizes, com a conclusão prevista para o próximo mês de Abril.

Na zona urbana, disse que as obras tiveram início há pouco menos de cinco meses e decorrem várias operações, desde a construção de um sistema de distribuição de água, com a aplicação de tubagens, à execução de ramais domiciliários, entre outros trabalhos, com o término previsto para o próximo mês de Junho.

"A princípio, o projecto não previa a construção de um sistema de abastecimento de água potável na zona urbana, mas pelo elevado grau de problemas apresentados na rede já existente chegámos à conclusão que não valeria a pena pegar naquele sistema, mas sim construir outro", explicou.

Nelson Martins considerou importante fazer-se a ampliação do sistema de captação e de toda a zona de tratamento, defendendo ser necessária a monitorização do referido sistema, visando a resolução dos problemas relacionados à distribuição de água.

"Cerca de 70 a 80 por cento da água produzida é desperdiçada, porque temos uma rede obsoleta, trabalha-se muito, mas poucas pessoas usufruem desta água", disse.

Garantiu que no final dos trabalhos os sistemas de abastecimento, tanto o novo, como o antigo, construídos em 2016, estarão interligados, com a devida monitorização, para se evitar os desperdícios na rede.

Realçou que o projecto vai contemplar, igualmente, a ligação domiciliar na Maternidade Provincial do Cuando Cubango, localizada no bairro Victória, assim como em todos os edificios públicos, com maior realce para as instituições escolares e de saúde, localizadas nos arredores dos bairros abrangidos pelo projecto.

#### Empregos criados

Mais de 120 jovens beneficiaram de empregos directos e indirectos, através do projecto de reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento de água de Menongue, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Do número de jovens empregados, 100 beneficiaram de empregos directos e mais de 20 de empregos indirectos, sendo que 90 por cento foram contratados localmente e têm contribuído de forma positiva para a efectivação do referido projecto, que está a ser levado a cabo na zona urbana e nos bairros Popular e Castilho.

Segundo o director de obras da empresa Prelundo, Nelson Martins, os trabalhos decorrem a bom ritmo, contando com a colaboração da população, que abre as portas de casa para que os técnicos entrem e façam o seu trabalho na normalidade, indicando os locais onde acham melhor colocar as tubagens e os contadores.

Lamentou, apenas, o comportamento de alguns amigos do alheio que danificam e roubam alguns

materiais já aplicados nos locais de trabalho. "A população deve entender que este bem está a ser colocado à disposição de todos, para melhorar as suas condições de vida".

## 8.6 Dívida dos consumidores orçada em mais de mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*29 De Janeiro de 2023*

O valor da dívida de água contraída pelos consumidores particulares e institucionais, que remontam desde 2020, aponta para mais de 1 bilião de kwanzas, situação que tem vindo a criar constrangimentos na planificação e funcionamento condigno da empresa, segundo o presidente do Conselho da Administração Adolfo Elias Gomes.

Para reaver o montante, sublinhou, a instituição está a promover, através de equipas próprias, campanhas de sensibilização e esclarecimento dos clientes, além da aplicação de cortes e multas, em caso de necessidades para o efeito.

Adolfo Elias Gomes explicou que aliado aos aspectos aflorados os gastos da Empresa de Água e Saneamento com a manutenção dos equipamentos e outros serviços para manter em pleno funcionamento e fornecimento são muitos avultados. Nesse quesito acrescentou que até a tarifa que se aplica na cobrança é insignificante, mas que ainda assim, há clientes que não cumprem com as suas obrigações de consumo.

#### Arrecadação mensal

Em relação à arrecadação de receitas, o responsável assegurou que, em média, a instituição tem a capacidade de recolher em média mensalmente mais de 30 milhões de kwanzas, valor este nem se quer chega para cobrir gastos com pessoal, de manutenção dos equipamentos e outras correntes. Entretanto, Adolfo Gomes ressaltou que no caso urbano da cidade, a distribuição de água potável é de 100 por cento. "Por isso, as acções da empresa estão viradas para os bairros", concluiu.

## 8.7 PIP prevê apenas uma obra de saneamento básico em Luanda

*Jornal Expansão*

22 De Janeiro de 2023

Texto: Faustino Diogo

Apesar de as cheias serem um dos principais problemas que afectam a cidade de Luanda, o Programa de Investimentos Públicos (PIP) da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023 prevê apenas uma obra para a melhoria do saneamento básico em todo o território nacional. Trata-se da reabilitação das infraestruturas de drenagem das águas pluviais da urbanização Vida Pacífica, na centralidade do Zango Zero, com um custo previsto de 1,3 mil milhões Kz. No entanto, esta infra-estrutura até já está a ser feita pela construtora Omatapalo que em 2020 recebeu por ajuste directo a empreitada a troco de 5,5 mil milhões kz.

Especialistas entendem que para uma cidade com os problemas de saneamento que Luanda tem, que está na causa das cheias que todos os anos provocam milhões de prejuízos e até mortes, este deveria ser prioritário nos projectos de investimento públicos. "Luanda tem sérios problemas de saneamento e quando chove a situação agrava-se e as cheias são constantes. Por isso, a resolução desta situação deveria ser uma das prioridades do governo central para o bem-estar dos cidadãos", considerou o arquiteto Nelson Bento.

Segundo o responsável, alocar apenas dinheiro para a reabilitação de uma infra-estrutura de drenagem na cidade de Luanda não resolve o problema, já que o congestionamento das restantes infraestruturas de escoamento das águas das chuvas acaba por afectar a que supostamente estaria desobstruída. "Este é um trabalho que deve ser feito em simultâneo. Não se pode limpar apenas uma vala e deixar as outras cheias de lixo. Como a maioria das valas de drenagem de Luanda está. Assim não se resolve o problema e deita-se fora dinheiro", disse.

Ideia partilhada pelo engenheiro Sebastião Domingo que não entende como é possível estar apenas prevista nos Programas de Investimento Público, para este ano, um projecto de reabilitação infraestruturas de drenagem das águas pluviais. "Isso é quase impossível, até porque esta é uma boa despesa com ganhos para os cidadãos e a cidade. O Governo deveria dar mais atenção no tratamento destas infraestruturas, que por não estarem limpas ou em condições, acabam por provocar todos os anos enormes danos, inclusive mortes de cidadãos", disse

O também professor universitário entende que a resolução do problema da macro drenagem das águas da capital não passa apenas por inscrever projectos no PIP, passa essencialmente pela regular a manutenção das valas de drenagem, o que nem sempre acontece. "Quem anda por Luanda repara o estado em que as valas se encontram. Na sua maioria estão apinhadas de lixo, que deveria ser recolhido pelas empresas de limpeza. Sem contar que muitas já se transformaram em verdadeiros contentores de lixo a céu aberto. E quando chove é o resultado que vemos, com elevados danos", considera.

"É preciso desobstruir os cursos de água para esta siga o seu caminho. Mas infelizmente a forma como Luanda foi crescendo foi também cortando estas vias. Por isso, é importantíssimo que haja manutenção regular das infraestruturas de drenagem para que se minimizem os estragos", concluiu o engenheiro Sebastião Domingo.

Obras não resolvem cheias no Vida Pacífica

No ano de 2020 o Presidente da República autorizou uma despesa de 5,5 mil milhões Kz para obras urgentes de reabilitação das infraestruturas de drenagem das águas residuais e pluviais da Urbanização Vida Pacífica, de modo a evitar "calamidade pública", que voltou a registar-se na semana passada, depois de uma chuva em Luanda.

A obra foi entregue por "ajuste directo" à Omatapalo, com João Lourenço a justificar a escolha do procedimento de contratação simplificada pelo critério material, com "as constantes inundações na Urbanização Vida Pacífica e no Zango 0", situação que tem criado "inúmeros problemas de salubridade do meio, com consequências danosas à saúde dos moradores daquela localidade e não só".

Passados dois anos, o trabalho realizado pela Omatapalo, até agora, não resolveu a situação e a chuva do dia 12 de Janeiro voltou a provocar inundações na urbanização, que provocou danos em edifícios, viaturas, sistemas eléctricos, pondo em risco a vida de moradores da localidade.

## 8.8 Mais de 80 mil famílias beneficiam de água potável

*Jornal de Angola*

29 De Janeiro de 2023

Texto: Marcelino Wambo

A Empresa de Água e Saneamento do Huambo vai aumentar o número de clientes, para 80 mil consumidores, depois da conclusão do trabalho de

montagem dos novos contadores e das ligações domiciliares, informou, sexta-feira última, o presidente do Conselho de Administração da instituição.

Habitantes do Huambo vão ter dias melhores, depois do trabalho de reabilitação de alguns pontos da rede de distribuição © Fotografia por: DR

Adolfo Elias Gomes afirmou que estes números justificam-se pela expansão da rede de tratamento e distribuição de água a mais de 20 bairros da província.

As 41 mil ligações domiciliares, explicou, inserem-se no projecto que teve início em 2016 e com término previsto para o próximo ano, no quadro do projecto financiado do Banco Mundial.

Adolfo Gomes lembra que parte dos bairros, Kakelewa, Calundo, Aviação, Vila Graça, Calilongue e Santa Iria, já beneficiam de água potável, um trabalho desenvolvido de maneira paulatina devido ao crescimento exponencial da população.

O responsável fez saber que, com a conclusão do trabalho das novas ligações, prevista para próximo ano, o número de clientes pode atingir até 100 mil consumidores nas cidades do Huambo e Caála na centralidade Fernando Faustino Muteka.

Acrescentou que neste momento decorrem, de forma paulatina, trabalhos de alargamento da rede de distribuição da água para os restantes bairros, como o Katchindombe, Sassonde I e II, Santo António, Casseque I e II. Essa empreitada é realizada com montagem de contadores e torneiras de passagem nas residências.

Adolfo Gomes, explicou, o sistema de captação de água a partir do rio Kulimahãla, que data desde os anos 40, já não respondia à demanda devido o crescimento exponencial da população. Isso levou a que em 2015, o Governo Provincial do Huambo inicia-se um novo Projecto de construção a partir do rio Kunhoïgamwa para reforçar e alargar a capacidade da rede de distribuição e abastecimento de água para suprir a necessidade dos munícipes.

Por outro lado, esclareceu que os restantes municípios são das responsabilidades das respectivas administrações através das equipas criadas para o efeito, que têm prestado o devido apoio técnico e institucional onde for necessário.

#### Celebração de contratos

O presidente do Conselho da Administração da Empresa de Água e Saneamento do Huambo

considerou a celebração dos contratos de consumo a via certa para o cliente não incorrer na ilegalidade. Assegurou ainda a esse respeito que com a conclusão do trabalho da montagem dos contadores e ligações domiciliares o número de clientes aumentou consideravelmente, já que dos 80 mil consumidores controlados somente 54 mil têm vínculo contratual e cumprem com as obrigações de pagamentos.

Com as acções, o governo pretende atingir numa primeira fase mais de 100 mil consumidores. Ainda assim, Adolfo Gomes sublinhou ser necessário que os clientes honrem os seus compromissos de consumo da água para que a empresa possa fazer outros investimentos e atender outras áreas que tanto necessitam.

## 8.9 Construção de aterros sanitários está entre as principais prioridades

*Jornal de Angola*

*Texto: Arsénia Manuel*

*30 De Janeiro de 2023*

A construção de aterros sanitários na aldeia de Subantando e nos municípios de Cacongo, Buco-Zau e Belize, em Cabinda, está entre as principais prioridades do Governo Provincial de Cabinda, para os próximos meses, anunciou, ontem, o secretário do Ambiente e Gestão de Resíduos Sólidos da província.

Juliano Capita adiantou à imprensa, na abertura das jornadas do Dia Nacional do Ambiente, a assinalar-se amanhã, que o projecto, cujos valores estão já autorizados e indexados ao Orçamento Geral do Estado deste ano, surgiu como resposta para melhorar o processo de recolha e tratamento de resíduos sólidos na província.

O secretário do Ambiente disse que nos últimos meses a recolha de resíduos na província tem sido feita de forma ineficiente.

Informou que o aterro sanitário que será construído no município sede (Cabinda) mais concretamente na localidade de Subantando, leste da cidade, poderá evoluir posteriormente para um Centro de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, "uma estrutura dotada de condições mais apropriadas para acondicionar também lixo reciclado que pode ser comercializável".

"Quando as infra-estruturas estiverem concluídas, adoptaremos novas metodologias sobre o reaproveitamento do lixo e fazer com que os resíduos sejam obtidos, tratados e reaproveitados como

matéria-prima para dar lugar a novos produtos no mercado no intuito de se promover a economia circular”, reiterou.

Para o secretário provincial do Ambiente, o processo de reciclagem de resíduos sólidos a que o Governo da província se propõe implementar num horizonte temporal de curta duração, vai permitir estancar a proliferação do lixo e combater a degradação ambiental que ameaça a saúde pública.

Quando se chegar a essa fase, disse, a população vai perceber que o lixo, quando bem reaproveitado, pode servir de fonte de renda e inclusive criar uma espécie de segmento industrial ou comercial para obter rendimentos.

Juliano Capita informou que o Governo Provincial de Cabinda está a trabalhar no sentido de implementar tais projectos que, depois de concluídos, "irão melhorar muito a qualidade dos serviços prestados no âmbito do saneamento básico.

O vice-governador para Área Técnica e Infra-Estruturas, Agostinho da Rocha, lembrou que o Governo da Província vai continuar a empreender esforços necessários para materializar projectos que melhorem o saneamento básico, visando a melhoria da saúde pública.

O governante entende que, a par dos projectos que são desenvolvidos pelo Governo, devem surgir também outras iniciativas de particulares para promover ainda mais a chamada "economia circular para permitir a reintrodução no mercado de produtos reciclados no interesse de gerar renda para muitas famílias”.

Exortou à sociedade para a mudança de atitudes perante o ambiente, numa altura em que, reforçou, os problemas ambientais dominam o topo da agenda das nações.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Moradores vivem sob terror no bairro dos seis cajueiros

*Jornal Metropolitano*  
9 De Janeiro de 2023  
Texto: Fula Martins

A Criminalidade no bairro da Boa-fé, no Distrito Urbano da Estalagem, município de Viana, ganha proporções alarmantes e os moradores vivem momentos conturbados a julgar pelo aumento de casos de briga de grupos, assaltos às residências e na via pública, com recurso a arma de fogo.

Agastados, os moradores consideram preocupante a situação e roem pelo pior, porque os delinquentes não escolhem a hora para actuarem. "Levam os bens, telefones, dinheiro, electrodomésticos, e quem mostrar resistência corre o risco de perder a vida", denunciam os moradores.

Patrulhamento deficitário, obras abandonadas e a fraca iluminação são apontadas como principais causas que facilitam o cometimento dos crimes. Martins Cangalho, nome fictício, morador no triângulo do Seis Cajueiro, disse que o nível de delinquência sobe todos os dias por causa das pessoas que vendem bebidas alcoólicas e estupefacientes, vulgo "liamba", tendo como maiores clientes os vários grupos de malfeitores. Sublinhou que, os jovens estão a beber e a fumar muita liamba e, depois de usarem essas substâncias, ficam loucos e praticam actos ilícitos.

Segundo o morador, a média de idade dos meliantes varia entre os 14 e 36 anos. António Lopes, moto-taxista, disse que, no dia 31 de Dezembro do ano passado, foi vítima de tentativa de assalto da sua motorizada. Conta que vinha com uma cliente e de repente apareceu um jovem que atirou uma pedra contra a motorizada, quando parou o mesmo colocou-se em fuga, julgando que ia atrás do mesmo para facilitar que os seus amigos roubassem a mota. "Os moto-taxistas são os que mais sofrem com os assaltos.

São alvos preferenciais dos marginais. No bairro do Seis Cajueiro, vive-se um autêntico terror, o que faz com que os moto-taxistas não trabalhem para além das 19h00", disse António Lopes.

Na passada quinta-feira, uma senhora indefensa foi alvo de assalto em plena via pública. "Os amigos do alheio", sem dó nem piedade, receberam a botija de gás butano e o dinheiro da vítima. Clarice Zeferino, nome fictício, moradora no "largo da Mor-te", na segunda rua do Seis, foi igualmente vítima de dois assaltos em 15 dias.

Na primeira ocasião, os delinquentes não conseguiram concretizar os seus intentos e foram capturados pelos jovens do bairro e entregues à esquadra da Polícia Nacional. Na segunda tentativa, viu a sua casa a ser assaltada pelos meliantes, que levaram telefones, televisor, aparelho de som, máquina de lavar e uma botija de gás, e fizeram dois tiros na perna direita do esposo.

### 9.2 Polícia deteve mais de mil suspeitos por crimes diversos

*Jornal De Angola*  
17 De Janeiro de 2023  
Texto: Andre Costa

Um total de 1.027 indivíduos, entre homens e mulheres, foi detido pela Polícia Nacional, no período compreendido entre 5 a 11 deste mês, em todo o país, supostamente por estarem implicados no cometimento de crimes diversos, dos quais 949 foram já esclarecidos.

A informação foi avançada à Comunicação Social, pelo porta-voz do Comando Geral da Polícia Nacional, subcomissário Mateus Rodrigues.

### 9.3 Polícia Nacional detém 1.100 suspeitos em micro-operações

*Jornal de Angola*  
25 De Janeiro de 2023  
Texto: Mário Clemente

A Polícia Nacional efectuou um total de 1.100 detenções de indivíduos suspeitos de terem cometido vários crimes, de 12 a 18 do corrente mês, durante uma série de micro-operações de segurança pública, revelou, segunda-feira, em Luanda, o seu porta-voz.



O subcomissário Mateus Rodrigues explicou que a detenção dos 1.100 suspeitos representa um aumento de 83 detidos, em relação ao mesmo período do ano anterior, em que se registaram 958 crimes. Os indivíduos foram detidos por presumíveis crimes de 26 homicídios, 169 roubos, 270 furtos, 205 ofensas à integridade física graves e simples e 34 agressões sexuais.

Quanto às províncias que mais registaram um aumento de crimes, o subcomissário Mateus Rodrigues destacou Luanda, com 613, Benguela, com 134, Huíla, com 89, Cabinda, com 75, e Bié com igual número de casos.

Das micro-operações de segurança pública realizadas, foram apreendidas 30 armas de fogo de diversos calibres, com destaque para Luanda, com 17, Cuanza-Norte e Cuando Cubango, com cinco cada, assim como Zaire e Lunda-Norte, ambas com quatro.

A par disso, a Polícia apreendeu, ainda, 15 viaturas, 54 motocicletas, 74 telemóveis, 32 televisores, 18 botijas de gás butano, 18 cabeças de gado bovino, 3.790 litros de gasolina e 69.605 de gasóleo, 13,295 quilogramas de cocaína e 717.146 de liamba.

Nas micro-operações, os efectivos da Polícia conseguiram, também, recuperar 14 armas de fogo, duas viaturas e desmantelar quatro grupos de marginais.

O porta-voz realçou que, no domínio da fiscalização do trânsito, foram apreendidos 203 veículos automóveis, 935 motocicletas, 1.118 Cartas de Condução, 865 verbetes, 1.114 livretes e igual número de Títulos de Registo de Propriedade. Mateus Rodrigues avançou que essas infracções ao Código de Trânsito resultaram na aplicação de multas avaliadas em 14.908.463 kwanzas.

Acidentes nas estradas provocam 55 óbitos

Durante o período em análise, a Polícia registou 274 acidentes de viação, que resultaram em 55 mortes e 292 feridos.

Luanda, que averbou a maior taxa de mortes com cerca de 20 por cento, liderou a lista de acidentes, ao registar 48 casos, seguido da Huíla (25), Benguela (22) e Huambo (21), disse o subcomissário Mateus Rodrigues.

As principais causas dos acidentes de viação foram a má travessia de peões, com 128 casos, excesso de velocidade (56), mudança irregular de direcção (33), mau estado das vias (41) e condução sob efeito de álcool (25). O porta-voz disse, ainda, que das acções realizadas para a protecção das fronteiras terrestres e

marítimas registou-se a detenção de 2.264 cidadãos, sendo 1,164 da República Democrática do Congo, acompanhados de 48 crianças, 27 do Congo, 17 da Namíbia, dois da Zâmbia e um do Vietname.

Além dos cidadãos estrangeiros, destaque para a detenção de 1.053 nacionais, acompanhadas de 100 crianças, suspeitos de contrabando de combustível e de mercadoria não declarada, pesca ilegal, fuga ao fisco, tráfico ilícito de migrantes, devastação da flora e tentativa de saída clandestina.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Começaram obras para conter ravina

*Jornal de Angola*  
1 De Janeiro de 2023  
Texto: ANGOP

As obras paliativas para conter a progressão de uma ravina na Centralidade do Mussungue, na província da Lunda-norte, tiveram início, ontem, numa acção do governo local, em parceria com algumas empresas mineiras e de construção civil que operam na circunscrição.

Segundo constatou a Angop, as obras consubstanciam-se no desvio das águas pluviais, colocação de pedras e compactação do terreno, para evitar a progressão da mesma e, em consequência, afectar dois edifícios que estão a 15 metros da ravina.

A ANGOP apurou, igualmente, que a empreitada vai durar menos de cinco dias.

As obras de estancamento definitivo da ravina terão início a 15 de Janeiro, segundo anunciou, recentemente, o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Santos, depois de visitar o local.

A empreitada estará a cargo da empresa AFA Vias e faz parte de uma intervenção a ser efectuada, em 2023, a sete ravinas emergenciais na Lunda-norte.

A Centralidade do Mussungue, a Sudoeste da cidade do Dundo, tem 419 edifícios, 5.004 apartamentos do tipo T4 e T5, bem como 153 espaços comerciais.

Concebido para albergar cerca de 30 mil pessoas, o projecto, cuja primeira fase se encontra subdividida em sete zonas, sendo seis habitacionais e uma de equipamentos sociais, possui um hospital com 95 camas, creche com 24 salas e uma escola para 1.300 alunos.

Os apartamentos já concluídos, que albergam mais de 15 mil pessoas, representam a primeira fase do projecto, que prevê 20 mil fogos, a serem construídos de forma faseada.

### 10.2 Benguela Atraso em obras «emergenciais para vítimas das cheias irrita munícipes

*Novo Jornal*  
6 De Janeiro de 2023  
Texto: João Marcos

O Presidente João Lourenço aprovou, por ajuste directo e emergencial, cerca de 3 milhões de dólares para cobertura (tectos) das moradias, colocação de portas e janelas e outros "arranjos", mas comunidade instalada nos Cabrais, urbanização ainda sem água e mercado, continua insatisfeita.

Contra todas as expectativas, o ano de 2022 terminou sem obras para a conclusão das trezentas casas das famílias afectadas pelas cheias de Março de 2015 na província de Benguela, para o desagrado de cidadãos em péssimas condições de vida, onze meses após a aprovação de 1,5 mil milhões de Kwanzas, equivalentes a USD 2.913.910, soube o Novo Jornal.

Na urbanização dos Cabrais, onde se encontram os sinistrados, decorrem obras apenas em moradias de famílias que já ali residiam há várias décadas, num total de 70, que podem, entretanto, ver fugir os jovens construtores devido a baixos salários.

Em contratos por ajustes directos e emergenciais, o Presidente da República, João Lourenço, aprovou em Fevereiro do ano passado um pacote global para a conclusão de várias obras, avaliado em 18 milhões de dólares.

Foi concluído, por exemplo, o Campus Universitário da Catumbela, o município que alberga os Cabrais, estando a decorrer a empreitada no bloco para departamentos do Governo Provincial, mas as vítimas daquela tragédia continuam à espera.

Num grito de socorro, o morador José Maria explica que "ainda não pegaram em nenhuma das nossas casas, talvez o senhor governador devesse fazer algo diferente para contentar a população".

Ele lamenta que se tenha de esperar e avisa que há descontentamento na comunidade, uma vez que "não tem mesmo nada, queremos portas, janelas, telhados que eles vejam o chão e uns arranjos nas casas de banho".

Mais de sete anos depois, desemprego, falta de água e problemas no acesso a bens alimentares continuam entre os vários problemas.

José e Cecília, outra moradora, dizem que as obras em curso, a favor de uma minoria, podem paralisar a qualquer momento. "O empreiteiro, posso assim dizer, fez uma 'candonga' aí qualquer, dizendo que as casas são pequenas e que por isso vou pagar apenas X", indica José, enquanto Cecília ressalta que "não vão concluir, os jovens que estão a fazer o trabalho recebem pouco, por isso reclamam muito, alguns estão a abandonar".

Contactado pelo NJ, o empresário Beto Pederneira, contratado para esta empreitada, disse que não podia prestar declarações, basicamente sobre os desembolsos do Estado e o início das obras para as trezentas famílias, uma vez que se encontra fora do país.

Ficou, todavia, a promessa de esclarecimentos em próximas oportunidades.

Não foi possível, de igual forma, obter a versão da Administração Municipal da Catumbela.

Nos contratos aprovados pelo PR há também obras para um projecto habitacional, também no valor de 1,5 mil milhões de Kwanzas, para famílias em zonas de risco na Catumbela e Lobito, as localidades mais afectadas em Março de 2015, quando morreram várias dezenas de cidadãos.

### 10.3 "Agravar os impostos para os produtores de plásticos"

*Jornal O País*

*6 De Janeiro de 2023*

A medida é a mais acertada, mas, não vai funcionar se não houver uma forte campanha de sensibilização, de conscientização ambiental; e se agravar os impostos para os produtores destes plásticos", sugeriu.

O entanto, defendeu o incentivo para empresas que estão no itinerário do combate ao plástico, através da cobrança por sacos, ou da utilização, alternativamente, de sacos de pape.

Fez referência de que os plásticos de uso único são dos mais difíceis de se reciclar, e, por isso, acabam por ficar à deriva, com o agravante de que estes duram cerca de SOO anos até a sua decomposição total, e, continuou, o grande mal passa pelo facto de terem o mar como principal destino, onde os peixes

que chegam às famílias, ingerem as matérias, prejudicando a saúde das populações.

Por isso, Nuno Cruz disse ser necessária a criação de um mecanismo de sensibilização da população e dos agentes económicos, sobre a educação ambiental, para que, gradualmente, todos entendam os malefícios do plástico ao ambiente.

"Esse mecanismo deve ser acompanhado, efectivamente, de sensibilização, de educação, porque nós, pela quantidade de plástico disponível, não vamos conseguir banir o plástico do dia para noite", avançou.

O responsável explicou que o trabalho deve juntar todas as forças da sociedade, das igrejas e associações de defesa do ambiente aos comerciantes' no sentido de levar as pessoas a entenderem a razão pela qual os sacos devem sair de circulação.

Supermercado defende venda de sacos

O supermercado Arreio é um dos poucos, senão o único, no país, que tem estado a comercializar os sacos de plásticos, no sentido de desencorajar, cada vez mais, a utilização dessas matérias prejudiciais ao meio ambiente.

Apesar da pressão que tem sofrido de clientes, os responsáveis dessa marca de estabelecimentos comerciais' não têm cedido, e se mostram firmes na medida. A comercialização do saco ao preço de 10 Kz criou um alvoroço no em meados do ano passado, quando foi implementado, mas, hoje, os clientes estão cada vez mais acostumados.

No entanto, o jornal o PAÍS soube de uma fonte próxima à marca que está em estudo a possibilidade de passar para a utilização de sacos de papel, em substituição dos actuais de plásticos.

### 10.4 Projecto de promoção de carvão vegetal sustentável

*Jornal Luanda*

*9 De Janeiro de 2023*

*Texto: Miguel Ângelo*

Ministério do Ambiente (MINAMB) assinou um memorando de entendimento entre a Direcção Nacional do Ambiente e Acção Climática (DNAAC) e o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), através do Centro de Formação Profissional de Construção Civil (CENFOC), com o apoio do PNUD Angola, no âmbito do projecto "Promoção de carvão vegetal sustentável no país.

O acordo tem como objectivo fortalecer e complementar as actividades de serralharia que estão a ser realizadas pelos consórcios das Universidades (FCA, UES, UCO), Escola Salesianos de Dom Bosco, no distrito urbano do Sambízanga, e ADPP, com foco nas actividades de capacitação, replicabilidade e sustentabilidade. O programa de formação adaptado em serralharia é mais prático e menos teórico, e inclui o fabrico em massa de Fogareiros Eficientes.

No final da acção de formação, pretende-se que os formandos sejam capazes de soldar peças mediante o processo de soldagem MIG-MAG; produzir um protótipo de fogareiro sustentável; cumprir com as aplicações das normas de higiene e segurança no trabalho, entre outros objectivos definidos no plano de trabalho.

Os fornos de carvão vegetal energeticamente eficientes, máquinas de briquetagem e fogareiros eficientes são introduzidos nas zonas rurais e periurbanas, agregando mais-valia, ao longo da cadeia de valor e, ao mesmo tempo, criando oportunidades de renda e de empregos.

O carvão vegetal sustentável tem como objectivo introduzir tecnologias de carvão vegetal energeticamente eficientes em Angola e promover o uso do carvão vegetal sustentável ao longo de toda a cadeia de valores.

O projecto visa também a generalização do uso de carvão vegetal sustentável em programas de redução da pobreza e desenvolvimento rural.

## 10.5 Chuvas desalojam 4.163 famílias na província do Uíge em 2022

*Jornal de Angola*

*10 De Janeiro de 2022*

*Texto: Silvino Fortunato*

As chuvas, que se abateram na província do Uíge, em todo o ano transacto, destruíram 698 residências, representando um aumento de 182, em relação ao ano de 2021, tendo deixado sem tecto 4.163 famílias, revelou na quinta-feira última, na cidade do Uíge, o delegado provincial do Ministério do Interior.

Matias Monteiro, que falava num encontro com os membros do conselho consultivo do MININT, estimou que os danos aumentaram em 3.647 famílias desalojadas, em relação aos números do ano anterior, e que quatro escolas e sete igrejas também foram abrangidas nas devastações das chuvas.

O delegado do Ministério do Interior na província do Uíge manifestou preocupação com o registo de oito casos de enforcamentos ocorridos na circunscrição, tendo apelado à reflexão por parte da sociedade no sentido de se acautelar tais sinistros que envolvem maioritariamente jovens.

Matias Monteiro lembrou que, durante o período de Janeiro à primeira quinzena do ano passado, foram ainda assinalados 17 casos de afogamento nos diversos rios da província.

Segundo informou, os serviços de Protecção Civil e Bombeiros intervieram em 110 incêndios de pequena e média proporções, que provocaram 56 óbitos, um número que superou as 54 mortes, 67 feridos e a remoção de 56 cadáveres registados no período anterior, tendo destacado o aumento de 54 pessoas falecidas nos sinistros em relação às cifras de 2021.

45 grupos de marginais neutralizados

A alta patente da Polícia Nacional deu a conhecer que a corporação no Uíge registou, em 2022, 1.671 crimes de natureza diversa, representando um aumento de 10 casos em relação ao período anterior, com destaque aos homicídios e roubos qualificados, tendo esclarecido 1.013 delitos. Neutralizou 45 grupos de marginais, compostos por 220 indivíduos que se dedicavam à prática que tirava o sossego dos cidadãos.

Matias Monteiro, que minimizou os números delituosos registados na província, destacou ainda a detenção e condução às autoridades competentes de 1.302 indivíduos, como sendo os supostos autores dos delitos, demonstrando uma redução de 774 cidadãos, em comparação com as estatísticas do ano anterior. A Polícia Nacional apreendeu ainda 68 armas de fogo de diferentes calibres, 15 carregadores, 146 munições, 1.641 quilogramas de estupefacientes, 14 televisores, oito computadores e valores monetários na ordem dos 4.857.300 Kwanzas, cujos resultados, segundo Matias Monteiro, foram fruto de esforços envidados para o controlo, acompanhamento e prevenção da criminalidade. Quanto à sinistralidade rodoviária, que continua a ceifar vidas humanas, grande parte da mesma ocorreu por desrespeito às normas elementares do Código de Estrada, a má travessia dos peões, à deficiente sinalização das estradas, ao mau estado técnico das viaturas e à falta de iluminação em certas zonas urbanas, problemas que resultaram em 88 mortes, 715 feridos e danos materiais avaliados em 78.397.040 Kwanzas ao longo de todo o ano de 2022.

## Imigração ilegal

O delegado do Ministério do Interior no Uíge revelou que o número de cidadãos estrangeiros detidos por entrada ilegal em Angola aumentou em 211, em relação ao ano de 2021, num período em que 11 cidadãos nacionais foram igualmente encarcerados por suspeita de auxílio à imigração ilegal.

Matias Monteiro esclareceu que do mês de Janeiro à primeira quinzena de Dezembro do ano passado, as entidades migratórias detiveram 576 cidadãos, todos da República Democrática do Congo, que foram repatriados imediatamente através da fronteira de Kimbata.

O delegado do MININT, que disse serem visíveis os reflexos de actuações dos diferentes órgãos castrenses, informou ainda que os serviços penitenciários internaram, nas cadeias de Kindoki e do Kongo, situadas nos municípios de Negage e Uíge, 1.139 detentos que significou um aumento de 15 reclusos, entre detidos e condenados.

Realçou que a atenção do sector cingiu-se na humanização dos serviços, na criação de condições "ainda que incipientes", de aprendizagem de artes e ofícios, para dotar os reclusos de alguma profissão, com vista a torná-los em homens úteis quando voltarem à sua vida normal.

A cerimónia foi antecedida pela entrega de um diploma ao delegado do MININT por parte dos responsáveis do Serviço de Bombeiros, dos Serviços de Migração e Estrangeiros e Prisionais, como forma de reconhecimento da liderança de Matias Monteiro à frente do sector na província.

## 10.6 Famílias desalojadas recebem apoios

*Jornal de Angola*

*11 De Janeiro de 2023*

*Texto: Adelaide Mualimusi*

O Governo Provincial do Cunene está a prestar assistência às famílias ao relento no município do Cuvelai, como consequência da forte chuva que caiu a semana passada e causou o desabamento de 188 casas, informou, ontem, o vice-governador para o Sector Político, Apolo Ndinoulenga.

As pessoas afectadas pela chuva, num total de 1.108, receberam do Governo local ajuda, em especial no domínio alimentar. "Estamos a fazer um levantamento apenas prévio. Este número, de 1.108 pessoas, não é definitivo. Ainda não atravessamos o

rio para avaliar a situação de quem reside na outra margem. Trouxemos alguns produtos alimentares, como cereais, para os ajudar temporariamente, até a situação estar resolvida", referiu.

As vítimas, disse, não estavam em zonas de risco. O problema, explicou, é o tipo de material que as comunidades utilizam para fazer as casas, o adobo. "Não é um material propício para construir. Quando chove muitas destas casas tendem a desabar", contou, acrescentando que vão trabalhar com as comunidades locais no intuito destas passarem a usar outro tipo de material de construção.

## 10.7 Exportação de madeira rende 4,2 milhões de dólares

*Jornal de Angola*

*12 De Janeiro de 2023*

*Texto: Carlos Paulino Jornalista*

A exportação de 7.656 metros cúbicos de madeira, em 2022, na província do Cuando Cubango, resultou numa arrecadação de 4,29 milhões de dólares (2,16 mil milhões de kwanzas).

Os madeireiros da província exportaram madeiras do tipo girassonde, muvala e mucusse, tendo como destinos Namíbia, África do Sul, China e Vietname.

De acordo com o chefe de Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuando Cubango, Domingos Afonso Ndedica, a madeira exportada partiu da Delegação Aduaneira do Catuitui, fronteira com a República da Namíbia.

São, no total, seis empresas nacionais que exploram este recurso florestal na província.

Domingos Afonso Ndedica disse que comparado com o ano de 2021, em 2022 houve um aumento considerável de cerca de 40 por cento no que toca à exportação de madeira, tendo em vista que os postos fronteiriços ficaram praticamente encerrados durante dois anos devido à situação da Covid-19 e que havia muita burocracia para se exportar um determinado produto.

Na sua visão, se o ritmo continuar assim como foi em 2022, este ano haverá maior exportação de madeira e consequentemente o aumento de receitas para os cofres do Estado.

Apontou que a reabilitação da estrada Caiundo/Catuitui, num percurso de 365 quilómetros, será uma mais-valia para actividade de exportação de madeira, tendo em vista que o actual estado de

degradação das vias de acesso dificulta grandemente a circulação de camiões carregados com mercadorias.

"Esta é uma via que depois de reabilitada irá aumentar o negócio da fronteira da Catuitui e também catapultar as condições de vida socioeconómica na província do Cuando Cubango", disse, acrescentando que muitas empresas angolanas que fazem comércio na Namíbia, sobretudo de Luanda, Huambo, Bié, Bengo, Cuanza-Sul e Norte, Malanje e Uíge irão instalar-se no Cuando Cubango, pelo facto do troço Catuitui ser muito mais curto em relação com o da Santa Clara.

O engenheiro florestal informou, também, que em 2022 houve uma produção de 9.833 metros cúbicos de madeira que transitaram do Cuando Cubango para as províncias portuárias de Luanda, Bengo e Benguela.

Disse que o IDF controlou ainda cinco autorizações e igual número de credenciais que permitiram a transportação de 2.993 metros cúbicos de madeira que foram leiloados em Dezembro de 2021 no valor de cerca de 175 milhões de kwanzas e que a maioria foi exportada para a China e Vietname.

Salientou que a sua instituição com estes serviços arrecadou para os cofres do Estado 39 milhões de kwanzas, com realce para a emissão de certificados fitossanitários e de origem, sendo documentos fundamentais que permitem a circulação e exportação legal de madeira do Cuando Cubango para outras regiões.

Domingos Ndedica disse que foram emitidos 45 certificados fitossanitários e o mesmo número de certificados de origem, para a exportação dos 7.656 metros cúbicos de madeira da espécie Girassonde e Mucusse para os países da Namíbia, África do Sul e China.

Acrescentou que ao retirar a madeira do Cuando Cubango para as províncias do Bengo, Benguela e Luanda, o Departamento Provincial do IDF emitiu 170 guias de trânsito e igual número de certificados de origem.

Domingos Afonso Ndedica considerou positivo as actividades desenvolvidas durante o ano de 2022, apesar de que muitas empresas que se candidataram na campanha florestal não se fizeram presentes para o pagamento da licença de exploração.

Sublinhou que das 66 empresas inscritas, apenas 15 foram capazes de pagar as licenças de exploração para um volume de 12.250 metros cúbicos de madeira da espécie Girassonde, Muvala e Mucusse.

Domingos Afonso Ndedica enfatizou que muitas empresas na província estão a arrecadar somas avultadas com a exploração e exportação de madeira em vários países do mundo. Referindo que seria gratificante se estas empresas também cumprissem com qualquer objecto social em prol da população das localidades onde exploram a madeira.

"Infelizmente os madeireiros nem querem saber disto e muito menos ajudar o IDF no projecto de repovoamento das áreas onde têm estado a cortar a madeira, no sentido de permitir o crescimento de novas árvores", lamentou

## 10.8 Projecto prevê recuperar mais de 30 mil árvores nativas

*Jornal de Angola*

*13 De Janeiro de 2023*

*Texto: Domingos Mucuta*

Um projecto de plantação de árvores exóticas e nativas no monte da Serra da Chela, no Lubango, Huíla, para recuperar mais de 30.000 (trinta mil) árvores, arrancou recentemente na província, anunciou ontem ao Jornal de Angola o mentor da iniciativa.

"Estão recuperadas e em recuperação mais de 30.000 (trinta mil) árvores nativas do Sul de Angola nas montanhas da Serra da Chela a 2.000 metros de altitude. É um projecto a longo prazo. A nossa ideia é motivar o interesse de vários actores da sociedade para fazerem também", disse Valdemar Ribeiro.

Com o objectivo de promover a recuperação da floresta destruída pelas queimadas, o actual também director da fábrica de água mineral Preciosa, informou que foram plantadas até à última semana cerca de 3.525 vegetais exóticos e recuperadas 30 mil plantas nativas, no âmbito do projecto denominado "Preciosa vamos plantar um milhão de árvores na Huíla".

Precisou que, com a participação de diferentes individualidades e estudantes, o projecto semeou na semana finda 122 cedros, 828 eucaliptos e 1.081 jacarandás ao longo de uma parte da cordilheira da Serra da Chela, visando travar as devastações constantes da floresta nativa.

Valdemar Ribeiro explicou que no âmbito da mesma iniciativa ambiental, a empresa Preciosa mobilizou milhares de árvores destinadas à reflorestação e à recuperação da floresta nativa que ao longo do tempo são devastadas pelo uso de carvão. Referiu que o projecto "Preciosa vamos plantar"

Um milhão de árvores na Huíla” está aberto à participação de instituições governamentais, da sociedade civil, escolas e outras para ajudar no processo de plantação, visto que os viveiros estão prontos para serem aplicados no solo.

“Estamos preocupados com questões ambientais. Esta é a nossa participação humilde para contrapormos o impacto negativo contra o ambiente. Preparamos mais de um milhão de árvores de sementes nativas e ornamentais para repovoarmos o monte”, disse.

Como ambientalista, o empresário alertou sobre a perda de cortinas de ventos e zonas verdes na cidade do Lubango, referindo que o problema da seca que a região Sul vive, de forma cíclica, deve-se em parte, por falta de árvores.

Defendeu a produção agrícola e a exploração de madeira de forma sustentável, mediante a replantação das espécies cortadas para fins comerciais para que os benefícios sejam sentidos pelas futuras gerações.

“Qual é o problema em plantar? Não há razões para as empresas devastarem a natureza sem plantar. O corte descontrolado danifica a natureza e as consequências estão à vista de todos. Não vejo o problema em criarem-se viveiros”, disse.

“Estamos preocupados com questões ambientais. Esta é a nossa participação humilde para contrapormos o impacto negativo contra o ambiente. Preparamos mais de um milhão de árvores de sementes nativas e ornamentais para repovoar o monte”

Valdemar Ribeiro sugere a obrigatoriedade de os madeireiros plantarem as árvores que cortam para fins comerciais. “Deveria ser obrigatório antes de cortar plantar o mesmo tipo de árvore. Quem disse que os madeireiros não podem plantar? As sementes das plantas nativas podem ser reaproveitadas e replantadas. É o que estamos a fazer”, referiu.

## 10.9 Luanda acorda inundada em “sexta-feira de azar”

*Jornal de Angola*

*14 Janeiro de 2023*

*Texto: Manuela Mateus e Alberto*

*Quiluta*

Receber água da chuva pode ser considerada uma bênção, porque dela vem colheita proveitosa, quando cai de forma moderada, principalmente no campo, porém, não foi o caso, de quinta-feira.

Muitos bairros da capital do país tiveram as ruas alagadas, devido a chuva que caiu durante a madrugada de sexta-feira © Fotografia por: Edições Novembro

A chuva que caiu sobre Luanda, da madrugada, tornou a sexta-feira, 13, num dia de azar.

Ontem, pode ter sido (mais) um dia de azar para aquelas pessoas que vivem em zonas de risco ou em casas construídas em linhas de água.

A chuva de ontem impediu, por exemplo, a saída de trabalhadores e estudantes de bairros considerados críticos na época chuvosa.

Prova disso foi a fraca afluência de pessoas nas paragens de táxi e de autocarros de transportes públicos às primeiras horas da manhã, período em que o trânsito rodoviário ainda estava fluído.

Depois das 10 horas, ficou difícil a circulação rodoviária, no casco urbano e na periferia da cidade de Luanda, porque a chuva já dava sinais de desaparecer.

Uma longa fila de carros era o cenário vivido no sentido Benfica-Cacuaco, na Avenida Fidel Castro, uma das mais movimentadas da província de Luanda.

Desde a conhecida paragem da Engevia até ao desvio do Zango, a circulação rodoviária estava caótica, porque o canal do Kikuxi transbordou, na sequência da forte chuva que caiu sobre a província de Luanda.

Vários foram os automobilistas que procuravam por uma alternativa, para saírem daquele troço que estava bloqueado pela água do canal do Kikuxi.

Alguns motoristas, com a permissão de dois agentes Reguladores de Trânsito, entraram para outro sentido da via, a fim de encontrarem uma das escapatórias, sendo uma delas a via que dá acesso à área onde se encontra a fábrica Refriango.

Os taxistas, que faziam o trajecto Benfica/Cacuaco, estavam a encurtar rotas, provocando uma expressiva “massa humana” nas paragens de táxi. Algumas pessoas, por terem estado abarrotadas as paragens, decidiram caminhar a pé.

O Jornal de Angola apurou que, na Cidade do Kilamba, houve escolas que não deram aulas, realidade que pode ter acontecido em muitos outros estabelecimentos do Ensino Geral na província de Luanda.

Ontem, a vida não esteve nada pacífica, na zona II, da urbanização do Zango 0, devido a um problema que se pensou já ter sido sanado.

Alguns prédios do Vida Pacífica ficaram inundados, dificultando a saída dos moradores.

#### Corte de energia

Os prédios mais afectados são o 1, do Bloco 6, o 1, do bloco 3, e o 3 do bloco 1. Os elevadores não escaparam à fúria das inundações.

O abastecimento de energia eléctrica foi cortado em toda a urbanização Vida Pacífica, decisão tomada pela Empresa Nacional de Distribuição de Energia Eléctrica (ENDE) para evitar o pior.

Até às 17 horas de ontem, o fornecimento de energia eléctrica à urbanização Vida Pacífica ainda não tinha sido restabelecido.

O jovem Víctor Narciso, um morador do edifício 1, do Bloco 3, disse ao Jornal de Angola que não pregou os olhos à noite, porque esteve a apreciar os estragos que a chuva fez em edifícios da zona II.

O jovem contou que, no ano passado, não houve inundações na urbanização Vida Pacífica. "Os constrangimentos causados pela chuva de ontem nunca tivemos antes", afirmou.

A entrada do prédio onde mora Víctor Narciso estava totalmente inundada. "Para sair com o meu filho tive de o colocar às costas", relatou o jovem, que disse terem os elevadores ficado submersos.

Embora não quisesse atribuir responsabilidades, Víctor Narciso comentou: "Só a empresa que está a fazer obras na bacia de retenção é que pode dar um esclarecimento".

Kamuel Mayengo, também morador da zona II da urbanização Vida Pacífica, informou que alguns edifícios ficaram inundados por ter estado desligado o equipamento que faz a sucção das águas pluviais. "Chegou ao conhecimento de alguns moradores a informação de que, na quinta-feira, terá sido desligada a electro-bomba para ser submetida à manutenção", acentuou Kamuel Mayengo.

Alguns ocupantes do prédio número 1 do Bloco 6 são novos moradores da Vida Pacífica. Receberam as chaves dos apartamentos há 15 dias.

Um morador, que preferiu falar sob o anonimato, declarou que o maior problema da Vida Pacífica é o facto de a bacia de retenção não ter um "canal

viável", para o escoamento das águas das chuvas, um problema que já se arrasta há muito tempo.

#### Estragos em outras zonas da capital

As fortes chuvas, que caíram entre a noite de quinta-feira e a manhã de ontem, em Luanda, por cerca de 11 horas, deixaram vários bairros, casas submersas e estradas alagadas, com grande incidência sobre as zonas construídas por cima das linhas de água e circunvizinhas às valas de drenagem.

Por causa disso, às primeiras horas da manhã de ontem ouviram-se vários pedidos de socorro de muitos pontos da província, ao verem as suas casas a desabarem em consequência da correnteza das águas, que arrastou consigo electrodomésticos e mobiliários diversos.

#### Valas de drenagem

No meio do desespero, munícipes questionavam-se sobre a qualidade dos trabalhos paliativos de desassoreamento das valas de drenagem e sarjetas de Luanda, uma vez alegarem que os mesmos não foram eficazes, para suportar forte chuva.

Mais distante do Centro da cidade capital, no Icolo e Bengo, depois das chuvas, os munícipes temem pelo corte da Estrada nº 110. Por isso, apelam que se tome medidas preventivas, para se evitar o pior.

Entre os vários estragos, a chuva deixou famílias ao relento. É o que se pode constatar no bairro Vila Kiaxi, onde estes episódios são frequentes.

A par do Vila Kiaxi, informações dadas por equipas da Protecção Civil dos bairros do Capalanga, Projecto Nandó (Sapú II), Cidade Universitária, Calemba II, Jacinto Tchipa, Benfica, Jardim do Éden, Bitá e Zango dão conta que as chuvas provocaram grandes enchentes, estragos e crateras em determinadas ruas.

Pela força das águas, elevadas quantidades de lixo e de areia foram arrastadas até às estradas, o que exige, agora, um trabalho de limpeza, no sentido de facilitar a norma circulação de pessoas e veículos.

## 10.10 Apreendidos três camiões carregados de madeira

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2023*

*Texto: Kamuanga Júlia*

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) apreendeu, no município de Muconda, província da Lunda-Sul,



três camiões que transportavam 46 metros cúbicos de toros de madeira, de forma ilegal.

Segundo o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, Florêncio de Almeida, a apreensão ocorreu, no final de semana, na sequência de uma micro operação, no âmbito do combate à exploração ilegal de madeira. Acrescentou que os motoristas dos camiões, que faziam o trajecto com destino a Luanda, já estão a contas com a Justiça.

Deu a conhecer que este é o primeiro caso do género notificado neste ano e que em 2022 foram registadas oito ocorrências, nas quais condutores, entre nacionais e estrangeiros, tentavam transportar madeira sem documentação.

Florêncio de Almeida garantiu que a Polícia Nacional vai continuar a reforçar as acções, com a colaboração da população, através de denúncias, para desencorajar a exploração ilegal de recursos naturais e disciplinar criminalmente os infractores.

Vítimas das chuvas estão a ser cadastradas

A Administração Municipal de Saurimo, realiza, desde o início deste ano, um levantamento para aferir o real número de famílias afectadas pelas chuvas, a fim de beneficiarem de chapas de zinco para facilitar a construção de casas em zonas seguras.

Sem avançar o número de famílias sinistradas e de chapas a serem entregues, a administradora municipal para a Área Social, Francisca Manganda, disse que, devido às fortes chuvas que se abatem com frequência sobre a região, "há a necessidade de apoio institucional, para evitar que o pior aconteça".

Francisca Manganda apela à população para acatar os conselhos das autoridades sobre a construção de moradias em zonas consideradas de risco. Fez saber que o levantamento feito pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros dá conta da destruição de cerca de 50 casas, que deixaram ao relento mais de 70 pessoas, nos bairros Luar, Txizaínga I e II, durante as chuvas que caíram no passado dia 13 do corrente mês.

## 10.11 Chuvas desalojam centenas de famílias

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2023*

*Texto: José Chave*

As intensas chuvas, acompanhadas de ventos fortes, que caem, nos últimos dias, sobre o município da Nharêa, na província do Bié, deixaram ao relento 100

famílias, segundo o administrador municipal adjunto da circunscrição.

Francisco Sachitombe disse, ontem, ao Jornal de Angola, que as chuvas que caem sobre a região têm causado vários prejuízos e transtornos aos munícipes. Acrescentou que, além de moradias destruídas, as chuvas inundaram campos agrícolas, danificando várias culturas, numa região onde a população vive, maioritariamente, da agricultura familiar.

Deu a conhecer que o caudal do rio Wembeí, que passa pela circunscrição, durante o período de chuva sobe bastante, destruindo várias culturas de campos agrícolas das imediações.

Segundo o administrador municipal adjunto, moradores das zonas mais afectadas perderam, além das casas, produtos alimentares e vários electrodomésticos. "Enquanto continuar a chover, as pessoas que vivem em zonas de risco estão sob ameaça de perderem os haveres".

Acrescentou que os bairros mais afectados foram Santa Rosa, Chivili, Gika e Hoji-Ya Henda, arredores da sede municipal da Nharêa.

Francisco Sachitombe apelou às famílias da região no sentido de não edificarem residências em sítios de passagem de água, nem em valas de drenagem. O administrador municipal adjunto informou que as famílias afectadas necessitam de chapas de zinco, comida, roupa e outros meios, já que as chuvas destruíram todos os seus haveres. "Existe na região uma grande ravina que pode destruir várias residências na sede comunal da Gamba", concluiu.

## 10.12 Ravinas estão a preocupar habitantes de Mbanza Kongo

*Jornal De Angola de 2023*

*19 De Janeiro de 2023*

*Texto: Fernando Neto*

O surgimento de ravinas ao longo da estrada que liga a cidade de Mbanza Kongo à localidade de Mbanza Magina, no Zaire, em consequência das constantes chuvas, está a preocupar os habitantes locais, apurou, ontem, o Jornal de Angola, na região.

O director do Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos no Zaire, André Divino Malufuene, garantiu que, as três ravinas constam das prioridades do Governo local e vão ser as primeiras a serem intervencionadas este ano. "Já verificámos a situação. A chuva destruiu 50 por cento da estrada. Ficou somente uma faixa de circulação

com dois metros. Na semana passada, uma equipa do Ministério das Obras Públicas ligada ao sector das estradas fez o levantamento da situação”, disse.

A água da chuva, avançou, afectou também algumas áreas circundantes da cidade de Mbanza Kongo, sobretudo alguns pontos de drenagem do bairro Martins Kidito, 4 de Fevereiro e Sagrada Esperança.

"A situação é preocupante, pois tratam-se de ravinas que estão a progredir de forma rápida e a qualquer momento podem interferir na circulação de pessoas e bens, ou causar a destruição de equipamentos sociais e residências, por isso, foram catalogadas e determinamos que, terão de ser intervencionadas o mais rápido possível”, frisou.

#### Zonas afectadas

As chuvas que caem sobre Mbanza Kongo, nos últimos dias, além de abrir grandes valas na referida estrada, na zona do Madungu, bairro Sagrada Esperança, também aceleraram a progressão de ravinas na região. Outras duas ravinas em progressão estão nos bairros 4 de Fevereiro e Martins Kidito, no centro da cidade.

O ancião Malubanza Francisco, de 82 anos, residente no bairro Sagrada Esperança, no Madungu, disse que devido à pressão da água da chuva, a estrada terraplanada da localidade ficou bastante danificada, assim como algumas residências e campos agrícolas estão na iminência de serem destruídos.

Maria Lukeba, de 38 anos, residente na mesma zona, está, também, preocupada com as crianças que estudam no Colégio 4 de Abril, localizada na zona do Lueji, em função das dificuldades por que passam para chegarem à escola.

O moto-taxista João Baptista Santiago, 23 anos, disse que, a principal dificuldade da via que possui um declive bastante acentuado, são os buracos abertos pelas últimas chuvas que dificultam a circulação, sobretudo na calada da noite.

"Há, como vêem, uma inclinação e representa um perigo a todos que são obrigados a passar por aqui, em função dos buracos e da gravilha que a torna escorregadia quando chove”, disse.

O funcionário público, Afonso Geraldo Júnior, 32 anos, residente no bairro Madungu, disse que, os buracos que resultam das chuvas naquele troço, tiram o sono aos populares, porque para além de ameaçar as casas, têm dificultado a mobilidade humana.

"Sabemos que a intervenção nesta via depende do Executivo Central, mas pelo perigo que os cidadãos

enfrentam, urge a intervenção das autoridades, nem que seja um trabalho paliativo, ao menos para minimizar a situação”, pediu.

## 10.13 Angola num 'gigante' de energias limpas de África

*Jornal O País*

*20 Janeiro de 2023*

*Texto: Ladislau Francisco*

Uma meta já definida no “Atlas das Energias Renováveis e Visão para o Sector Eléctrico”, publicado pelo Ministério da Energia e Águas em 2014, em que o Executivo definiu o objectivo de chegar aos 600 Megawatts até 2025.

Hoje, a capacidade de produção de energia, a partir de parques fotovoltaicos, está fixada nos 263 Megawatts, sendo 188 megawatts provenientes do parque fotovoltaico do Biópio, o maior projecto solar individual da África Subsaariana, e outros 75 megawatts provenientes do parque da Baía Farta, ambos na província de Benguela.

A estes vai acrescentar os 50 megawatts do projecto do Caraculo no Namibe, que, conforme noticiou, recentemente, o jornal OP AÍ5, deve começar a funcionar até fim de Março do ano em curso.

Contas feitas, o país terá 313 Megawatts provenientes de energia limpa até fim de Março.

O que corresponde a 52,16% do objectivo 600 Megawatts, definidos no “Atlas das Energias Renováveis e Visão para o Sector eléctrico”. Entretanto, outros projectos que farão de Angola um dos principais produtores e consumidores de energias limpas estão em curso, como mostra a tabela.

A caminhada rumo à transição energética vai obrigar o surgimento de uma nova indústria que terá de ser capaz de responder à necessidade de gerar riqueza, bem como responder às demandas de consumo de energia que, de acordo com o Ministério da Energia e Águas, devem crescer 12,5% e chegar aos 39,1

TeraWatt/hora (TWh) até 2025, com um forte peso do segmento doméstico com 37% e um importante contributo dos serviços, com 28%, e da indústria com 25%.

Números que na visão do ambientalista Vladimir Russo têm o principal desafio na electrificação das zonas rurais, e a definição de uma estratégia funcional para a criação de um sistema de pagamentos e clarificação de quem efectivamente paga.

Para o ambientalista, o país está a seguir os preceitos que estão definidos no plano estratégico “Angola 2020 – 2025”, que prevê mudar a matriz energética para uma matriz mais limpa. “As mudanças na barragem de Cambambe e na barragem do Laúca são exemplos dos nossos avanços”, realça Vladimir Russo, em perfeito acordo com o Atlas das Energias Renováveis e Visão para o Sector Eléctrico do Ministério da Energia e Água, que em 2014 previu que a taxa de eletrificação deverá crescer e sair dos 33% para os 60% do consumo até 2025.

Isto ao mesmo tempo que a taxa de industrialização eléctrica no mesmo período deve sair dos 8% para os 25%, um crescimento de mais de 200%.

Um acréscimo nos índices de energias verdes que, como mostra o Atlas do Ministério de Energia e Águas, vai implicar forte investimento na produção, no transporte e em toda cadeia eléctrica, que deve chegar aos USD 43 biliões, até 2025, e que terá de ser capaz equilibrar as necessidades de aumento das energias limpas nas contas gerais da eletricidade, mas também, como fez saber Valmir Russo, acompanhar a lei da procura oferta de modo a que se venda, até mais para o exterior, e se possa por meio da energia, criar riquezas.

## 10.14 Indústria de olhos no papel e vidro para substituição do plástico

*Jornal de Angola*  
20 De Janeiro de 2023

Despacho presidencial 289/22 de Dezembro, que traça medidas para a proibição do uso de sacos plásticos em Angola, apanhou de surpresa muitas empresas com investimento no ramo, apesar de considerarem a medida necessária.

Em Luanda, principal centro de produção de plásticos dos mais variados tipos, a fábrica Multifab Indústria Lda, já começou a avaliar o mercado para apostar na produção de sacos de papel, em substituição do plástico, depois da publicação do referido Despacho.

O director da Multifab, Aba Kasir, referiu que a fábrica vai reinventar-se e já foi aprovado pelos investidores o projecto para a produção de embalagens de papel, o que poderá acontecer nos próximos anos.

Apesar de ser um processo que carece de tempo para a sua efectivação, avançou que estão a ser feitas

pesquisas para a compra de máquinas para a produção de embalagens de papel noutros mercados.

"Temos planos para investimentos nesses sectores de embalagens para apoiar as novas fábricas que estão a surgir em Angola e que têm cada vez mais necessidade na aquisição de sacos de papel para os produtos feitos em Angola", explicou.

Em Benguela, estão implantadas duas fábricas de produção de plásticos, contando com um grosso de 75 funcionários, segundo a Associação Industrial de Angola (AIA).

O delegado da referida Associação, Carlos Leiria, diz estar consciente da necessidade de as empresas do segmento dos plásticos se reinventarem, substituindo o seu actual negócio para outros mais amigos do ambiente.

O também empresário reconhece a necessidade de se apostar, fortemente, na reciclagem de plásticos, mas chama atenção para a promoção, cada vez mais, da educação ambiental nas famílias, não ficando de fora a escola.

Na província da Huíla, propriamente na cidade do Lubango, existem duas fábricas de engarrafamento de água mineral, que têm nas garrafas plásticas como elemento essencial do seu negócio.

Waldemar Ribeiro, responsável da fábrica de Aguas Preciosa, disse que as grandes superfícies como supermercados e padarias podem partir para o uso do saco em papel que depois de descartado decompõem-se com facilidade. Ribeiro não tem dúvidas que a médio ou longos prazos o plástico será banido, mas recomenda que se recomece pelas pequenas práticas do velho tempo.

É possível sim usar os sacos em papelão, porque são fáceis de se degradar em vez do plástico. Antigamente, usava-se o saco de pão que era feito de tecido, porque não voltar? Basta que seja limpo" recomendou. Vidros podem encarecer produtos. Entretanto, Waldemar Ribeiro considera que para o sector em que actua, a introdução de novas embalagens que não sejam o plástico, ainda é uma miragem que, se alcançada, poderá encarecer vários serviços e bens, tendo em conta que Angola ainda vive de importações.

"Como Angola vai acabar com os plásticos que são utilizados na embalagem de alimentos, uma vez que nós, os angolanos, não produzimos alimentos suficientes para responder às necessidades das famílias", questiona.

Reforça que esta mudança teria também uma repercussão negativa no preço dos bens vendidos, em função do alto custo de produção, uma vez que o fabrico de garrafas em vidro existe apenas em Luanda.

"Para substituir uma garrafa de água para o vidro, implicaria alterar o preço final, porque o vidro é mais caro que o plástico, uma vez que nas outras províncias não se fabricam vidros, a sua transportação seria também mais cara" realça.

### 10.15 Para banir o plástico descartável é preciso dar alternativas às pessoas e empresas

*Jornal Expansão*

*20 De Janeiro de 2023*

*Texto: Miguel Gomes*

Depois de vários países africanos terem produzido leis e regulamentação específica para desincentivar a utilização de plástico, Angola prepara-se para seguir os mesmos passos. Tal como acontece noutras realidades, a economia nacional é bastante dependente deste sub-produto da exploração petrolífera, sendo que o mercado informal, onde trabalham cerca de 80% dos empregados no País, depende em larga medida de produtos que contêm plástico.

Especialistas defendem mudança gradual, com forte investimento na educação ambiental e nos processos de reciclagem. O tema foi objecto de abordagem pública por diversas vezes, com o Governo a anunciar a intenção de legislar a sua utilização. Mas só recentemente, em Dezembro de 2022, foi dado o primeiro passo concreto, com a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para elaborar o Plano Nacional de Banimento dos Plásticos. A decisão de João Lourenço foi publicada no dia 30 de Dezembro, com o despacho presidencial n.º 289/22, e a comissão inclui representantes de vários ministérios, associações empresariais e da classe académica.

Vladimir Russo, ambientalista, consultor e director-geral da Fundação Kissama, começa por discordar da designação e do objectivo central associado ao grupo de trabalho. "Temos aqui um dado importante, porque o Governo reconhece oficialmente que temos um problema com os plásticos. Isto é positivo. Mas o nome em si parece-me enganador, não estou a ver como vai ser possível banir o uso de plástico em Angola. Podemos, sim, proibir a utilização de sacos de plástico de uso singular. Mas mesmo este assunto gera alguma dificuldade de implementação. E para

banir é preciso que existam soluções alternativas - actualmente não produzimos sacos de papel, nem de pano, só para dar um exemplo concreto, então não me parece que o País esteja preparado", explica Vladimir Russo ao Expansão.

O despacho presidencial que cria o grupo multidisciplinar também atribui funções específicas no estudo e compreensão da realidade do País, já que a comissão deve efectuar "pesquisas e estudos necessários para a realização de um diagnóstico nacional" e proceder a um "levantamento das unidades de produção, circuito de importação e níveis de consumo" de plástico, entre outras actividades.

Como refere Luiana Guerra, membro da direcção da associação EcoAngola, ao analisar o mercado informal, é possível compreender "que não existem vendedores que não utilizem sacos de plástico, quer para colocar produtos alimentícios, bens diversos, até água para beber é comercializada em sacos". "Tanto no mercado informal como no formal, além da distribuição desmedida de sacos plásticos, a maioria dos produtos comercializados são feitos de plástico ou possuem plástico na sua composição. Desde alimentação, limpeza, decoração, construção, em absolutamente todas as secções de produtos é visível a predominância do plástico", refere a ambientalista.

Propostas concretas

Os problemas associados aos plásticos de uso singular são agora reconhecidos pelo Governo, pelos ambientalistas e também pela academia e comunidade internacional. Mas para onde deve caminhar a legislação e a regulamentação angolana para este sector?

Para Luiana Guerra, a regulamentação deve ser "um processo longo e de constantes actualizações, para que a sociedade se adapte, e para que sejam criadas as condições estruturais de tratamento destes resíduos". O plástico continua a ser um material fundamental para vários sectores económicos devido à sua volatilidade e características como durabilidade, maleabilidade, resistência térmica, entre outros factores.

### 10.16 Precisamos de 2 a 5 anos para proibição de plásticos"

*Jornal O País*

*20 De Janeiro de 2023*

O economista Julião Kutekila defende um prazo de dois a cinco anos para a proibição de sacos plásticos,

de modo a não prejudicar os agentes económicos, as empresas e a economia das famílias

Julião Kutekila refere que é necessário um período de médio prazo para que os empresários tenham tempo suficiente de importar sacos de papel ou mandar produzir sacos de pano, realçando que as fábricas no país não são suficientes para atender a demanda.

Para ele, as empresas que se dedicam à produção de sacos plásticos seriam obrigadas a se reinventar ou paralisarem, o que colocaria muita gente no desemprego. “Caso a medida de proibição de utilização de sacos de plásticos for imediata, do ponto de vista económico, irá representar uma perda enorme para a economia e as famílias, pois muitos que trabalham na produção, comercialização e distribuição do produto irão para o desemprego”, reforçou.

Um prazo alargado, sublinha, vai permitir que os agentes económicos consigam fazer o escoamento do produto em stock nos armazéns e os agentes económicos que têm este negócio podem enveredar para outras actividades para não perderem o capital investido.

Julião Kutekila lembrou que, em Angola, não existe outra produção de sacos que não sejam de plástico, e que são os meios que os agentes económicos utilizam para acondicionar os produtos comercializados nos supermercados e não só.

“Não devemos olhar somente para a questão nociva ao meio ambiente, mas sim na visão alternativa, porque os agentes económicos não podem paralisar as empresas repentinamente, mas num período a médio prazo”, explicou.

Já José Sapi, especialista em economia e gestão, é de opinião que sendo o Estado uma pessoa de bem deverá definir uma política de absorção de mão-de-obra, caso as empresas anunciem falência, de modo a que os cidadãos afectados consigam adquirir novos empregos.

Reforça que do contrário a destruição de postos de trabalhos poderá se reverter em apertos, o que não abona a sociedade devidos aos riscos de problemas sociais como a delinquência e a prostituição.

“Seria bom reavaliar esta política, porque a classe empresarial é aquela que determina o crescimento económico de um determinado país. Por outras palavras, diria que, sem as empresas, é impossível termos economia”, refere.

## Meio ambiente

O engenheiro ambiental Isaac Sassoma, que vê na iniciativa Presidencial como uma mais valia, a julgar pelo impacto dos plásticos no meio ambiente, é de opinião que, criada que está a referida comissão, a esta cabe, agora, definir mecanismos que concorram para a regularização do plástico, começando por uma educação ambiental.

“Nós estamos, realmente, em condições e preparados para que não possamos depender do plástico e isto parte pela mudança de comportamento por parte dos consumidores e populares em geral”, disse.

Os interlocutores sublinham que a medida já deveria ser tomada há alguns anos, pelo facto de a comunidade internacional há alguns anos que apela pela proteção do meio ambiente.

De frisar que, a medida para a proibição do uso de sacos plásticos em Angola consta no Despacho Presidencial 289/22 de 30 de Dezembro, que visa assegurar maior protecção e equilíbrio do ecossistema mundial, reveste-se na eliminação da produção, importação, comércio e consumo do plástico, tendo em conta o impacto nocivo que provoca no meio ambiente, mormente à economia azul.

## 10.17 Polícia Nacional redobra luta contra o contrabando

*Jornal de Angola*

*23 De Janeiro de 2023*

*Texto: Victor Mayala*

O combate ao contrabando de combustível tem sido das principais dificuldades da Polícia Nacional no Zaire. O fenómeno recorrente e crescente na província tem forçado as autoridades a criarem uma rede mais activa para combater os infractores.

Venda de combustível em bidões tem favorecido o contrabando na região e a existência de diversos grupos criminosos © Fotografia por: Victor Mayala | edições novembro | soyo

Um oficial da Polícia Nacional, que preferiu o anonimato, disse à reportagem do Jornal de Angola que a luta contra os infractores deve ser feita com maior envolvência dos Serviços de Inteligência e da população.

O contrabando, explicou, constitui umas das maiores transgressões fronteiriças, devendo por isso ser combatido de forma enérgica, através de punições severas aos praticantes”. Embora pareça um fenómeno sem fim à vista, segundo a alta patente da Polícia Nacional, ela pode ser contida, controlada e erradicada se Angola desenvolver um trabalho multisectorial em que sejam também envolvidas as populações.

Numa ronda que envolveu também automobilistas, revendedores de combustível e bombas de combustível, o Jornal de Angola apurou que os contrabandistas de combustíveis, na sua maioria cidadãos provenientes da República Democrática do Congo, utilizam os diversos canais navegáveis do imponente rio Zaire para desenvolver a actividade, muitas vezes, em plena luz do dia, desafiando as autoridades policiais.

Normalmente, como verificou o diário, os combustíveis são comprados durante o dia em recipientes de 20, 25 e 250 litros e transportados na calada da noite em embarcações de fabrico artesanal para a RDC, onde, segundo informações colhidas pelo Jornal de Angola, valem a "preços de ouro”.

Algumas fontes revelaram que o combustível angolano é comercializado no Congo Central, concretamente nas regiões de Muanda, Boma, Matadi e Tchela e depois encaminhado para Kinshasa, a capital da RDC, onde por via, também, através de redes clandestinas, é escoado para Goma, província do Kivu Norte, na fronteira comum com Uganda e Rwanda, região em permanente conflito entre as forças governamentais e os rebeldes congolese

#### Contornos do contrabando

A reportagem do Jornal de Angola constatou, ainda, que o combate ao contrabando de combustível tem sido difícil, pelo facto de existir ao longo da orla fluvial (rio Zaire), partilhada com a RDC, um total de 62 canais, muitos dos quais desguarnecidos. Associado a isso, está, também, o facto de os traficantes, muitos deles com residência no Soyo, receberem guarida de cidadãos nacionais ávidos de lucro fácil.

Na ronda efectuada em alguns postos de abastecimento existentes a nível da cidade do Soyo e bairros periféricos, foi possível constatar longas filas de viaturas ligeiras e aglomerados de pessoas munidas de bidões.

Numa das bombas visitadas, um aspecto despertou a atenção da equipa de reportagem: as referidas viaturas ligeiras encontradas nas filas, na sua maioria são

envelhecidas e, segundo o que se apurou, os traficantes utilizam, preferencialmente, aqueles meios "caducos”, como novos modus operandi para a compra e transporte de combustível em depósitos adulterados, tentando, deste modo, ludibriar as autoridades, além do claro risco de fuga e eventual incêndio que correm.

"Esses carros todos velhos nas filas possuem depósitos adulterados, que podem levar entre 100 e 150 litros. Os contrabandistas utilizam, agora, estes meios para enganar as autoridades. Se ficarem atentos, poderão notar que são sempre as mesmas viaturas que aparecem nas bombas para abastecer várias vezes ao dia, o que é muito estranho”, denunciou, sob anonimato, um munícipe que encontramos numa das bombas de combustível.

Outros entrevistados apontaram, também, a venda de combustíveis em bidões como sendo outra prática que alimenta o contrabando na região. Os funcionários das bombas de combustível são acusados de tirarem proveito disso, pois, de acordo com informações, cobram aos clientes mil kwanzas da chamada "gasosa”, por cada bidão de 25 litros abastecido. Em função disso, eles preferem dar prioridade aos bidões, em detrimento das viaturas, facto que tem deixado agastado os automobilistas.

"Já estou aqui há mais de duas horas à espera para abastecer a minha viatura, mas a fila continua intacta, porque o pessoal das bombas apenas estão a atender os bidões, para tirarem proveito”, desabafou um jovem, que preferiu, igualmente, o anonimato.

O jovem, que aparenta estar na casa dos 28 anos de idade, defendeu a necessidade de haver uma maior actuação da Polícia Nacional, detendo os infractores e entregá-los às instâncias judiciais, no sentido de desencorajar todos os que, ainda, insistem nesta prática. A nossa reportagem tentou aferir a reacção dos funcionários de algumas bombas de combustível, em relação às acusações de que são alvo, mas estes remeteram-se em silêncio.

O Jornal de Angola apurou ainda que, o contrabando de combustível, além de lesar o Estado em avultadas somas que deviam ser cobradas, por via de impostos, tem provocado constantes rupturas de stock de combustíveis no mercado local, criando, com isso, constrangimentos ao normal funcionamento das instituições públicas e de outros sectores da económica na região.

## 10.18 Estratégia nacional para alterações climáticas

*Jornal de Economia e Finanças*  
27 De Janeiro de 2023

Por sua vez, a secretária de Estado para o Ambiente, Paula Francisco Coelho realçou que, de forma a proteger o meio Ambiente, a Estratégia Nacional de Alterações climáticas do Executivo assenta quer no pilar da mitigação, quer no pilar de adaptação envolvendo já a nível da governação, as metas de forma sectorizadas para podermos metas.

Disse que estas metas, já encontram em revisão para serem inseridas aquilo que será um programa mais específico dentro do plano de acção, que também, já é um dos anexos na estratégia.

Outro projecto em causa, segundo sublinhou Paula Francisco Coelho é o lançamento da Fábrica de Mudanças com plantas sustentáveis, e que, não estejam catalogadas na lista das espécies ameaçadas em extinção, mas que, destacou, possam contribuir para o sector energético.

Esclareceu que fruto das várias aparições e denúncias que vão surgindo sobre queima e produção de carvão, foram lançadas estratégias de prevenção, sobretudo, com o programa que serviu de base com as Nações Unidas, através do o PNUD.

" Um dos projectos que fizemos e que constam dentro do programa versa na criação de uma fábrica de mudas que vai envolver jovens, mulheres e adultos, porque é preciso fazer produção em grande escala de plantas e termos capacidade de distribuição nacional e outros até em réplica", sublinhou destacando que, o projecto já esta elaborado, houve uma grande apresentação a nível da banca por ser um programa de desenvolvimento

## 10.19 Quase 50 mil milhões Kz para "tratar" de 41 ravinas em 4 províncias do País

*Jornal Expansão*  
31 De Janeiro 2023  
Texto: Hermenegildo Ferreira

Em dois decretos presidenciais, n.º 8/23 e n.º 10/23, o Presidente da República autoriza a despesa de mais 49,443 mil milhões Kz para travar 41 ravinas em 4 províncias, por Procedimento de Contratação Emergencial, ou seja por adjudicação directa sem concurso, com a justificação de haver uma "necessidade inadiável e urgente para dar início de

obras de contenção e estabilização das referidas ravinas". Com a curiosidade de apenas para uma ravina na Lunda-Norte, a ravina do Mussungue, Quarteirão Z1, estarem destinados 13 mil milhões Kz, ao que se somam mais 405 milhões para serviços de fiscalização.

Obviamente que existem diferenças acentuadas de preços entre cada uma das empreitadas, depende do estado de cada ravina e dos trabalhos que é necessário desenvolver, embora nas províncias de Cabinda e Malange os orçamentos são mais precisos, o que demonstra a existência de estudos preliminares, já na Lunda-Norte e no Uíge os valores a disponibilizar são mais redondos. Nesta última província estão previstas obras em 19 ravinas, mas 15 delas têm os mesmos números - 750 milhões Kz para a empreitada e 22,5 milhões Kz para a fiscalização. Na Lunda-Norte, além da ravina referenciada acima, as outras 12 são distribuídas em 4 categorias - 2 mil milhões Kz, 1,5 mil milhões Kz, 1,35 mil milhões Kz e 650 milhões Kz.

Esta é apenas uma ponta do que está a acontecer ao País, havendo ravinas com necessidade de intervenção em quase todas as províncias, e que custam aos cofres do Estado mais de 100 mil milhões/ano, de acordo com a opinião recolhida junto de alguns técnicos. Quase todas são resultado da intervenção humana, pelo que seria possível evitar este fenómeno, ou pelo menos atenuar muito o seu impacto.

A primeira causa é a falta de estudos de engenharia antes da feitura das infraestruturas, nomeadamente de estradas e centralidades, embora também nos tenham explicado que além destes é depois necessário fazer uma micro-drenagem e, posteriormente, uma macro-drenagem para garantir que os solos se vão manter compactos, uma obra que é cara e que alguns empreiteiros preferem fechar os olhos e pensar "isto não vai ceder". Ou seja, constrói-se sem respeitar as regras básicas da engenharia.

Uma segunda causa é a ausência de manutenção. Por exemplo, cai metade da berma de uma estrada e nada se faz. Aparece uma primeira fenda no asfalto e deixa-se estar. Só mais tarde, quando uma ravina ganha dimensão, quando está prestes a cortar o trânsito, destruir os sistemas básicos de saneamento ou levar à derrocada de uma habitação, é que se actua. "A falta de manutenção é constante no País, por exemplo nos PIP"s não há verbas para manutenção. Constrói-se, faz-se infraestruturas, mas não se prevêem verbas para esta área", refere a Maria José Monteiro.

A engenheira explica que nem todas as ravinas são resultado da falta de estudos dos solos ou da falta de manutenção, mas também de uma postura sobre este fenómeno. "Só se olha aos pedidos de socorro. Há uma ravina, desloca-se uma equipa, faz o paliativo, mas no ano seguinte não acontece nada. As coisas mantêm-se como estão e, mais tarde ou mais cedo, volta a abrir. E é nessa altura que se volta a actuar. Manter um programa de acompanhamento e manutenção é muito eficaz e muito mais barato", acrescenta. Também a desmatação anárquica, retirando a massa vegetal, que é fundamental para que as águas possam escoar, impermeabilizando os solos, leva à erosão e ao desenvolvimento de ravinas.

## 10.20 Medidas para combater o impacto das chuvas

*Jornal de Angola*

*28 De Janeiro de 2023*

Para o administrador de Viana, as chuvas têm sido um grande problema. "Existem localidades do município que não estão preparadas para a chuva. Todos os anos, as situações e os relatos são os mesmos. É uma situação que precisa ser contornada, apesar de não ser um problema típico de Viana, mas sim generalizado".

Demétrio de Sepúlveda adiantou que têm estado a trabalhar, em parceria com a comissão municipal de Protecção Civil e Bombeiros, num plano de contingências para evitar eventuais desastres depois de uma chuva. "Queremos criar medidas mais actantes na redução do impacto das chuvas no município".

O trabalho, acrescentou, pode ser feito, com o empenho de todos, desde os moradores às equipas técnicas, que devem detectar as principais zonas vulneráveis, assim como ajudar na educação da população quanto a construção em locais impróprios.

"É um grande constrangimento, todos os anos ter o mesmo problema. Quando chove ficamos com as ruas alagadas, avenidas intransitáveis e casas inundadas. Muitas das bacias de retenção não conseguem suportar as grandes cargas. Sabemos das dificuldades, agora temos de nos prevenir", reforçou.

### Escoamento das águas

As valas de drenagem do município são outro problema a ser resolvido pela administração de Viana. Muitas, contou, estão obstruídas, por resíduos sólidos e outros detritos, muitos deles colocados por

municípios. "Outras estão nesta situação por falta de um trabalho regular de limpeza", lamentou.

Para o administrador, o actual quadro é preocupante. "Estamos a trabalhar na manutenção de algumas valas de drenagens. O Ministério das Obras Públicas tem um projecto de acção ligado com o reperfilamento de algumas bacias", contou, acrescentando que nas últimas chuvas, algumas bacias de retenção do município conseguiram escoar as águas. "Mas também tivemos algumas, como a bacia Joaquim Lussumba, que foram uma decepção", criticou.

Outra questão preocupante, destacou, é o número de casas inundadas por causa da chuva, na maioria das vezes por terem sido construídas nas linhas naturais do curso de água. "Há casas que impedem o curso normal das águas até às valas de drenagens e as bacias de retenção, por terem sido construídas nas linhas naturais", apontou.

### Combate à criminalidade

O combate contra a criminalidade também tem tido a atenção da administração local, que criou alguns projectos para a instalação de novas unidades policiais no município. "A ideia é reduzirmos o máximo possível qualquer taxa de criminalidade em Viana, com o reforço do patrulhamento por proximidade, através da construção de mais esquadras nas comunidades", disse.

## 10.21 Distrito do Kilamba com poucos espaços verdes

*Jornal Expansão*

*31 De Janeiro de 2023*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Dos 26 quarteirões existentes no Distrito Urbano do Kilamba, apenas dois têm o espaço verde bem tratados e de acordo ao padrão do meio ambiente, informou, segunda-feira, em Luanda, a administradora-adjunta do Kilamba, Felisbina Ferreira, que considera a situação preocupante.

Para alterar o quadro, a administradora-adjunta disse ser necessário um maior trabalho de sensibilização com os moradores da centralidade, para que estes passem a cuidar do lixo devidamente, bem como tratar dos espaços verdes que têm ao redor dos edifícios.



O objectivo, adiantou, é incentivar a criação de mais espaços verdes. "O Distrito do Kilamba começou ontem, uma campanha de plantação de árvores de acácias e frutos, lançada por ocasião do Dia Nacional do Ambiente, que se assinala hoje".

O acto de plantar árvores, foi antecedido por uma cerimónia de entrega de prémios aos três primeiros classificados do concurso "Árvore de Natal Ecológica", o primeiro do género a ser realizado a nível nacional.

A administradora-adjunta do Distrito Urbano do Kilamba destacou que a preservação do meio ambiente é fundamental e importante, principalmente quando se aprende, desde cedo, na escola. "Pretendemos devolver o verde aos munícipes do Kilamba".

O director de Marketing da empresa Stylus, Eduardo Lobato, disse que desde o ano passado têm participado em acções de preservação do meio ambiente, tendo já passado pelos municípios de Viana e Talatona e no Distrito Urbano do Kilamba.

Até ao momento, realçou, com o apoio da Stylus já foram plantadas mais de 200 árvores, nestes locais.

O interlocutor considera necessário agir, além de falar apenas, porque a preservação do ambiente evita a deposição de lixo na rua e sobretudo a transmissão de doenças.

Uma das meninas do grupo que se consagrou primeiro classificado do concurso "Árvore de Natal Ecológica", Ariel Agostinho, de 9 anos, disse que a árvore foi feita antes do Natal. Os vencedores usaram materiais reciclados, como copos descartáveis. "O ambiente deve ser limpo e conservado, por isso, é importante a reciclagem", considerou.

Aline Albino, de 9 anos, foi a segunda classificada do concurso, para quem a experiência foi boa, porque aprendeu a tratar bem do meio ambiente. A árvore Ecológica feita pelo grupo usou cartolina e papel higiénico. "Não devemos sujar o meio ambiente, cuidar sempre dele, por ser importante para o futuro".

Pedro Caculo, de 12 anos, o terceiro grupo classificado, disse gostar do meio ambiente e prometeu passar a plantar mais árvores.

## 10.22 Tratamento de resíduos entre os grandes desafios

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2023*

*Texto: Manuela Gomes*

A melhoria no tratamento dos resíduos sólidos continua a ser das principais metas do Ministério do Ambiente, disse, segunda-feira, em Luanda, a titular da pasta, por ocasião a Conferência Nacional dos Resíduos, que decorre até hoje, sob o lema "Reutilizar o passado, reciclar o presente e salvar o futuro".

A melhoria no tratamento dos resíduos sólidos continua a ser das principais metas do Ministério do Ambiente, disse, segunda-feira, em Luanda, a titular da pasta, por ocasião a Conferência Nacional dos Resíduos, que decorre até hoje, sob o lema "Reutili © Fotografia por: DR

Para Ana Paula de Carvalho, a falta de um aterro sanitário qualificado tem sido um problema, pois "o que temos são, apenas, alguns iniciados e um espaço adequado precisa ter, também, um centro de valorização de resíduos".

Na zona dos Mulenvos, em Viana, referiu, há um aterro sanitário, com as células revestidas, que não permitem a contaminação dos solos. "No local existe ainda a lagoa dos lixiviados, que precisa de um tratamento digno, para ser anexada as linhas de água".

A ministra adiantou que estão a construir, no Namibe, um aterro sanitário condigno, "que já tem duas células, sem uma lagoa de lixiviados, mas com um sistema de tratamento de resíduos, ligado a uma estação de tratamento de águas". "Um terceiro está a ser feito na província do Huambo", disse.

No momento, acrescentou, está em preparação um concurso de parceria público-privada, para a construção do aterro da província do Namibe que, actualmente possui, apenas, células de deposição de resíduos e uma estação de tratamento das águas residuas. "Porém, há necessidade de ter um local para reutilização e reciclagem de resíduos, assim como centros de valorização ou separação selectiva".

Nas outras províncias, avançou, vão ser realizadas, também, obras de construção de aterros sanitários paulatinamente. "Vamos começar a trabalhar naquelas de maior produção de resíduos, pois estes precisam ser tratados para não contaminarem os solos", referiu.

A legislação angolana sobre o Ambiente, lembrou, precisa ser usada em aplicações práticas. "É preocupante o tratamento dado a questão dos resíduos a nível do país, porque a maior parte das províncias do país tem os resíduos acondicionados em lixeira a céu aberto", disse.

Actualmente, salientou, existem em algumas províncias, iniciativas para execução de aterros sanitários. "Um local para ser considerado aterro sanitário tem de ter o buraco revestido com uma membrana geo-têxtil (reforço de estruturas de pavimentos e muros) e também ter o mecanismo para tratamento dos seus lixiviados (líquidos que provém dos resíduos)".

Por outro lado, disse, constitui um dos maiores desafios do ministério, melhorar o tratamento dos chamados resíduos limpos, como papel, plástico, vidro e metal. "A meta é que estes tenham um procedimento diferenciado, com base na Estratégia Nacional para Educação Ambiental".

Apesar disso, disse, já se registam algumas melhorias no tratamento dos resíduos e iniciativas privadas, para a valorização, reutilização e reciclagem dos resíduos. "Muitas pessoas têm nisso um emprego. Por isso, queremos dar uma ideia as pessoas de que o lixo pode ser um recurso, desde que bem aproveitado. Pois, até, os orgânicos podem ser transformados em adubos orgânicos utilizados, maioritariamente, na agricultura familiar e teremos desta forma menos resíduos a irem para o aterro", explicou.

## II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### II.1 China defende novo impulso na cooperação com Angola

*Jornal de Angola*

*8 De Janeiro de 2023*

*Texto: Paulo Caculo*

Angola e China partilham, há 40 anos, relações políticas e diplomáticas, iniciadas em 1983, tendo deste histórico sido estabelecidas, há 13 anos, uma parceria estratégica. Para celebrar a efeméride, a assinalar-se no próximo dia 12 do mês em curso, a Embaixada da República Popular da China em Angola realizou, sexta-feira, em Luanda, uma Gala em alusão à abertura da jornada de celebração das quatro décadas de cooperação bilateral.

Ministro das Relações Exteriores (à direita) foi um dos convidados da gala realizada pela Embaixada da República Popular da China em Angola © Fotografia por: Edições Novembro

Durante o evento, testemunhado pelo ministro angolano das Relações Exteriores, Tété António, o embaixador da China em Angola, Gong Tao, revelou que o seu país ambiciona dar um novo impulso às relações diplomáticas, destacando haver vontade política e espírito de parceria de ambos os países, para elevarem o relacionamento político.

"Queremos continuar a reforçar, de maneira incansável, as nossas relações de cooperação e, também, continuar a encorajar os meus compatriotas a continuarem enraizados em Angola e desenvolverem as suas actividades de mãos dadas com os angolanos", adiantou-se a afirmar, Gong Tao, para em seguida enfatizar que o histórico das relações se traduz em 40 anos de conquistas mútuas.

"O ano 2023 marca o aniversário das nossas relações diplomáticas. Será uma boa ocasião para celebrar as conquistas e êxitos conjuntos alcançados durante os últimos 40 anos", acrescentou.

Gong Tao referiu, ainda, que durante as últimas quatro décadas de partilha de amizade, Angola e China e os respectivos povos souberam manter uma solidariedade sólida, ultrapassar as diferenças, mas sobretudo "aproveitar para aprofundar e enriquecer a cooperação", em benefício do bem-estar e interesses comuns.

Confessou, por outro lado, estar confiante de que os dois povos saberão enfrentar as mudanças profundas impostas pela conjuntura internacional, tendo justificado o optimismo com o facto de ambos partilharem os mesmos sonhos, consubstanciados no desenvolvimento da industrialização e modernização.

"Vamos continuar de mãos dadas para reforçar os laços tradicionais, para o grande salto, tanto qualitativo quanto quantitativo dos sectores Políticos e Diplomáticos, Investimento, Formação de Quadros, Intercâmbio de Pessoas, entre outros", revelou.

#### Relação especial

Para o embaixador chinês, existem condições para que ambos os países continuem a "conjugar esforços entre os Governos e povos", de forma a que se mantenha o ambiente de "solidariedade e espírito de cooperação bilateral".

"As duas partes estão, conjuntamente, a celebrar a chegada do ano 2023 e, também, a celebrar o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas", reforçou, tendo acrescentado que o balanço de 2022 é "extremamente especial" para Angola e a China, pelo sucesso alcançado por ambos os países.

"Em relação à China, conseguimos realizar com sucesso o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista, que desenhou uma nova jornada para a China e desenvolveu uma modernização do modelo chinês. Para Angola, acompanhamos as Eleições Gerais, realizadas também com sucesso, e que elegeu uma nova Legislatura e um novo Governo, do segundo mandato de sua Excelência Senhor Presidente João Lourenço", enfatizou.

Garantiu, ainda, o embaixador chinês serem relações históricas e viradas para o futuro brilhante, tanto para a China quanto para Angola, valorizada pelo significado que se reveste a jornada de modernização assumida pelo Governo chinês, por um lado, e, disse, destacada pelos angolanos pelo ano de diversificação económica, criação de mais empregos, melhoria da vida e bem-estar dos cidadãos.

"As relações dos dois países, nos últimos 20 anos, têm sido de mãos dadas para apoio conjunto no desenvolvimento socio-económico", referiu, para em seguida anunciar que a China está disponível a partilhar com Angola experiências de reformas e aberturas a nível do ensino superior, formação de talentos e, sobretudo, de maior mobilização de angolanos para o espírito de empreendedorismo.

"Na partilha de experiências, acho que podemos aprender um com o outro, darmos passos cada vez mais correctos e saltos qualitativos e quantitativos, no quadro da amizade entre os dois povos".

Além do ministro das Relações Exteriores, assistiram à Gala do Festival Primavera 2023, de abertura das celebrações dos 40 anos da cooperação bilateral Angola - China, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho, os secretários de Estado do Interior, Carlos Albino e José da Silva, comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Arnaldo Carlos e o presidente da Câmara de Comércio Angola – China, Luís Cupenala "Na partilha de experiências, acho que podemos aprender um com o outro, darmos passos cada vez mais correctos e saltos qualitativos e quantitativos, no quadro da amizade entre os dois povos".

Além do ministro das Relações Exteriores, assistiram à Gala do Festival Primavera 2023, de abertura das celebrações dos 40 anos da cooperação bilateral Angola - China, o ministro do Interior, Eugénio Laborinho, os secretários de Estado do Interior, Carlos Albino e José da Silva, comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Arnaldo Carlos e o presidente da Câmara de Comércio Angola – China, Luís Cupenala

## 11.2 Ministro Tété António destaca cooperação em assuntos concretos

*Jornal de Angola*  
8 De Janeiro de 2023

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, destacou que o histórico de 40 anos das relações bilaterais com a China, 13 dos quais de parceria estratégica Sino-Angola, têm sido marcados por assuntos concretos e de partilha diversificada de interesses comuns.

O grande objectivo da cooperação, de acordo com o chefe da diplomacia angolana, prende-se em dar sequência positiva à relação de trabalho que o país mantém com a China, fortalecer os laços e alargar a outros domínios.

"Vamos festejar, exactamente no dia 12, quarenta anos de relações de cooperação com a China. E as relações têm sido marcadas por assuntos concretos. No capítulo Diplomático, vamos dar continuidade ao que temos estado a fazer, isto é, diversificar as nossas relações económicas, incluindo diplomáticas", afirmou Tété António, em declarações à imprensa,

reiterando os desafios de continuar a projectar o nome de Angola nos fóruns internacionais.

Ainda no contexto diplomático, revelou, Angola prepara-se para assumir responsabilidades acrescidas na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), à semelhança do que tem sido a presidência da Região dos Grandes Lagos, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Organização do Estados da África Caraíbas e Pacífico (OEACP).

"Temos muito trabalho a fazer e, este ano, vamos assumir a SADC. Como sabem, é a nossa retaguarda política. Temos estado a trabalhar muito nas regiões em que estamos inseridos, mas pensamos também que é necessário assumirmos as nossas responsabilidades na SADC", acrescentou o chefe da diplomacia angolana, justificando a tese com o facto de a organização sempre ter caminhado ao lado de Angola, "incluindo nos momentos mais difíceis e para o qual contribuímos, porque, na verdade, somos cofundadores da SADC".

## 11.3 China financia Usd 249 milhões para Rede Nacional de Banda Larga

*Jornal de Angola*  
12 De Janeiro de 2023  
Texto: Ana Paulo

A República Popular da China vai financiar, este ano, 249 milhões de dólares, para apoiar Angola a implementar o Projecto da Rede Nacional de Banda Larga, enquadrado no acordo sobre a concessão de empréstimo concessional, com o objectivo de participar no crescimento económico do país, sobretudo, nas áreas das Telecomunicações e Transformação Digital, disse, esta quarta-feira, em Luanda, o embaixador Gong Tao.

Em declarações ao Jornal de Angola, o diplomata chinês, Gong Tao, disse, após a assinatura do contrato do Projecto de Implementação da Rede Nacional de Banda Larga, enquadrado na cooperação económica, entre a China e Angola, que o seu país vai continuar a apoiar o país na construção de vários projectos de desenvolvimento, com destaque para as áreas das Telecomunicações, para a melhoria dos serviços e transformação digital.

Gong Tao disse que, este acordo, vai permitir fortalecer a cooperação económica, incluindo sectores que visam dinamizar a economia nacional. "Este, é um importante acordo que vai permitir que os dois países continuem a crescer, abrindo novas

portas e novos capítulos que a Embaixada da China almeja, no quadro das relações económicas e de amizade existentes com Angola. A China vai continuar a trabalhar com o Governo de Angola, através dos seus Ministérios e com as empresas chinesas, com vista o cumprimento dos acordos de cooperação económica e comercial para o bem-estar dos dois povos”, assegurou.

Acrescentou que o Acordo de Financiamento do Projecto da Rede Nacional de Banda Larga, enquadra-se no âmbito das celebrações do 40º aniversário da implementação das relações diplomáticas, entre a China e Angola, tendo agradecido, na ocasião, o esforço do Ministério das Finanças pela abertura de cooperação em vários sectores da actividade económica.

"Quero destacar que estamos na véspera de celebração dos 40 anos de implementação da cooperação diplomática entre China e Angola, estabelecida desde 1983. Daí que, este acordo chega numa excelente altura", disse.

#### 11.4 Calorosos parabéns aos 40 anos das relações diplomáticas China-Angola

*Jornal O País*

*13 De Janeiro de 2023*

No dia 12 de Janeiro de 1983, a China e Angola estabeleceram relações diplomáticas, abrindo um novo capítulo na história da amizade tradicional entre os dois países. Nestes 40 anos, independentemente das mudanças das situações internacionais e internas, a China e Angola sempre estiveram unidas na assistência mútua, e alcançaram resultados importantes no intercâmbio e cooperação em vários domínios, configurando vários exemplos em termos de cooperação.

Nos últimos 40 anos, estabelecemos um exemplo para a cooperação Sul-Sul. A profunda amizade entre a China e Angola estava em consonância com a luta dos dois povos pela independência e libertação nacional, fazendo-nos bons parceiros e irmãos. Sempre nos apoiámos mutuamente na escolha de próprias vias de desenvolvimento, que correspondem às nossas condições nacionais. Compreendemos e apoiámos-nos reciprocamente nas questões que envolvem os interesses fundamentais e as principais preocupações uns dos outros, salvaguardámos conjuntamente o sistema internacional com a ONU no seu núcleo e apoiámos o multilateralismo genuíno. Mantivemos uma estreita coordenação e cooperação nos assuntos internacionais e regionais e

salvaguardámos a equidade e justiça internacionais e os interesses comuns dos países em desenvolvimento, fazendo contributos não só para a solidariedade e cooperação entre países em desenvolvimento, mas também a prosperidade e estabilidade do mundo. Na sua cooperação com Angola, a China sempre insistiu no respeito mútuo e na igualdade, nunca adicionou nenhuma condição política à sua cooperação e nunca interferiu nos assuntos internos de Angola. Sob o impulso da cooperação China-Angola, cada vez mais países estão a prestar mais atenção a Angola e têm reforçado a sua cooperação com o país. Como bom amigo de Angola, a China está sinceramente satisfeita com isto.

Nos últimos 40 anos, estabelecemos um exemplo para a cooperação de benefício mútuo China-África. A cooperação pragmática China-Angola foi desenvolvida e consolidada constantemente, formando uma excelente convergência de interesses. Criámos um novo modelo de cooperação de financiamento. Construímos uma importante plataforma de cooperação: o Fórum de Cooperação China-África. Aprofundámos a cooperação no quadro da Iniciativa "Cinturão e Rota". Até hoje, as empresas chinesas construíram em Angola por volta de 3,000 km de caminho de ferro, 20,000 km de estrada, 100,000 fogos de habitação social, 100 escolas, 50 hospitais, e muito mais. As obras concluídas e ainda em execução incluem Barragem de Caculo Cabaça, Novo Aeroporto Internacional de Luanda, as Novas Cidades de Kilamba Kixi e de Dundo, Caminho de Ferro de Benguela, Central Térmica do Soyo, etc. Um grande número de empresas chinesas fizeram investimento em Angola, dando um importante contributo para a diversificação e industrialização da economia. As forças armadas dos dois países têm mantido intercâmbio, e cooperaram nos domínios do equipamento e tecnologia militar. Os dois países realizaram também a cooperação policial, tendo as duas partes aprofundado cada vez mais intercâmbio pessoal e formação profissional. Até à data, a China tem sido o maior parceiro comercial de Angola, o maior mercado de exportação e uma importante fonte de investimento durante muitos anos. Enquanto Angola é o segundo maior parceiro comercial e o maior exportador do petróleo da China em África. A cooperação China-Angola está na vanguarda da cooperação China-África.

Nos últimos 40 anos, estabelecemos um exemplo de amizade entre os povos chinês e africano. A China tem apoiado activamente o desenvolvimento de Angola e fornecido assistência através de vários projectos de doação, tais como o CINFOTEC Huambo, o Hospital Geral de Luanda, o Centro de

Demonstração de Tecnologias Agrícolas no Mazozo, e a Academia Diplomática Venâncio de Moura. De acordo com as necessidades da parte angolana, a China organizou formações para mais de 3,000 funcionários angolanos nos campos de comércio, agricultura, saúde, comunicação social e polícia; enviou cinco equipas médica, compostas por 70 médicos, que receberam quase 400 mil pacientes angolanos; forneceu centenas de bolsas de estudo para os estudantes angolanos, e ajudou a formar talentos angolanos em várias indústrias. Perante a Pandemia da COVID-19, os dois países têm persistido na solidariedade e apoios mútuos, e têm levado a cabo uma série de cooperação frutífera nas áreas de vacinas, testes, e aquisição de materiais de prevenção de pandemia, promovendo a cooperação sanitária como um novo ponto alto da cooperação bilateral. As empresas chinesas em Angola estão a cumprir activamente as suas responsabilidades sociais, e várias câmaras de comércio e da comunidade chinesa estavam entusiasmados com a caridade e continuam a retribuir à sociedade angolana através de doações de caridade, bolsas de estudo e projectos de alívio da pobreza. O Instituto Confúcio da Universidade Agostinho Neto e outras instituições de ensino de língua chinesa deram azo à cooperação sino-angolana, cada vez mais filmes e produtos culturais chineses e grupos de espetáculo entraram em Angola, e as obras literárias dos escritores angolanos foram traduzidas na China, ajudando os povos de ambos os países a compreender melhor a história e cultura um do outro.

O grande filósofo chinês Confúcio disse, "aos quarenta anos não tem dúvidas". Isso significa que uma pessoa, quando chega aos quarenta anos, já tem a sua compreensão da vida, e não pode ser confundida e abalada por influências externas. Após 40 anos, as relações sino-angolanas já se tornaram uma escolha estratégica de ambos os países, mais maduras e mais resolutas. Acreditamos que, sob a liderança dos dois chefes de Estado e com os esforços conjuntos dos dois governos e povos, as relações bilaterais entre a China e Angola continuarão a crescer de forma constante e com vigor, inaugurando um futuro ainda melhor.

## 11.5 Angola e China avaliam alargamento da cooperação

*Jornal de Angola*

*14 De Janeiro de 2023*

*Texto: Adelina Inácio e Edna Dala*

O Presidente da República, João Lourenço, recebeu, ontem, em Luanda, o ministro chinês dos Negócios

Estrangeiros, Qin Gang, para avaliar os níveis de cooperação bilateral estabelecidos há 40 anos, 13 dos quais de parceria estratégica, bem como estudar formas de alargamento da relação diplomática a outros patamares e para benefícios recíprocos.

Chefe de Estado abordou com Qin Gang os níveis de intercâmbio com o gigante asiático © Fotografia por: Santos Pedro | Edições Novembro

O chefe da diplomacia chinesa, que não prestou declarações à imprensa no final do encontro com o Presidente angolano, foi também recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Tête António, com quem avaliou a cooperação durante um encontro de concertação bilateral, as perspectivas de melhoria do intercâmbio entre os dois Estados nos mais variados domínios.

Depois do encontro que decorreu à porta fechada, o ministro dos Negócios Estrangeiros da China não prestou qualquer declaração aos jornalistas, tal como sucedeu na audiência com o Chefe de Estado.

No encontro entre as delegações, os representantes dos dois Governos analisaram, entre outras questões, as formas para promover o estreitamento das relações de amizade e de cooperação económica com o país da Ásia Oriental.

Este ano celebra-se o 40º aniversário desde o estabelecimento das relações político-diplomáticas entre Angola e a China. A visita do chefe da diplomacia chinesa ao país circunscreve-se no périplo que está a fazer, no quadro de uma tradição que perdura há mais de três décadas.

De acordo com uma nota do Ministério das Relações Exteriores a que o Jornal de Angola teve acesso, no âmbito da acção da visita tradicional ao continente africano, "o Estado angolano agradece por ser brindado pela visita de Qin Gang, ministro dos Negócios Estrangeiro da República Popular da China, que culmina com o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a República de Angola e a República Popular da China".

Desde 2007, Angola é o maior parceiro comercial da China em África, com um volume de negócios que registou, só em 2010, um total de 24,8 mil milhões de dólares norte-americanos.

Dez anos mais tarde, o valor das trocas comerciais com a China ascendeu os 61 por cento, ou seja, para 5,55 mil milhões de dólares. A China é, actualmente, o maior credor de Angola, com base em várias linhas de crédito abertas pelo Governo chinês, através de bancos estatais.

A dívida, paga essencialmente com o valor da venda de petróleo, rondava, até 2019, os 23 mil milhões de dólares. Em 2018, a China aprovou uma nova linha de financiamento de 2 mil milhões de dólares norte-americanos.

Esta parceria assenta-se na igualdade e benefícios mutuamente vantajosos, e pode, também, para além de contribuir para o desenvolvimento dos dois países, ajudar no estabelecimento de uma nova ordem política e económica internacional e promover a democratização das relações internacionais.

Em Angola, a China opera nos mais variados domínios da vida económica e social do país, com forte presença nas áreas de Formação de Quadros, caso da construção e apetrechamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) e da Academia Diplomática Venâncio de Moura e bolsas de estudos para os jovens angolanos.

## 11.6 Para onde foi o dinheiro da China?

*Jornal Expansão*  
20 De Janeiro de 2023

Na semana passada foi destaque a visita que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros (doravante MNE) da China fez ao nosso país que coincidiu com o 40.º aniversário das relações Angola - China. O MNE da China trouxe na bagagem 249 milhões USD para financiar o Projecto da Rede Nacional de Banda Larga. Este financiamento surge numa altura em que, segundo o ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social(1), o Angosat-2 (projecto que custou cerca de 300 milhões USD ) já está pronto para fornecer serviços de comunicações, o que nos leva a questionar a pertinência do Governo aceitar este financiamento nesta altura.

O relacionamento entre a Angola e China tomou um outro rumo no princípio deste século XXI, quando a China se mostrou disponível para financiar o processo de reconstrução pós-guerra. O timing desta aproximação coincidiu com o boom do petróleo, i.e., um aumento da produção de petróleo em Angola quando os preços aumentaram igualmente nos mercados internacionais. Segundo investigadores da Universidade de Johns Hopkins nos Estados Unidos, em África, Angola foi o país que mais beneficiou dos empréstimos vindo da China totalizando cerca de 42.619 milhões de USD. Destaca-se o ano de 2016 (um ano pré-eleitoral), numa altura em que o preço do barril de petróleo começou a registar uma queda,

saindo o barril de 112 USD em 2012 para 44 USD em 2016.

Os dados mostram que o grosso destas verbas, 10.000 milhões USD, serviu para recapitalizar a Sonangol e foi financiado pelo China Development Bank (CDB). Hoje sabemos que a Sonangol teve esta necessidade, também, devido à sua entrada em negócios que acabaram por se revelar prejudiciais para a empresa e, conseqüentemente, para Angola. Neste período, é assinalável o facto de a China ter disponibilizado fundos para dinamizar vários sectores da nossa economia.

Contudo, compete/competem sempre à parte angolana, i.e., ao Governo de Angola, indicar quais os sectores prioritários. Grande parte do financiamento da China foi para o sector mineiro, que no caso trata-se da Sonangol com sucessivos financiamentos do CDB, para além de 65 milhões USD do PLANAGEO. É importante esclarecer que o CDB é uma instituição comercial e não um banco de ajuda ao desenvolvimento como por ex., o BNDES do Brasil ou mesmo o Banco de Desenvolvimento de Angola. O financiamento disponibilizado por esta instituição chinesa resulta em juros à taxa de mercado.

Segundo a base de dados consultada, o CDB disponibilizou até 2019 cerca de 25.834 milhões USD e a Sonangol foi a principal beneficiária. Os gastos feitos em sectores importantes como o da energia (7 mil milhões USD), transportes (incluindo a reabilitação dos caminhos de ferro e de várias estradas), agricultura (incluindo o projecto Grandes Fazendas, que visava fomentar a produção de grãos, canais de irrigação como o de Caxito, Luena, Calueque bem como a aquisição de equipamento diverso) são igualmente relevantes.

Não podemos deixar de assinalar a ausência de financiamento para o sector da indústria. Este facto é bastante relevante já que a teoria económica mostra que a indústria em geral, mas muito particularmente a indústria transformadora está intimamente ligada à taxa de crescimento económico (KalIdor, 1989). Angola precisa de desenvolver uma indústria transformadora que sustente, através da produção de, por ex., fertilizantes e equipamentos básicos, um rápido aumento da produtividade no sector da agricultura, ao mesmo tempo que absorve e transforma boa parte da produção agrícola.

A nossa pesquisa mostra que foram feitos investimentos em sectores que deveriam contribuir para a redução da petro-dependência. Todavia, isso não aconteceu. Por que razão?

A explicação que encontramos é que a liderança não foi capaz de inculcar no resto da equipa a disciplina que um processo de transformação da estrutura da economia, baseado na produção, exige. Consequentemente, os projectos foram executados, mas na ausência do devido acompanhamento, não deram o resultado esperado. Só assim se explica por exemplo o facto do projecto Grandes Fazendas ter sido um projecto chave na mão, mas mesmo assim fracassou. Vários quilómetros de estrada foram reabilitados, mas não tiveram a devida manutenção, ou o facto de terem sido construídos canais de irrigação, mas que hoje estão inoperantes.

Enfim, apesar de ter sido o país africano que mais beneficiou do financiamento da China, a liderança em Angola foi incapaz de capitalizar esta oportunidade e levar avante um processo sustentável de transformação da economia. Na legislatura passada grande parte desses investimentos continuou inoperante, aguardando pela sua privatização. No actual contexto global, caracterizado por um aumento dos preços dos bens alimentares, acreditamos ser este o momento de se colocar estas infraestruturas ao serviço da produção nacional.